



## Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento de Minas Gerais

### 1. Identificação

Nome completo da unidade e sigla	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – SFA/MG	
Natureza Jurídica	Órgão da administração direta do Poder Executivo	
Vinculação Ministerial	Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento	
Normativos de criação, definição de competências e estrutura organizacional e respectiva data de publicação no Diário Oficial da União	Lei Delegada nº. 9 de 11/10/62 – Art. 32 (pág. 13), Norma da Estrutura Orgânica: Portaria 300 de 16/06/05, DOU 20/06/05, Seção 1	
CNPJ	00.396.895/0026-83	
Nome e código no SIAFI	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento – UG 130056/130160	
Código da UJ titular do relatório	130056	
Código das UJ abrangidas	130160	
Endereço da sede	Av. Raja Gabaglia, 245, Cidade Jardim, Belo Horizonte - MG	
Endereço da página institucional na internet	<a href="http://www.agricultura.gov.br">www.agricultura.gov.br</a>	
Situação da unidade quanto ao funcionamento	Em funcionamento	
Função de governo predominante	Agricultura	
Tipo de atividade	Fiscalização	
Unidades gestoras utilizadas no SIAFI	Nome	Código
	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento	130056
	Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento/FUNCAFÉ	130160

### Relatório de Gestão de 2007

**João Vicente Diniz**  
**Superintendente Federal de Agricultura de Minas Gerais**

#### Elaboração

Júnia Maria de Paula Mascarenhas Ribeiro  
Francisco Moreira Corrêa  
Marco Antônio da Silva Martins

## 2. Responsabilidades Institucionais

### 2.1 - Papel da unidade na execução das políticas públicas

A Superintendência Federal de Agricultura - SFA-MG é a unidade representativa do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento, com Sede em Belo Horizonte, responsável por promover a defesa da produção agropecuária, estabelecida no Plano Agrícola e Pecuário – (PAP) e nos seguintes programas de políticas públicas:

- - Desenvolvimento da Economia Cafeeira ;
- - Desenvolvimento da Fruticultura;
- - Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas;
- - Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produto ( animal e vegetal);
- - Desenvolvimento da Bovideocultura;
- - Gestão da Política Agropecuária;
- - Desenvolvimento das culturas de Oleoginosas e Plantas;
- - Desenvolvimento da Suideocultura;
- - Manejo e Conservação de Solos na agricultura;
- - Desenvolvimento da Horticultura;
- - Desenvolvimento da Avicultura;
- - Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários;
- - Desenvolvimento da Caprinocultura, da Equideocultura e da Ovinocultura ;
- - Propriedade intelectual (Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários);
- - Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-Orgânico;
- - Desenvolvimento do Complexo Agroindustrial Sucroalcooleiro;
- - Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário Fiscalização de (Contratos de repasses)
- - Apoio Administrativo.

Estas ações desenvolvidas pelos técnicos e equipe de apoio desta SFA garantem à Sociedade, qualidade nos alimentos e nos insumos utilizados pela cadeia produtiva do agronegócio. Por sua vocação agrícola, o estado de Minas contribui sobremaneira, para o crescimento desse Setor , que nos últimos anos bate recorde de exportação e é o maior responsável pelo superávit da balança comercial. O agronegócio gera emprego, divisas e energia, além de abastecer o mercado interno, principais compromissos do governo, definidos no Plano Agrícola e Pecuário 2007/2008.

Para o cumprimento de suas atribuições esta Superintendência conta com o trabalho de 01 Divisão Técnica e 01 Divisão de Apoio Administrativo; 05 Serviços Técnicos; 01 Serviço de Execução Orçamentária e Financeira; 03 Seções Administrativas; 01 Seção de Planejamento e Acompanhamento e de 12 Unidades Técnicas Regionais – UTRA's, distribuídas no Estado.

### 3 – Estratégia de Atuação

A Superintendência Federal de Agricultura de Minas Gerais é uma unidade descentralizada, diretamente subordinada ao Ministro de estado. À SFA compete a execução das atividades e programas de defesa agropecuária e desenvolvimento rural.

Dessa forma sua missão é: “formular e viabilizar a implementação de políticas agrícolas, integrando os aspectos tecnológicos, sociais e de mercado, favorecendo a sustentabilidade da cadeia agroprodutiva, incentivando a inovação e a adoção de novas tecnologias, de maneira a assegurar qualidade e a competitividade aos produtos e serviços brasileiros”.

Para cumprir suas funções finalísticas e atender às demandas da sociedade e do governo, a SFA/MG está diretamente vinculada aos programas e objetivos estabelecidos no Plano Plurianual – PPA, no caso em questão, o de 2004/2007, onde as áreas técnicas finalísticas mantêm um constante canal de comunicação com os coordenadores de cada PI – plano Interno – que são gerenciados em Brasília.

Através desta interlocução, são planejadas as metas, formas e ações visando o alcance eficaz e eficiente de suas finalidades. Também, através desta sistemática, são encaminhadas as programações para os desembolsos financeiros necessários.

Em relação ao PPA 2004/2007, em 2007 a SFA/MG trabalhou com 63 (sessenta e três) PI's – Planos Internos distribuídos em 17 (dezesete) Programas executados pelas áreas técnicas a seguir:

#### **Serviço de Fiscalização Agropecuário – SEFAG**

O Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG, é responsável pelas ações de fiscalização dos insumos e serviços agrícolas e pecuários, que encontram-se descritas no Plano Plurianual, como o Programa de Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários. Tem como missão a fiscalização dos insumos destinados a produção animal e vegetal e de serviços, no âmbito Estadual, com objetivo de assegurar a produtividade das culturas, a qualidade do material genético animal e vegetal, dos alimentos destinados ao consumo animal, além de contribuir para a competitividade do agronegócio brasileiro.

O planejamento das atividades é elaborado anualmente, seguindo orientações e critérios emanados dos Departamentos de, Fiscalização de Insumos Agrícolas – DFIA/SDA/MAPA e de Fiscalização de Insumos Pecuários – DFIP/SDA/MAPA, através das suas Coordenações na área vegetal e animal. As programações são elaboradas com a participação dos Fiscais Federais Agropecuários lotados na SFA/MG e das UTRAs e UTLAs, sob a coordenação da Divisão Técnica da SFA/MG, sob a supervisão do chefe do SEFAG/DT/SFA/MG.

A qualidade dos insumos e serviços agropecuários tem influência direta na produtividade, sendo fator preponderante no incremento da competitividade do agronegócio brasileiro. Para garantir os padrões de qualidade e conformidade desses produtos e serviços, faz-se necessária uma ação permanente de fiscalização por parte do poder público sobre as empresas, produtos e serviços colocados no mercado à disposição dos consumidores.

## **Fiscalização de Agrotóxicos - FISAGROTOX**

O PI FISAGROTOX envolve as atividades de credenciamento e fiscalização de entidades para efetuar pesquisas e ensaios experimentais com agrotóxicos; credenciamento e fiscalização de empresas para prestação de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, suas partes e embalagens de madeira; em ambos os casos, efetua-se vistorias dos estabelecimentos como parte do processo de credenciamento; fiscalização de estabelecimentos produtores de agrotóxicos e afins, focando em produtos e processos.

As ações desenvolvidas no PI FISAGROTOX envolvem a fiscalização de agrotóxicos, de empresas produtoras de agrotóxicos, de empresas credenciadas para prestação de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, suas partes e embalagens de madeira e de entidades credenciadas para efetuar pesquisas e ensaios experimentais com agrotóxicos. Estas ações têm um impacto óbvio na saúde da população e na atividade agrícola, que terá à disposição um insumo de qualidade, possibilitando maior eficiência produtiva, melhor rentabilidade para o produtor e maior oferta de produtos a custos menores. Além disso, tais ações são de suma importância no comércio internacional, pois o rechaço de partidas exportadas pelo país devido a questões fitossanitárias pode trazer sérias conseqüências econômicas. Deve-se lembrar que as barreiras fitossanitárias são o argumento mais utilizado atualmente como forma de protecionismo comercial.

As mudanças qualitativas para o cidadão que este PI proporciona são, então, decorrentes do uso de insumos com qualidade controlada e, conseqüentemente, mais eficientes (e, com isso, há possibilidade de uso de menores quantidades no processo produtivo e menores teores de resíduos nos alimentos); e os benefícios da maior competitividade das exportações brasileiras.

## **Fiscalização de Serviços Aviação Agrícola – FISCAGRIC1**

A fiscalização de serviços agrícolas, é realizada nas sedes das empresas operadoras bem como em condições de campo, verificando o cumprimento das Normas Técnicas e de Trabalho. Procura averiguar a observância às normas de proteção à vida e saúde, do ponto de vista operacional e das populações interessadas, bem como das de proteção à fauna e à flora. Salientamos que pela peculiaridade da atividade, há necessidade de se percorrer grandes distâncias, podendo ou não culminar com a localização de aeronaves fazendo pulverizações, não sendo possível, neste último caso, a lavratura de documentos fiscais. Outro fator limitante refere-se às condições climáticas, quando períodos chuvosos inviabilizam as aplicações e muitas vezes o cumprimento de uma programação de fiscalização anteriormente elaborada.

Para as ações de fiscalização há a necessidade de recursos no início do exercício, tendo em vista que a atividade aero-agrícola concentra-se no primeiro trimestre do ano. No exercício 2007, o Serviço de Fiscalização Agropecuária da SFA/MG teve dificuldades para a execução das atividades inerentes ao PI em tela, haja vista o movimento de greve nacional, e falta recursos financeiros não disponibilizados ao Serviço.

## **Fiscalização de Sementes e Mudanças – FISCALSEM1**

O PI – FISCALSEM1 tem como objetivo a fiscalização da produção de sementes e mudas no Estado de Minas Gerais e manutenção do sistema de conformidade, certificação e validação como base para a sustentação à semente brasileira perante a comunidade científica e ao mercado consumidor. Atua ainda na fiscalização das atividades com organismos geneticamente modificados (OGM) e seus derivados, adotando como diretrizes o estímulo ao avanço científico na área de biossegurança e biotecnologia, a proteção à vida e à saúde humana, animal e vegetal, e a observância do Princípio da Precaução para a proteção do meio ambiente.

Procura fiscalizar, cadastrar e registrar material vegetal na forma da legislação específica e ainda os respectivos estabelecimentos que os produzem, manipulam, fracionam, distribuem, importam ou comercializam, e aqueles que prestam serviços especializados na agropecuária, exercendo ainda a fiscalização relacionada a organismos geneticamente modificados, na forma da legislação específica. Desta forma atua na melhoria dos níveis de conformidade e qualidade de sementes e mudas a serem disponibilizados para a agricultura nacional, com vistas a assegurar a produtividade das culturas e, conseqüentemente, a rentabilidade do agronegócio.

A descentralização dos serviços de fiscalização por convênio ou acordo, quando necessária, dar-se-á mediante proposição da unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento nas unidades federativas e aprovação do respectivo Ministro de Estado, após parecer conclusivo emitido, favoravelmente, pelo órgão técnico central. Uma das prioridades da atividade de fiscalização dentro do Sistema é a investigação fiscal do uso indevido de sementes e mudas.

No desenvolvimento das atividades, existem dificuldades de Infra-estrutura Técnico Operacional e logística como deficiências de veículo apropriado ao fim e em quantidade, necessidade de mais equipamentos de informática, dentre outros de menor vulto, falta de fiscais e necessidade de qualificação em serviço. Do mês de junho a setembro do exercício 2007, o Serviço de Fiscalização Agropecuária da SFA/MG teve as atividades inerentes ao Plano interrompidas, haja vista o movimento de greve de Fiscais Federais Agropecuários desta SFA/MG.

## **Fiscalização da Produção e do Comércio de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes –FISFECOI**

Através das ações desenvolvidas verificamos uma tendência de melhoria dos níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes disponibilizados para a agricultura nacional, decorrendo daí uma maior produtividade das culturas, contribuindo para a sustentabilidade do agronegócio e para uma alimentação a custos menores e de qualidade.

No ano de 2007 verificamos significativa melhora nos indicadores de desempenho, quando comparado a 2006. Tal fato pode ser explicado pela maior descentralização de recursos quando comparados com o ano de 2006, e pela estratégia utilizada de promover fiscalizações concentradas por meio de Blitz com apoio de Fiscais Federais Agropecuário lotados em outras SFAs. Esta estratégia utilizada foi necessária em função da redução do quadro de FFAs lotados na SFA/MG/MAPA em função de remoções e de aposentadorias. Essa redução do quadro de FFAs envolvidos na atividade de fiscalização de Fertilizantes,

Corretivos e Inoculantes, implicou na revisão das metas para 2008, visto que a colaboração de FFAs de outras SFAs ser incerta.

Considerando as restrições impostas pela falta de equipamentos de informática e veículos em não conformidade para deslocamentos nas ações fiscais, conclui-se que a ação fiscal desenvolvida nestes insumos pela SFA/MG foi positiva.

### **Fiscalização de Material Genético Animal – FISCGENE**

O setor de Material Genético e de Multiplicação Animal é responsável pela fiscalização dos estabelecimentos produtores, e comerciantes de materiais de multiplicação animal, e da produção. Para tanto, exerce as atividades de controle e registro dos animais doadores de sêmen em centrais de inseminação artificial; da realização de provas zootécnicas e do sistema de marcas para animais. Contribui para assegurar a qualidade genética do material de multiplicação animal comercializado no Brasil (rastreadabilidade) ao contribuir para a melhoria da qualidade dos produtos e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional. Ao controlar e registro dos animais doadores de sêmen em centrais de inseminação artificial contribui para um melhor desempenho da pecuária, avicultura e suinocultura mineira.

A melhoria da produtividade e aumento da produção de leite, carne, ovos, com a diminuição dos custos de produção, dependem muito do ganho genético do material de multiplicação animal utilizado, além dos aspectos sanitários, de manejo e nutrição. Verificamos que nos últimos anos o Brasil passou de importador de leite e carne para grande exportador de alimentos de origem animal, importante parcela desta conquista é devido à melhoria genética dos nossos rebanhos.

A demanda de genética de qualidade, na área bovina, suína, ovina e outras, está aumentando consideravelmente a cada ano e com isto a responsabilidade da Fiscalização Federal Agropecuária. Todo este esforço, recursos financeiros e humanos, é necessário à fiscalização federal para garantir ao produtor rural a qualidade do material genético comercializado, com o mesmo padrão em todo o país. Na área avícola, mesmo com a queda do dólar, a importação de material genético está diminuindo a cada ano, em contrapartida o número de registro de granjas e incubatórios, núcleos de materiais genéticos, vêm aumentando demonstrando o avanço em direção a auto-suficiência neste setor.

### **Fiscalizações de Insumos Destinados à Alimentação Animal – FISCINAN**

A atividade de Fiscalização dos estabelecimentos produtores, da produção e da comercialização de produtos destinados à alimentação animal, no âmbito do Estado de Minas Gerais, o qual alcança o expressivo número de 366 unidades industriais registradas, com cerca de 7.000 produtos registrados, constituindo-se, desta forma, em um dos maiores parques industriais e produtivos do país, relativos a este segmento da economia.

O PI FISCINAN visa, por meio da fiscalização, assegurar a qualidade e a inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal, contribuindo assim, para a segurança alimentar e para a competitividade do agronegócio brasileiro.

A fiscalização dos estabelecimentos fabricantes de alimentos para animais contribui para melhoria da qualidade e para a inocuidade de insumos destinados à alimentação animal, o que é de grande importância para a segurança alimentar

dos consumidores de produtos de origem animal, visto que os insumos em questão, representam um elo relevante na cadeia produtiva dos alimentos de origem animal para consumo humano.

A colheita de amostras de alimentos para animais, possibilita verificação da conformidade dos níveis de garantia, a presença de microrganismos patogênicos ou ingredientes proibidos em produtos destinados à alimentação animal, contribuindo desta forma, para melhoria da qualidade e para a inocuidade de insumos destinados à alimentação animal, o que é de grande importância para a segurança alimentar dos animais e dos consumidores de produtos de origem animal.

O programa de pesquisa de subprodutos de origem animal (PSOA) em alimentos para ruminantes auxilia na redução dos riscos de ocorrência da Encefalopatia Espongiforme Bovina (Doença da Vaca Louca), no país, mantendo-o com status de "livre da doença", o que é essencial para a manutenção e o crescimento das exportações de carne bovina brasileira

É importante mencionar alguns fatores que limitaram a execução das atividades do PI FISCINAN, como a demora na aprovação do Orçamento da União e o contingenciamento determinado pelo Governo Federal, dos recursos financeiros para área fiscalização de insumos para a alimentação animal. É necessário mencionar ainda a limitações impostas pelo movimento paredista dos FFA do MAPA, que interrompeu a fiscalização, no ano de 2007.

### **Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário – PI FISPROVET1**

A atividade consiste, basicamente, no licenciamento e na fiscalização de estabelecimentos e produtos de uso veterinário. A SFA/MG fiscaliza os estabelecimentos industriais e a fabricação dos produtos de uso veterinário, no âmbito do Estado de Minas Gerais. A fiscalização dos estabelecimentos comerciais e a comercialização dos produtos é efetuada pelo Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA, através de delegação de competência, e supervisionada pelos técnicos do MAPA. Minas Gerais conta com e 31 estabelecimentos fabricantes registrados 3154 estabelecimentos comerciais, sendo que em 2007 foram realizadas pelo o IMA 4.343 fiscalizações.

O PI FISPROVET visa, por meio da fiscalização, assegurar a qualidade dos produtos de uso veterinário, contribuindo assim, para a saúde animal, de forma indireta para a saúde humana além de aprimorar a competitividade do agronegócio brasileiro.

A fiscalização dos estabelecimentos fabricantes de produtos de uso veterinário contribui para melhoria da qualidade dos medicamentos, vacinas e soros destinados aos animais, o que é de grande importância para a saúde animal, e contribui ainda com a melhoria da saúde da população que convive com animais domésticos e que consome produtos de origem animal, visto que os insumos em questão, representam um elo relevante entre a saúde humana e animal.

.A colheita de amostras de vacinas, possibilita a verificação da eficiência, esterilidade e inocuidade dos produtos, ou seja, se estão dentro dos padrões pré-estabelecidos de garantia da qualidade antes dos mesmos atingirem o mercado consumidor, contribuindo desta forma, para garantia da qualidade das vacinas expostas à venda, o que é de grande importância para a saúde animal e por conseqüência para a saúde humana e agronegócio.

É importante mencionar alguns fatores que limitaram a execução das atividades do PI FISPROVET, como a demora na aprovação do Orçamento da

União e o contingenciamento determinado pelo Governo Federal dos recursos financeiros para esta área

É necessário mencionar ainda a limitações impostas pelo movimento grevista dos Fiscais Federais Federais do MAPA, que se restringiu à apenas 30%, sem considerarmos a crônica deficiência de pessoal, já configurada em outros relatórios, onde se observa a enorme demanda de atividades complexas, entregue à uma equipe muito pequena, sem considerarmos a extensão territorial do Estado de Minas Gerais, e o grande deslocamentos até a indústrias.

### **Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário – SEPDAG**

O Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário tem em suas ações a promoção, orientação e acompanhamento de execução das atividades relativas ao desenvolvimento rural, às políticas de crédito, investimentos públicos, produção orgânica, agroecologia, indicação geográfica e a rastreabilidade e também coordena e acompanha as atividades de guarda, conservação dos cafés estocados e a execução das políticas cafeeiras e de agroenergia.

Tendo em vista que o processo de obtenção de IG é bastante demorado e depende de um nível de organização e conhecimento muito grande por parte dos produtores, associações e parceiros, o serviço realizou durante o ano uma série de eventos e ações pontuais para que em 2009 possivelmente sejam protocolizados processos junto ao INPI.

Em relação às atividades relacionadas ao SISBOV, o SEPDAG teve grande dificuldade em estabelecer e cumprir a agenda programada para as auditorias, uma vez que os auditores estão lotados em diversos setores tendo muitas outras atividades para executar. Mesmo assim, conseguiu cumprir com êxito as atividades planejadas, principalmente por ter desenvolvido atividade conjunta com o órgão executor de sanidade animal do estado de Minas Gerais.

No que diz respeito à certificação de produtos orgânicos, foi previsto o credenciamento e a supervisão de 09 certificadoras na programação do SEPDAG para o ano de 2007, considerando-se que a Lei 10.831 seria regulamentada. Entretanto, a promulgação do Decreto n.º 6323 ocorreu somente ao final do ano, no dia 27/12/2007. Desse modo, as ações descritas no relatório de gestão de 2007 do SEPDAG, representam uma etapa preparatória. As ações finalísticas referentes ao Certorgan serão implementadas em consequência da regulamentação da Lei 10.831 de 23 de dezembro de 2003 que dispõe sobre a produção orgânica brasileira. Diante da atual fase de aprovação dos Decretos, esse PI encontra-se em fase de implantação, em estágio preparatório para a implantação do processo de fiscalização. Sua operacionalização no Estado de Minas Gerais, em termos de eficácia, eficiência e efetividade, será alcançada com o cadastramento e convênios a serem realizados com entidades públicas afins ao setor e com o acompanhamento e fiscalização das certificadoras.

O SEPDAG representa a SFA/MG em diversas ações em áreas relacionadas a SPA, SDA, SDC, SRI, SPAE e conta com apenas 3 Fiscais Federais Agropecuários, o que limita a atuação em algumas áreas em detrimento de outras que são consideradas como prioritárias ou emergenciais.



## **Serviço da Vigilância Agropecuária – VIGIAGRO**

As atividades desenvolvidas nas Unidades de Vigilância Agropecuária localizadas na SFA-MG visam exclusivamente atingir os objetivos principais do Programa Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários que são: “impedir a entrada e disseminação de pragas de vegetais e de agentes causadores de doenças em animais, oriundas de outros países” e “Certificar a qualidade, a fitossanidade e a zoossanidade dos produtos agropecuários nacionais exportados”, na busca de alcançar estes objetivos no exercício de 2007, definiu-se como meta inspecionar e fiscalizar 100% das mercadorias despachadas nas aduanas localizadas em Minas Gerais, e devido à característica das atividades serem pontuais nos locais alfandegados, a necessidade de pessoal treinado e de infraestrutura adequada, são os fatores mais importantes, assim sendo os recursos financeiros descentralizados foram totalmente utilizados na aquisição de equipamentos, materiais de consumo e participação em reuniões técnicas da CGVIGIAGRO/DAS/MAPA e da SFA-MG.

Como dificuldades destacamos a necessidade de promoção de treinamento para os Fiscais Federais Agropecuários a fim de uniformizar procedimentos e diminuir o índice de erros na emissão de documentos fiscais. A não implantação do Sistema SISCOMEX em todas as Unidades foi também um destaque negativo apresentado no exercício de 2007.

## **Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA**

O Serviço de Sanidade Agropecuária - SEDESA da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais tem como missão promover a defesa sanitária animal e vegetal no estado de Minas Gerais através da coordenação e integração dos trabalhos de diferentes instituições governamentais e não governamentais.

Esta missão é realizada com adoção de medidas de prevenção, controle e fiscalização nas áreas de trânsito de animais e plantas, na vigilância e no combate às doenças que ocorrem em Minas Gerais. Tais ações refletem em ganhos na qualidade e quantidade dos produtos e subprodutos para o produtor e o consumidor final, na segurança alimentar da população, abertura e manutenção de mercados para exportação e preservação dos recursos naturais.

A Defesa Agropecuária é uma questão de segurança nacional, em face de sua importância estratégica como instrumento de garantia da produção e contribuição para a sustentabilidade do agronegócio.

No ano de 2007, as ações de defesa sanitária consideradas indelegáveis foram desenvolvidas diretamente pelos Fiscais Federais Agropecuários do SEDESA e das Unidades Técnicas da SFA, e as demais executadas de forma indireta pelos técnicos do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA, órgão da Secretaria de Agricultura do Estado de Minas Gerais, que atende os programas específicos implantados pelo SDA/MAPA, com o acompanhamento do SEDESA/MG.

Os médicos veterinários autônomos ou da iniciativa privada, habilitados pelo SEDESA/SFA/MG, que complementam as ações de sanidade animal no Estado, passaram em janeiro de 2007 para o controle e fiscalização do órgão executor. Tal mudança teve como objetivo cumprir a nova legislação vigente, cuja alteração justificou-se pela grande capilaridade do IMA, cujas unidades locais de atendimento a comunidade são em maior número que as da SFA.

Com relação à área vegetal, o estado de Minas Gerais caracterizado pela grande diversidade agrícola, teve como destaque a produção de grãos e frutas. Considerando esta potencialidade e o atual cenário mundial, os acordos da Organização Mundial do Comércio – OMC permitiu a abertura de novos mercados para os produtos agrícolas brasileiros, sendo as barreiras tarifárias substituídas pelas sanitárias.

Neste contexto a defesa sanitária vegetal teve sua importância ressaltada pela necessidade de proteção do patrimônio agrícola do estado e no atendimento às demandas para atendimentos às exigências fitossanitárias no processo de comercialização agrícola em nível nacional e internacional.

As ações prioritárias do Serviço de Sanidade Agropecuária, na área vegetal, visaram à prevenção e controle das pragas de importância quarentenárias e não quarentenárias regulamentadas, aplicação de sistemas de mitigação de risco de pragas, caracterização de áreas livres de pragas, controle de qualidade de insumos e controle do trânsito interestadual e internacional de materiais de origem vegetal.

Com relação aos principais entraves verificados pelo Serviço no ano de 2007, destacamos o movimento nacional de greve dos fiscais federais agropecuários cuja duração, de forma intercalada, foi de aproximadamente três meses. Algumas ações foram adiadas ou mesmo deixaram de ser executadas com a participação do MAPA. No entanto ações de natureza emergenciais foram executadas a contento.

Em alguns casos, atividades foram realizadas durante os fins de semana ou tiveram seu deslocamento neste período, em virtude de convocações emanadas do DSA que tiveram como objetivo otimizar o tempo destinado à execução das atividades.

Outras informações referentes a cada Programa/Ação do PPA – 2004-2007 sob o gerenciamento do SEDESA/ MG serão detalhados nas respectivas ações.

### **Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários – SIPAG**

O Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários (SIPAG) atua em três áreas principais: Inspeção de Produtos de Origem Animal, Inspeção e Fiscalização de Bebidas e Vinagres, e Fiscalização da Padronização e Classificação Vegetal. A Área de Inspeção de Produtos de Origem Animal é responsável pelo trabalho de Inspeção Higiênico-Sanitária e Tecnológica de produtos como carne, leite, mel, ovos, pescado e derivados produzidos, manipulados ou armazenados no Estado de São Paulo, que se destinam à comercialização interestadual e internacional. É responsável também pela análise prévia para o registro de novos estabelecimentos e pela aprovação de rótulos de produtos. A área de Inspeção e Fiscalização de Bebidas e Vinagres atua no registro, inspeção e fiscalização de estabelecimentos produtores, importadores e exportadores de bebidas e vinagres no Estado de Minas Gerais e seus respectivos produtos. A Padronização e Classificação Vegetal promove a fiscalização da classificação dos produtos de origem vegetal quando o produto for destinado diretamente ao consumo humano, nas importações e nas compras do Poder Público. A fiscalização da classificação vegetal tem por finalidade garantir o cumprimento dos dispositivos legais, coibindo a comercialização dos produtos que estejam em desacordo com as normas de identidade e os padrões de qualidade. A atuação da qualidade vegetal, exercida pela SFA e por empresas credenciadas pelo MAPA, fiscalizadas pelo SIPAG, se dá no comércio em geral, com especial

atenção aos produtos destinados a cestas básicas. Para a classificação de produtos vegetais importados o SIPAG conta com o apoio operacional e laboratorial de empresa contratada para este fim.

# SERVIÇO DE ADMINISTRAÇÃO – DAD/SFA/MG

## 4 - Gestão de Programas e Ações

### 4.1 - Programas

#### 4.1.1 - Programa 0750 – APOIO ADMINISTRATIVO

##### 4.1.1.1 - Dados Gerais

<b>Tipo de Programa</b>	
<b>Objetivo Geral</b>	Prover os órgãos da União dos meio administrativos para implementação e gestão dos seus programas finalísticas.
<b>Gerente do Programa</b>	Maria Cristina Chaves Silvério
<b>Gerente Executivo</b>	
<b>Indicadores ou Parâmetros Utilizados</b>	Não existe indicador para este programa
<b>Público-alvo (Beneficiários)</b>	Governo Público

##### 4.1.1.2 - Principais Ações do Programa

- Administração da Unidade (SFA/MG)

##### 4.1.1.3 - Gestão das Ações

###### 4.1.1.3.1 - Ação 4716 – Operação dos Serviços Administrativos das Unidades Descentralizadas.

###### Ação 2000 – Administração da Unidade

##### 4.1.1.3.1.1 Dados Gerais

<b>Tipo</b>	<b>Ação Orçamentária</b>
<b>Finalidade</b>	Atender despesas de manutenção da Unidade
<b>Descrição</b>	<b>1º Contratos de despesas fixas:</b>  - Conservação e Limpeza - Vigilância Armada - Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos - Transportes e Encomendas - Cópias Xerográficas - Café e Açúcar - Combustíveis e Lubrificantes - Serviços Telefônicos - Serviços de Energia Elétrica - Fornecimento de Água e Esgoto  <b>2º Despesas Variáveis:</b>

	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Manutenção de Veículos</li> <li>- Manutenção de Imóveis</li> <li>- Manutenção de bens Móveis</li> <li>- Manutenção de Máquinas e Aparelhos</li> <li>- Manutenção de equipamentos de Informática</li> <li>- Aquisição de suprimentos de Informática</li> <li>- Aquisição de material de Escritório</li> <li>- Aquisição de material Elétrico</li> <li>- Aquisição de peças para Veículos</li> </ul>
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	<b>SPOA/MAPA</b>
<b>Unidades executoras</b>	<b>Superintendência Federal de Agricultura</b>
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	<b>DAD – Divisão Administrativa, SEOF – Serviço de Execução Orçamentária e Financeira, SAG – Seção de Atividades Gerais</b>
<b>Coordenador nacional da ação</b>	<b>Maria Cristina Chaves Silvério</b>
<b>Responsável pela execução da ação ao nível local (quando for o caso)</b>	<b>João Vicente Diniz</b>

#### 4.1.1.3.1.2 – Resultados

Os recursos disponibilizados e preestabelecidos pelo limite da unidade cumpriram com os compromissos contratuais e despesas variáveis referente a manutenção da unidade no exercício de 2007.

#### Metas e resultados da ação exercício

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
-	2.724.884,56	-	2.724.884,56

## Serviço de Fiscalização Agropecuário – SEFAG

### 4.1.2 – Programa 375 – Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários

#### 4.1.2.1 - Dados Gerais

<b>Tipo de programa</b>	<b>375 – qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários</b>
<b>Objetivos geral</b>	<b>Fiscalização dos insumos e serviços agrícolas e pecuários</b>
<b>Gerente do programa</b>	<b>Inácio Afonso Kroetz - Secretário de Defesa Agropecuária</b>
<b>Gerente executivo</b>	<b>Odilson Luiz Ribeiro e Silva Jorge Caetano Júnior</b>
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	<b>Taxa de Irregularidade e Taxa de Conformidade de Insumos Pecuários; fiscalizações realizadas e estabelecimentos e produtos registrados; eficácia, eficiência e .</b>
<b>Público – alvo (beneficiário)</b>	<b>Empresas produtoras e comerciais de insumos agropecuários, produtores agropecuários e público em geral.</b>

O Serviço de Fiscalização Agropecuária – SEFAG, instituído pela Portaria 300 de 16 de Junho de 2005 é responsável pelas ações de fiscalização dos insumos e serviços agrícolas e pecuários. O SEFAG/DT-MG em Minas Gerais (SFA/MAPA-MG), executa as ações governamentais, de fiscalização de insumos e serviços agropecuários, a qual encontra-se descrita no Plano Plurianual - PPA 2004-2007, como o Programa de Qualidade de Insumos e Serviços Agropecuários.

#### 4.1.2. 2 – Principais Ações do Programa

- ✓ 20190000 Fiscalização de material genético Animal.
- ✓ 21240000 Fiscalização de insumos destinados à alimentação animal.
- ✓ 21400000 Fiscalização de produtos de uso veterinário.
- ✓ 21410000 Fiscalização de Fertilizantes, corretivos e inoculantes.
- ✓ 21770000 Fiscalização de serviços agrícolas.
- ✓ 21790000 Fiscalização de sementes e mudas.
- ✓ 29090000 Fiscalização de Agrotóxicos e afins.

A Fiscalização da produção animal e vegetal e de seus insumos, produzidos no âmbito Estadual e comercializado no âmbito Estadual, Federal e Internacional, com objetivo de assegurar a produtividade das culturas, a qualidade do material genético animal e vegetal, dos alimentos destinados ao consumo animal, padrões de qualidade e conformidade dos insumos agropecuários, salvaguardando a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores, contribuindo para a produtividade e competitividade do agronegócio brasileiro. Para garantir os padrões de qualidade e conformidade desses produtos e serviços, faz-se necessária uma ação permanente de

fiscalização por parte do poder público sobre as empresas e sobre os produtos e serviços colocados no mercado à disposição dos consumidores.

Assim, a execução do programa dar-se de forma direta, através do corpo fiscal do Ministério da Agricultura e do Abastecimento, tendo por base o escopo das leis que regulamentam essas atividades. Ações complementares indispensáveis por parte do poder público envolvem também o treinamento e o aparelhamento do corpo fiscal, a modernização da legislação e a informatização do sistema de controle fiscal.

#### **4.1. 2. 3 – Gestão das Ações**

##### **4.1.2.3.1 - Ação: 20190000 - Fiscalização de material genético Animal.**

###### **4.1.2.3.1.1 - Dados Gerais da ação**

<b>Tipo</b>	<b>Finalístico</b>
<b>Finalidade</b>	<b>Melhorar a qualidade dos produtos e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional.</b>
<b>Descrição</b>	<b>Registro e fiscalização dos estabelecimentos produtores, comerciais e prestadores de serviços de multiplicação animal; verificação de conformidade do material genético animal produzido, comercializado e dos produtos importados; inscrição e certificação de doadores de material genético animal, conforme requisitos sanitários, zoogenéticos e reprodutivos; elaboração de normas e atualização de manual de serviços; capacitação de técnicos; e realização ou participação em eventos técnicos.</b>
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	<b>SDA e DFIP</b>
<b>Unidades executoras</b>	<b>SEFAG/DT-MG e UTRAS/DT-MG</b>
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	<b>DFIP</b>
<b>Coordenador nacional da ação</b>	<b>Beronete Barros de Freitas Araújo Chefe da Divisão de Material Genético - DMG</b>
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	<b>João Carlos Coda Albino Dias Chefe do SEFAG/DT-MG</b>

#### **Objetivo**

O setor de Material Genético e de Multiplicação Animal é responsável pela fiscalização dos estabelecimentos produtores, e comerciantes de materiais de multiplicação animal, e da produção. Para tanto, exerce as atividades de controle e registro dos animais doadores de sêmen e embriões em centrais de coleta e processamento de sêmen e embriões; registro e fiscalização de estabelecimentos

avícolas para fins de reprodução; autorização de importação de material genético (sêmen, embriões, ovos férteis e animais) mediante análise de índices zootécnicos; acompanhamento de programas, projetos, convênios de fomento pecuário; participação em conselhos técnicos de associações de criadores de animais de raça; participação em câmaras técnicas de áreas da produção animal.

Fiscalização dos estabelecimentos produtores, da produção e do comércio de materiais de multiplicação animal, assim assegurar a qualidade genética do material de multiplicação animal comercializado no Brasil (melhoramento genético e rastreabilidade) e melhorar a qualidade dos produtos e dos serviços de multiplicação animal ofertados aos produtores, com vistas ao aumento da produção e da produtividade da pecuária nacional.

#### 4.1.2.3.1.2 – Resultados

Importações de materiais de multiplicação animal até o ano de 2007

Importações	Unidade	Executado 2005	Executado 2006	Executado 2007
Suínos	Unid.	43	30	72
Eqüinos	Unid.	05	00	00
Aves	Unid.	00	00	00
Ovos férteis	Unid.	687.600	489.9600	574.208
Sêmen suíno	Unid.	00	00	00
Sêmen bovino	Unid.	1.207.608	1.248.972	2.440.709
Embriões bovinos	Unid.	840	1.326	743
Embriões caprinos	Unid.	00	00	12
Embriões ovinos	Unid.	2.630	330	243
Pintos de 01 dia	Unid.	69.798	14.700	34.880
Ovinos	Unid.	00	00	00
Caprinos	Unid.	00	00	00
Bovinos	Unid.	00	09	08

Certificações zootécnicas emitidas para as importações de materiais de multiplicação animal/2007

Importações	Unidade	Certificações zootécnicas emitidas 2005	Certificações zootécnicas emitidas 2006	Certificações zootécnicas emitidas 2007
Suínos	Unid.	01	01	02
Eqüinos	Unid.	01	00	00
Aves	Unid.	21	04	02
Ovos férteis	Unid.	05	07	11
Sêmen suíno	Unid.	00	01	01
Sêmen bovino	Unid.	71	92	90
Embriões bov.	Unid.	07	07	09
Embriões ovin.	Unid.	01	02	01
Bovinos	Unid.	00	01	01

Outras Atividades 2007

Atividade	Quantidade (unidades)
Acompanhamento de convênios	05
Cursos de aperfeiçoamento	02
Participações em congressos	02



Reuniões técnicas	18
Auditorias realizadas	05

#### 4.1.2.3.2 - Ação: 21240000 - Fiscalizações de insumos destinados à alimentação animal

##### 4.1.2.3.2.1 Dados Gerais da ação

Tipo	Finalístico
Finalidade	Assegurar a qualidade e a conformidade dos insumos destinados a alimentação animal.
Descrição	Registro e fiscalização de conformidade dos estabelecimentos fabricantes, importadores, remisturadores, fracionadores e comerciantes de ingredientes, rações, concentrados e suplementos; registro dos rótulos dos produtos; fiscalização da conformidade dos mediante realização de análises fiscais; realização de diagnósticos dos componentes utilizados nas formulações de alimentos para bovinos de leite e corte sob o regime de confinamento; capacitação dos fiscais federais agropecuário em boas práticas de fabricação (BPF), APPCC e auditoria; implementação das BPF nos estabelecimentos; e participação em reuniões, simpósios e congressos nacionais e internacionais.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SDA e DFIP
Unidades executoras	SEFAG/DT-MG e UTRAS/DT-MG
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DFIP
Coordenador nacional da ação	Fernanda Marcussi Tucci Coordenadora da Coordenação de Produtos para Alimentação Animal
Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)	João Carlos Coda Albino Dias Chefe do SEFAG/DT-MG

#### Objetivos

A atividade consiste, na inspeção e na fiscalização de produtos destinados à alimentação animal e é legalmente fundamentada nos seguintes dispositivos:

- ✓ Lei nº 6.198 de 26/12/1974, que torna obrigatórias a Inspeção e a Fiscalização dos produtos destinados à alimentação animal;
- ✓ Decreto nº 76.986 de 06/01/1976, que aprova o Regulamento da Lei nº 6.198 de 26/12/1974, que dispõe sobre a inspeção e a fiscalização obrigatórias dos produtos destinados à alimentação animal (**revogado em 11/12/2007**);
- ✓ Decreto nº 6.296 de 11/12/2007, que aprova o Regulamento da Lei nº 6.198 de 26/12/1974, que dispõe sobre a a inspeção e a fiscalização obrigatórias dos produtos destinados à alimentação animal.

Fiscalização dos estabelecimentos produtores, da produção e da comercialização de produtos destinados à alimentação animal, no âmbito do Estado de Minas Gerais, o qual alcança o expressivo número de 366 unidades industriais registradas, com cerca de 7.000 produtos registrados, constituindo-se, desta forma, em um dos maiores parques industriais e produtivos do país, relativos a este segmento da economia.

E colheita de amostras de alimentos para animais, para análises fiscais, em estabelecimentos fabricantes de alimentos para animais, no Estado de Minas Gerais no ano de 2007.

Por meio da fiscalização, visa assegurar a qualidade e a inocuidade dos produtos destinados à alimentação animal, contribuindo assim, para a segurança alimentar e para a competitividade do agronegócio brasileiro.

### **Metas para 2007**

Meta I - Realizar, no ano de 2007, 600 fiscalizações em estabelecimentos produtores de alimentos para animais, segundo meta estabelecida pela CPAA/DFIP, para o Estado de Minas Gerais.

Meta II - Realizar, no ano de 2007, a colheita de 771 amostras de alimentos para animais, para análises fiscais, em estabelecimentos produtores de alimentos para animais, no Estado de Minas Gerais, conforme programação estabelecida pela CPAA/DFIP em conjunto com o LANAGRO/MG.

#### **4.1.2.3.2.2 - Resultados**

### **Gestão de Processos**

Tabelas demonstrativas de atividades em 2007

Atividade relacionadas ao registro de estabelecimentos e produtos (2007).

<b>Atividades</b>	<b>Unidade</b>	<b>Realizadas</b>
Vistorias para registro de estabelecimentos	Vistoria	17
Registros de estabelecimentos fabricante	Registro	16
Registros de estabelecimentos importadores	Registro	--
Cadastros de estabelecimento comerciais	Cadastro	5
Cancelamentos de estabelecimentos importadores	Cancelamento	--
Cancelamentos de estabelecimentos comerciais	Cancelamento	--
Cancelamentos de estabelecimentos outros	Cancelamento	--
Cancelamentos de estabelecimentos fabricantes	Cancelamento	14
Registros de produtos	Registro	571
Aditivos	Registro	--
Ingredientes	Registro	48
Suplementos	Registro	271
Concentrados	Registro	9
Rações	Registro	183
Alimentos (cães e gatos)	Registro	60

### Atividades de fiscalização de estabelecimentos e produtos (2007)

Atividades	Unidade	Programadas 2007	Realizadas 2007	Programadas 2008
Fiscalizações de estabelecimentos	fiscalizações	600	595	881
Anuência licenciamento de importação	Anuência	**	83	**
Coleta de amostras de aditivo	amostras	--	--	***
Coleta de amostras de ingrediente	amostras	130	45	***
Coleta de amostras de suplemento	amostras	220	127	***
Coleta de amostras de concentrados	amostras	*	*	***
Coleta de amostras de rações	amostras	421	289	***
Coleta de amostras de alimentos (cães e gatos)	amostras	*	05	***

\* A disponibilidade do LANAGRO/Pedro Leopoldo, para a realização de análises fiscais de concentrados, rações e alimentos (cães e gatos) é apresentada como um único valor, ou seja, para 2007, foram programadas as colheitas de 421 amostras entre concentrados, rações e alimentos (cães e gatos), distribuídas nos programas de Conformidade, Salmonela e pesquisa de subprodutos de origem animal (PSOA).

\*\* Atividades destinadas ao atendimento de demandas externas relacionadas a condições de mercado e a eventualidades, não estando sujeitas, portanto, à programação.

\*\*\* Programação ainda não encaminhada ao SEFAG/DT-MG pela CPAA/DFIP/DAS/MAPA.

### Informações sobre as análises fiscais de produtos (2007)

Atividades	Unidade	Programadas 2007	Realizadas 2007	Programadas 2008
Amostras encaminhadas	amostras	771	464	***
Amostras analisadas	amostras	771	402	***
Amostras dentro do padrão	amostras	**	305	**
Amostras fora do padrão	amostras	**	97	**
Análises periciais realizadas	análises	**	5	**
Análises periciais confirmadas	análises	**	5	**
Amostras PSOA analisadas	amostras	161	120	***
Amostras PSOA fora do padrão	amostras	**	1	**

\*\* Atividades destinadas ao atendimento de demandas externas relacionadas a condições de mercado e a eventualidades, não estando sujeitas, portanto, à programação.

\*\*\* Programação ainda não encaminhada ao SEFAG/DT-MG pela CPAA/DFIP/DAS/MAPA.

### Informações relativas às penalidades e proibições (2007)

Atividades	Unidade	Realizadas
Auto de infração	Auto	168
Termo de advertência	Termo	45

Auto de multa	Auto	123
Termo de apreensão	Termo	75
Termo de doação	Termo	30
Termo de liberação	Termo	7
Termo de inutilização	Termo	51
Termo de interdição temporária	Termo	3
Arrecadação pela aplicação de multas	R\$	20.157,28

## Comentários

É importante mencionar alguns fatores que limitaram a execução das atividades da ação, como a demora na aprovação do Orçamento da União e o contingenciamento determinado pelo Governo Federal, dos recursos financeiros para área fiscalização de insumos para a alimentação animal. Houve uma grande variação em relação ao ano anterior uma vez que em 2006 foram utilizados recursos da ação de Controle e Erradicação das Doenças da Bovideocultura, para suprir as deficiências orçamentárias da ação de Fiscalização de Insumos destinados a alimentação animal.

É necessário mencionar ainda a limitações impostas pelo movimento paredista dos FFA do MAPA, que interrompeu a fiscalização, no ano de 2007.

Execução Financeira de Fiscalização de Insumos destinados a alimentação animal.

Plano Interno	Executado 2006	Executado 2007	Variação (%)
FISCINAN	R\$ 44.096,44	R\$ 96.991,35	119,95

### 4.1.2.3.3 Ação: 21400000 - Fiscalizações de Produtos de Uso Veterinário

#### 4.1.2.3.3.1 Dados Gerais da ação

Tipo	Finalístico
Finalidade	Assegurar a oferta de produtos de uso veterinário, em conformidade com as normas de sanidade, a fim de garantir aos criadores em geral níveis de segurança e qualidade compatíveis com as necessidades dos programas de sanidade animal e com os padrões e exigências internacionais.
Descrição	Registro, fiscalização e inspeção de empresas industriais e comerciais de produtos de uso veterinário localizadas no Estado de Minas gerais e no exterior e controle da importação de produtos.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	SDA e DFIP
Unidades executoras	SEFAG/DT-MG e UTRAS/DT-MG
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DFIP
Coordenador nacional da ação	Flordivina Mikami e Marcos Vinicius de Santana Júnior. Coordenador da Coordenação de Produtos Veterinários
Responsável pela execução da ação no nível local	João Carlos Coda Albino Dias Chefe do SEFAG/DT-MG

(quando for o caso)	
---------------------	--

## Objetivos

A atividade consiste, basicamente, no licenciamento e na fiscalização de estabelecimentos e produtos de uso veterinário. É legalmente fundamentada nos seguintes dispositivos:

- ✓ Decreto Lei nº 467 de 13/02/1969 que torna obrigatória a fiscalização da indústria, do comércio e do emprego de produtos de uso veterinário, em todo o território nacional.
- ✓ Decreto nº 5.053 de 22/04/2004, que regulamenta a Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário e dos Estabelecimentos que os Fabriquem ou Comerciem.

Através desse Plano Interno, o MAPA fiscaliza os estabelecimentos industriais e a fabricação dos produtos de uso veterinário, no âmbito do Estado de Minas Gerais. A fiscalização dos estabelecimentos comerciais e a comercialização dos produtos é efetuada pelo Instituto Mineiro de Agropecuária - IMA, através de delegação de competência, e supervisionada pelos técnicos do MAPA. Minas Gerais conta com e 31 estabelecimentos fabricantes registrados 3154 estabelecimentos comerciais, sendo que em 2007 foram realizadas pelo o IMA 4.343 fiscalizações.

O PI FISPROVET visa, por meio da fiscalização, assegurar a qualidade dos produtos de uso veterinário, contribuindo assim, para a saúde animal, de forma indireta para a saúde humana além de aprimorar a competitividade do agronegócio brasileiro.

## Metas

**Meta I** - Realizar, no ano de 2007, 72 fiscalizações em estabelecimentos fabricantes de produtos de uso veterinário, segundo meta estabelecida para o Estado de Minas Gerais, pelo Setor de Produtos Veterinários do SEFAG MG.

**Meta II** - Realizar, no ano de 2007, a colheita de amostras de 100% das vacinas fabricadas sujeitas ao controle oficial, para análises fiscais, em estabelecimentos fabricantes do Estado de Minas Gerais, conforme produção das empresas.

### 4.1.2.3.3.2 – Resultados

#### Metas Físicas

##### Sub-ação I

Fiscalização de estabelecimentos fabricantes de produtos de uso veterinário no Estado de Minas Gerais no ano de 2007

Ação/Sub-ação I	Executado 2006	Programado 2007*	Executado 2007	Eficácia (%)	Prog. 2008
Fiscalização de estabelecimentos fabricantes	42 *	72	80	110	72

\* A programação inicial era de 50 , tendo sido reprogramado para 72 .

Ação/Sub-ação II	Exec. 2006	Prog. 2007	Exec. 2007	Eficácia (%)	Prog. 2008
Colheita de Amostras	119	89	89	100	*imprevisível

\* A impossibilidade de previsão é decorrente à programação exclusivamente da indústria.

#### Execução Financeira

Plano Interno	Executado 2006	Executado 2007	Varição (%)
FISPROVET1	R\$ 85.706,52*	R\$ 48.724,94*	(43,14)

\*Em 2006 foram executados no PI FISPROVET R\$ 85.000,00 (oitenta e cinco mil reais) na Natureza de Despesa 4490.52, para atender despesas com Material Permanente para todo o Brasil, motivo da discrepância com 2007.

\*Dos R\$ 48.724,94 executados em 2007 no PI FISPROVET, foram utilizados R\$ 22.614,75 (vinte e dois mil, seiscentos e quatorze reais e setenta e cinco centavos) na Natureza de Despesa 4490.52, para atender despesas com Material Permanente.

#### Comentários

Deveriam ser creditados aos elementos que configuram os indicadores de desempenho, mais duas importantes ações, quais sejam: **Análise de requerimento de importação**, neste exercício autorizadas cerca de 239 e **Autorização para fabricação de partidas de Vacinas Autógenas**.

É importante mencionar alguns fatores que limitaram a execução da ação de Fiscalização de Produtos de Uso Veterinário, como a demora na aprovação do Orçamento da União e o contingenciamento determinado pelo Governo Federal dos recursos financeiros para esta área

É necessário mencionar ainda a limitações impostas pelo movimento grevista dos Fiscais Federais Federais do MAPA, que se restringiu à manutenção de apenas 30% das atividades durante a greve, sem considerarmos a crônica deficiência de pessoal, já configurada em outros relatórios, onde se observa a enorme demanda de atividades complexas, entregue à uma equipe muito pequena, sem considerarmos a extensão territorial do Estado de Minas Gerais, e o grande deslocamentos até a indústrias.

#### 4.1.2.3.4. Ação: 21410000 - Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes

##### 4.1.2.3.4.1 Dados Gerais da ação

Tipo	Finalístico
Finalidade	Assegurar a qualidade dos fertilizantes, corretivos e inoculantes produzidos e comercializados colocados à disposição dos produtores rurais.
Descrição	Registro e certificação de estabelecimentos produtores e comerciais de fertilizantes, corretivos e inoculantes; inspeção e fiscalização sobre a produção e a comercialização dos insumos básicos, com coletas de amostras para aferir a qualidade físico-química; realização de reuniões técnicas, cursos e estágios e treinamentos em serviço para capacitação de fiscais; elaboração e revisão de normas relativas à padronização, classificação e registro de produtos e estabelecimentos; e realização de auditorias técnicas e operacionais nas

	<b>unidades descentralizadas, para avaliação da atividade de fiscalização.</b>
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	<b>SDA e DFIA</b>
<b>Unidades executoras</b>	<b>SEFAG/DT-MG e UTRAS/DT-MG</b>
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	
<b>Coordenador nacional da ação</b>	
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	<b>João Carlos Coda Albino Dias Chefe do SEFAG/DT-MG</b>

## Objetivo

Disponibilizar produtos com níveis adequados de conformidade e qualidade. Fiscalização de estabelecimentos e produtos, bem como coleta de amostras.

### 4.1.2.3.4.2 – Resultados

#### Gestão de Processos

##### Metas Físicas

<b>Ação/Sub-ação</b>	<b>Unidade</b>	<b>Eficácia 2006</b>	<b>Eficácia 2007</b>	<b>Exec. 2006</b>	<b>Exec. 2007</b>	<b>Prog. 2008</b>
Fiscalizações realizadas	Fiscalização	78,4	96,2	1412	1733	1650
Amostras coletadas	Amostra	78,1	95,0	1000	1141	1200

#### Comentários

No ano de 2007 verificamos significativa melhora nos indicadores de desempenho, quando comparado a 2006. Tal fato pode ser explicado pela maior descentralização de recursos quando comparados com o ano de 2006, e pela estratégia utilizada de promover fiscalizações concentradas por meio de Blitz com apoio de Fiscais Federais Agropecuário lotados em outras SFAs. Esta estratégia utilizada foi necessária em função da redução do quadro de FFAs lotados na SFA/MG/MAPA em função de remoções e de aposentadorias. Essa redução do quadro de FFAs envolvidos na atividade de fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes, implicou na revisão das metas para 2008, visto que a colaboração de FFAs de outras SFAs ser incerta.

Considerando as restrições impostas pela falta de equipamentos de informática e veículos em não conformidade para deslocamentos nas ações fiscais, conclui-se que a ação fiscal desenvolvida nestes insumos pela SFA/MG foi positiva.

#### 4.1. 2. 3.5 - Ação: 21770000 - Fiscalização de Serviços Agrícolas

##### 4.1.2.3.5.1 - Dados Gerais da ação

<b>Tipo</b>	<b>Finalístico</b>
<b>Finalidade</b>	Assegurar a adequada qualidade de máquinas, implementos, insumos e serviços de aviação agrícola, visando compatibilizar o avanço tecnológico com a segurança humana e com a sustentabilidade ambiental.
<b>Descrição</b>	Fiscalização das empresas prestadoras de serviços agrícolas e de produção e comercialização de máquinas e implementos, e juntos aos proprietários de aviões agrícolas; registro e manutenção de cadastro das empresas prestadoras de serviços agrícolas e de produção e comercialização de máquinas e implementos; e homologação e publicação da relação de produtos químicos em condições de serem aplicados pela Aviação Agrícola.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	SDA e DFIA
<b>Unidades executoras</b>	SEFAG/DT-MG e UTRAS/DT-MG
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Divisão de Mecanização e Aviação Agrícola
<b>Coordenador nacional da ação</b>	
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	João Carlos Coda Albino Dias Chefe do SEFAG/DT-MG

#### Objetivo

Fiscalização das Atividades de Aviação Agrícola no Estado de Minas Gerais; Fiscalização realizadas nas sedes das empresas operadoras bem como em condições de campo, verificando o cumprimento das Normas Técnicas e de Trabalho;

Averiguar a observância às normas de proteção à vida e saúde, do ponto de vista operacional e das populações interessadas, bem como das de proteção à fauna e à flora.

#### Metas Físicas

Registro e Fiscalização de Empresas Operadoras de acordo com o item **V.1**

#### Comentários

Para as ações de fiscalização há a necessidade de recursos no início do exercício, tendo em vista que a atividade aero-agrícola concentra-se no primeiro trimestre do ano.

No exercício 2007, o Serviço de Fiscalização Agropecuária da SFA/MG teve dificuldades para a execução das atividades, haja vista o movimento de greve nacional, e falta recursos financeiros não disponibilizados ao Serviço.



Com relação aos recursos financeiros programados para o exercício de 2007, não aconteceu a descentralização dos mesmos para o Serviço ou pelo contingenciamento de recursos pelo Governo Federal ou pelo não atendimento dos recursos lançados no Plano Operativo Exercício 2007 do SEFAG/DT-MG (Fiscalização de Serviços Agrícolas) pela Divisão de Mecanização e Aviação Agrícola para o Estado de Minas Gerais.

#### **4.1.2. 3.6 - Ação: 21790000 - Fiscalização de Sementes e Mudanças**

##### **4.1.2.3.6.1 - Dados Gerais da ação**

<b>Tipo</b>	<b>Finalístico</b>
<b>Finalidade</b>	<b>Garantir a oferta de materiais de propagação vegetal de qualidade para os produtores rurais e certificar a produção de sementes e mudas para garantia de conformidade com os padrões de qualidade fisiológica, fitossanitária e identidade genética.</b>
<b>Descrição</b>	<b>Registro, fiscalização e inspeção da produção e da comercialização de sementes e mudas; análise laboratorial de amostras coletadas para verificação de atendimento aos padrões estabelecidos; e certificação da produção de sementes e mudas.</b>
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	<b>SDA e DFIA</b>
<b>Unidades executoras</b>	<b>SEFAG/DT-MG e UTRAS/DT-MG</b>
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	<b>Coordenação de Sementes e Mudanças (CSM)</b>
<b>Coordenador nacional da ação</b>	<b>Agwágner Dutra Alarcão – Coordenador da CSM</b>
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	<b>João Carlos Coda Albino Dias Chefe do SEFAG/DT-MG</b>

#### **Objetivo**

Fiscalização da Produção de Sementes e Mudanças no Estado de Minas Gerais e manutenção do sistema de conformidade, certificação e validação como base para a sustentação à semente brasileira perante a comunidade científica e ao mercado consumidor, em atendimento às normas de sementes e mudas, Lei nº 10.711, de 05 de agosto de 2003 e seu Regulamento, aprovado pelo Decreto Nº 5.153, de julho de 2004, que dispõe sobre o Sistema Nacional de Sementes e Mudanças.

Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados (OGM) e seus derivados, adotando como diretrizes o estímulo ao avanço científico na área de biossegurança e biotecnologia, a proteção à vida e à saúde humana, animal e vegetal, e a observância do Princípio da Precaução para a proteção do meio ambiente, de acordo com a Lei nº 11.105 – Lei de Biossegurança, de 24 de março de 2005, regulamentada pelo Decreto nº 5.591, de 24 novembro de 2005.

Dentro do Serviço de Fiscalização Agropecuária da SFA/MG, ao Plano Interno FISCALSEM1 – Fiscalização de Sementes e Mudanças, compete:

- Cadastrar e registrar material vegetal na forma da legislação específica e ainda os respectivos estabelecimentos que os produzem, manipulam, fracionam, distribuem, importam ou comercializam, e aqueles que prestam serviços especializados na agropecuária;
- Programar, controlar, orientar e promover a execução das atividades de fiscalização, inspeção, controle e acompanhamento de produtores de sementes, mudas e plantas matrizes, que têm fins comerciais e uso próprio, consoante normas específicas, inclusive quanto à observância dos descritores definidos no Registro Nacional de Cultivares;
- Colher amostra de sementes e mudas;
- Promover, orientar e proceder à certificação da produção de sementes e mudas e plantas matrizes;
- Instruir processos administrativos decorrentes de infrações, de acordo com a legislação específica, procedendo a devida notificação;
- Acompanhar, orientar e realizar auditorias nas unidades organizacionais vinculadas tecnicamente;
- Coletar, processar e manter os dados dos sistemas de informações relativas às atividades de fiscalização, inclusive dados quantitativos e qualitativos;
- Apoiar e subsidiar a participação da SFA/MAPA em comissões regionais, estaduais e municipais de sementes e mudas;
- Exercer a fiscalização relacionada a organismos geneticamente modificados, na forma da legislação específica;
- Autorizar previamente o embarque, inclusive no SISCOMEX, das importações e exportações de sementes e mudas;
- Elaborar relatório mensal e anual das atividades do serviço com vistas a subsidiar a elaboração do relatório de gestão anual da Superintendência Federal e atender à Coordenação de Sementes e Mudas da SDA/MAPA; e
- Emitir parecer com vista à autorização ou não de exportação ou importação de sementes, mudas ou plantas matrizes, em consonância com legislações específicas.

Melhoria dos níveis de conformidade e qualidade de sementes e mudas a serem disponibilizados para a agricultura nacional, com vistas a assegurar a produtividade das culturas e, conseqüentemente, a rentabilidade do agronegócio.

### **Planejamento Estratégico**

A execução das ações de fiscalização de sementes e mudas no Estado de Minas Gerais é feita pelo Serviço de Fiscalização Agropecuária - SEFAG/DT-MG, através de Fiscais Federais Agropecuários lotados na Sede e em Unidades Técnicas Regionais com apoio administrativo da Superintendência Federal de Agricultura. A fiscalização na área de ação de cada UTRA estará sob responsabilidade da mesma, sendo supervisionada pela sede, prevendo ações suplementares e de supervisão nas mesmas, quando necessário.

A execução das atividades correlatas ao presente Plano Interno é feita de acordo com Plano Operacional elaborado de acordo com as demandas do Estado sob a orientação da Coordenação de Sementes e Mudas / Departamento de Fiscalização de Insumos Agrícolas da Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA, onde consta toda uma Programação Física e Financeira.

### **Ação**

Fiscalização da produção de sementes e mudas no Estado de Minas Gerais;

## **Descentralização de Ações**

A descentralização dos serviços de fiscalização por convênio ou acordo, quando necessária, dar-se-á mediante proposição da unidade descentralizada do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento nas unidades federativas e aprovação do respectivo Ministro de Estado, após parecer conclusivo emitido, favoravelmente, pelo órgão técnico central.

## **Sub-ação**

Fiscalização dos estabelecimentos que produzem, beneficiem, armazenem, importem e exportem sementes e mudas, com coleta de amostras de acordo com a respectiva necessidade.

## **Objetivo**

Disponibilizar produtos de acordo com as exigências da legislação específica.

## **Metas Físicas**

Registro e Fiscalização de estabelecimentos e produtos, bem como coleta de amostras, de acordo com o item V.1.

## **Comentários**

A atividade de Fiscalização de Sementes e Mudas sofreu modificações estruturais, com reflexo imediato nas ações das SFA's nos Estados, em detrimento da edição das normas supracitadas e normas complementares, passando a atuar especificamente nas atividades de produção e deixando de atuar na Fiscalização do Comércio, em uma primeira etapa atuando na certificação de sementes e mudas, com inscrições de campos de produção e suas respectivas ações de inspeções dos campos inscritos, seu devido rito da parte burocrática, assim como inscrições de produtores e credenciamento de responsáveis técnicos e certificadoras de produção própria e entidades de certificação no Registro Nacional de Sementes e Mudas – RENASEM, alimentação de dados no e-BIS (Sistema de Informação de Sementes), informações ao SIPLAN (Sistema Integrado de Planejamento) e administração do SIOR (Sistema de Informações Orçamentárias).

Uma das prioridades da atividade de fiscalização dentro do Sistema é a investigação fiscal do uso indevido de sementes e mudas.

Os leitores, quanto à sua análise, devem fazer a leitura que a atividade de fiscalização da produção encontra-se aquém da demanda, uma vez que o Serviço exerceu parte da atividade de certificação no presente exercício, o que, pela sua consistência, absorveu na sua grande parte o desempenho de fiscalização em recursos humanos.

No desenvolvimento das atividades inerentes ao Plano Interno – FISCALSEM 1, existem dificuldades de Infra-estrutura Técnico Operacional e

logística como deficiências de veículo apropriado ao fim e em quantidade, necessidade de mais equipamentos de informática, dentre outros de menor vulto, falta de fiscais e necessidade de qualificação em serviço. De acordo com o conhecimento de Relatórios de Gestão e Planos Operacionais anteriores, as dificuldades apontadas foram informadas e não atendidas de acordo com as reais necessidades do Serviço.

Do mês de junho a setembro do exercício 2007, o Serviço de Fiscalização Agropecuária da SFA/MG teve as atividades inerentes ao Plano interrompidas, haja vista o movimento de greve de Fiscais Federais Agropecuários desta SFA/MG.

Informamos que muitas vezes Fiscais da equipe da atividade de sementes e mudas são solicitados a prestarem serviços externos ao SEFAG/DT-MG, junto à Coordenações da Secretaria de Defesa Agropecuária do MAPA e mesmo em outras Superintendências, dessa forma diminuindo o poder de ação, em contrapartida às necessidades demandadas de fiscalização no Estado.

Com relação aos recursos financeiros programados para o exercício de 2008, estes foram orientados em atendimento ao Ofício Circular Nº 34 / CSM/DFIA/SDA - MAPA, de 12 de dezembro de 2007, dispondo o mesmo sobre o orçamento que contempla o PI FISCALSEM1, programados para atender despesas básicas do PI no Estado de Minas Gerais, informados no Plano Operativo Exercício 2008.

#### **4.1. 2. 3.7 - Ação: 29090000 - Fiscalização de Agrotóxicos e Afins**

##### **4.1.2.3.7.1 - Dados Gerais da ação**

<b>Tipo</b>	<b>Finalístico</b>
<b>Finalidade</b>	<b>Assegurar a oferta de agrotóxicos efetivos no controle de pragas e doenças das plantas e que apresentem baixo impacto ambiental e baixos níveis de resíduos nos alimentos, mantendo-os adequados ao consumo humano.</b>
<b>Descrição</b>	<b>Fiscalização e inspeção de agrotóxicos e afins na</b>

	<b>produção, comercialização, importação, exportação e utilização; coleta de amostras para controle de qualidade e verificação de eficácia e praticabilidade agrônômica dos produtos.</b>
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	<b>SDA e DFIA</b>
<b>Unidades executoras</b>	<b>SEFAG/DT-MG e UTRAS/DT-MG</b>
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	<b>Coordenação Geral de Agrotóxicos e Afins (CGAA)</b>
<b>Coordenador nacional da ação</b>	<b>Luís Eduardo Pacifici Rangel (Coordenador da CGAA)</b>
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	<b>João Carlos Coda Albino Dias Chefe do SEFAG/DT-MG</b>

## **Objetivo**

A ação envolve as atividades de credenciamento e fiscalização de entidades para efetuar pesquisas e ensaios experimentais com agrotóxicos; credenciamento e fiscalização de empresas para prestação de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, suas partes e embalagens de madeira; em ambos os casos, efetua-se vistorias dos estabelecimentos como parte do processo de credenciamento; fiscalização de estabelecimentos produtores de agrotóxicos e afins, focando em produtos e processos.

## **Público-alvo**

Agricultores e usuários de agrotóxicos; estabelecimentos produtores de agrotóxicos; empresas prestadoras de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, seus produtos, subprodutos e embalagens de madeira; entidades envolvidas com pesquisas e ensaios experimentais com agrotóxicos; e obviamente, o cidadão enquanto consumidor.

Justificativa: A qualidade dos insumos e serviços agropecuários tem influência direta na produtividade, sendo fator preponderante no incremento da competitividade do agronegócio brasileiro. Para garantir os padrões de qualidade e conformidade desses produtos e serviços, faz-se necessária uma ação permanente de fiscalização por parte do poder público sobre as empresas, produtos e serviços colocados no mercado à disposição dos consumidores. Além disso, a atividade de tratamento fitossanitário no comércio internacional é uma questão de segurança do agronegócio, pois está relacionada à entrada de pragas exóticas no país.

## **Ação**

- ✓ Fiscalização de agrotóxicos;
- ✓ Fiscalização de empresas produtoras de agrotóxicos;
- ✓ Fiscalização de empresas credenciadas para prestação de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, suas partes e embalagens de madeira;

- ✓ Fiscalização de entidades credenciadas para efetuar pesquisas e ensaios experimentais com agrotóxicos.

### Sub-ação

- ✓ Coleta de amostras de agrotóxicos;
- ✓ Vistoria em empresas credenciadas e em produtores de agrotóxicos;

### Objetivo

- ✓ Salvar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos agrotóxicos colocados à disposição dos produtores;
- ✓ Salvar a qualidade fitossanitária de vegetais, suas partes e embalagens de madeiras relacionados ao comércio internacional do país.

### Metas

- ✓ Fiscalizar as empresas produtoras de agrotóxicos, com coleta de amostras do produto;
- ✓ Fiscalizar as empresas credenciadas para tratamento fitossanitário com fins quarentenários.
- ✓ Fiscalizar entidades credenciadas para efetuar pesquisas e ensaios experimentais com agrotóxicos.

## 4.1.3 - Programa: 359 - Desenvolvimento da Bovideocultura

### 4.1.3.1 – Dados Gerais

<b>Tipo de programa</b>	<b>375 – Desenvolvimento da Bovideocultura</b>
<b>Objetivos geral</b>	<b>Controle sanitário do rebanho bovino e Fomentar a atividade da bovinocultura</b>
<b>Gerente do programa</b>	<b>Márcio Antonio Portocarrero</b>
<b>Gerente executivo</b>	<b>Ézio Gomes da Mota</b>
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	-----
<b>Público – alvo (beneficiário)</b>	<b>Produtores rurais e Cooperativas</b>

### 4.1. 3. 3 - Gestão das Ações

#### 4.1. 3. 3.1 - Ação: 22720000 – Gestão e Administração do Programa

##### 4.1.3.3.1.1 - Dados Gerais da ação

<b>Tipo</b>	<b>Finalístico</b>
<b>Finalidade</b>	<b>Manutenção do banco de sêmen do Projeto Hungria – Projeto de fomento da bovinocultura leiteira através de convênio Brasil - Hungria.</b>
<b>Descrição</b>	<b>Compra de nitrogênio Líquido para manutenção do banco se sêmen, pagamento de funcionário responsável pela manutenção</b>

	<b>do banco de sêmen.</b>
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	<b>SDA e DFIP</b>
<b>Unidades executoras</b>	<b>SEFAG/DT-MG</b>
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	<b>Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo - SDC/MAPA</b>
<b>Coordenador nacional da ação</b>	<b>Ézio Gomes da Mota</b>
<b>Responsável pela execução da ação no nível local (quando for o caso)</b>	<b>João Carlos Coda Albino Dias Chefe do SEFAG/DT-MG</b>

## Objetivo

- O Projeto Hungria tem por objetivo o fomento da bovinocultura leiteira no Brasil, através de melhoria zootécnica do rebanho com a venda a baixo custo de doses de sêmen de animais de alta produção da Hungria. Há um banco de sêmen a disposição de cooperativas para aquisição deste material. E o MAPA cabe a responsabilidade de manter em condições adequadas este banco de sêmen, com reposição de nitrogênio líquido.
- Com relação ao Projeto Hungria, também neste ano de 2007 não houve nenhum convênio para venda do sêmen, cujo estoque é cerca de 100.000 doses.

OBS: Neste programa não cabe a análise de indicadores de desempenho, pois a ação é exclusivamente para a manutenção do banco de sêmen sob a responsabilidade do MAPA.

**Em 2007 foram gastos pela ação R\$36.539,00 com a manutenção do banco de sêmen:**

- ✓ 339030 – R\$27.899,00 – Aquisição de Nitrogênio Líquido
- ✓ 339036 – R\$7.200,00
- ✓ 339147 – R\$1.440,00

A EMBRAPA e a Escola de Veterinária da UFMG, solicitaram em 2007, a doação dos equipamentos do convênio que estão nos seus laboratórios de Reprodução Animal.

## Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário – SEPDAG

### Perfil

O SEPDAG foi criado através da Portaria nº 300 de 16/06/2005 para dar suporte e apoio no âmbito do Estado de Minas Gerais aos programas da SDC, SPA e Secretaria de Produção e Agroenergia.

O serviço tem em suas ações a promoção, orientação e acompanhamento de execução das atividades relativas ao desenvolvimento rural, às políticas de crédito, investimentos públicos, produção orgânica, agroecologia, indicação geográfica e a rastreabilidade e também coordena e acompanha as atividades de guarda, conservação dos cafés estocados e a execução das políticas cafeeiras e de agroenergia.

### Missão

Promover e acompanhar no âmbito do Estado de Minas Gerais a execução das Políticas Agrícolas emanadas do Governo Federal através do MAPA em integração e parcerias com o poder público estadual, municipal, entidades de classe, cooperativas agropecuárias e entidades não-governamentais, buscando o desenvolvimento agrícola e pecuário.

## **Planejamento Estratégico**

Seguindo orientações e critérios emanados dos órgãos centrais, Secretaria de Política Agrícola, Secretaria de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo, e Secretaria de Produção e Agroenergia, é elaborada a programação das atividades a serem desenvolvidas no ano, tendo em vista as particularidades e prioridades relativas ao estado de Minas Gerais, de forma participativa com os integrantes do setor, objetivando torná-la mais objetiva e eficiente, contemplando metas e objetivos institucionais, bem como meios e recursos materiais necessários à sua operacionalização.

Além das atividades pré-planejadas, muitas das atividades do SEPDAG são realizadas conforme demanda.

### **4.1 - Programas**

Em 2007, o SEPDAG executou programas de grande relevância no âmbito local e nacional. Programas que, em termos gerais, são políticas de desenvolvimento do setor agropecuário. Dentro de cada programa foram desenvolvidas ações que atendem as peculiaridades de Minas Gerais.

Os programas executados foram:

- Propriedade Intelectual: **visa atender as demandas e interesses socioeconômicos e tecnológicos da sociedade com relação à garantia dos direitos relativos à propriedade intelectual;**
- Desenvolvimento da Economia Cafeeira: **promover o aumento de renda dos agentes da cadeia produtiva do agronegócio do café;**
- Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas: **objetiva a proteção dos consumidores, assegurando a qualidade, a inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos, a eles ofertados;**
- Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-orgânico: **com ênfase nos produtos orgânicos, o programa visa aumentar sua oferta e exportação;**
- Manejo e Conservação de Solos na Agricultura: **visa assegurar o uso e manejo adequado do solo a fim de garantir a produção sustentável de alimentos e o acesso à água de qualidade para consumo humano e animal;**
- Desenvolvimento da Fruticultura – Profruta: **visa elevar a fruticultura brasileira aos padrões exigidos pelo mercado internacional;**
- Desenvolvimento do Cooperativismo e Associativismo rural: **com vistas à eficiência do setor produtivo e da prestação de serviços, o programa visa fortalecer o cooperativismo e o associativismo rural;**
- Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário: **apoiar projetos relativos ao desenvolvimento do setor agropecuário, bem como facilitar à aquisição de patrulha mecanizada.**

#### **4.1.4 - Programa: 0393 Propriedade Intelectual**



## Objetivo

Visa atender as demandas e interesses socioeconômicos e tecnológicos da sociedade com relação à garantia dos direitos relativos à propriedade intelectual;

### 4.1.4.1 - Dados Gerais:

<b>Tipo de programa</b>	<b>Finalístico (código: 0393)</b>
<b>Objetivo geral</b>	<b>Garantir a proteção dos direitos relativos à propriedade intelectual, considerando o seu interesse social e o desenvolvimento tecnológico e econômico do país.</b>
<b>Gerente do programa</b>	<b>Roberto Jaguaribe Gomes de Matos</b>
<b>Gerente executivo</b>	--
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• <b>Crescimento do volume de depósitos de patentes de invenção prioridade BR;</b></li><li>• <b>Crescimento de volume de depósitos de patentes de modelo de utilidade prioridade BR;</b></li><li>• <b>Prazo de análise de contratos e faturas de tecnologia;</b></li><li>• <b>Prazo de concessão de patentes;</b></li><li>• <b>Prazo de concessão de registro de desenho industrial;</b></li><li>• <b>Prazo para concessão de registro de marcas.</b></li></ul>
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	<b>Empresas; instituições científicas e tecnológicas; inventores isolados.</b>

### 4.1.4.2 - Ação do Programa: Fomento a Indicação Geográfica – IG de Produtos Agropecuários - PI's FOMEAGRO

#### Descrição

Planejar, fomentar, coordenar, supervisionar e avaliar programas e ações de indicação geográfica de produtos agropecuários em Minas Gerais. Divulgar a cultura de Indicação Geográfica no meio rural e entre os consumidores, capacitar agentes, formalizar convênios e apoiar as organizações de produtores para a melhoria das condições higiênico-sanitárias.

#### Objetivo

Apoio a projetos de promoção e difusão, capacitação de recursos humanos (servidores, técnicos e gestores de cooperativas e associações, produtores rurais, representantes de entidades nacionais envolvidas com a formulação de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento do setor produtivo), estudos e diagnósticos, programas de cooperação técnica, orientação, promoção e acompanhamento dos processos de certificação IG de produtos agropecuários; além de:

Desenvolvimento de sistemas de informação que subsidie e trate das questões que envolvam a IG de produtos agropecuários no estado;

Incrementar as cadeias produtivas agropecuárias com potencial para obtenção de IG, acompanhar com vistas à melhoria da qualidade dos produtos agropecuários e monitorar os projetos voltados para os produtos agropecuários que estão pleiteando tal certificação, objetivando a ampliação do rol de produtos protegidos por IG em Minas Gerais;e

Auditar as cadeias produtivas já certificadas com IG no estado de Minas Gerais.

#### **4.1.4.3 – Gestão das Ações**

##### **4.1.4.3.1 – Ação 2B47 – Fomento a Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários.**

###### **4.1.4.3.1.1 - Dados Gerais**

<b>Tipo</b>	<b>Atividade 2B47</b>
<b>Finalidade</b>	<b>Incrementar as cadeias produtivas agropecuárias com potencial de IG, acompanhar e monitorar os produtos agropecuários já certificados, objetivando a ampliação do rol de produtos protegidos por IG no Brasil e em outros mercados de interesse, com o conseqüente aumento da renda e do emprego nas cadeias de produção envolvidas, nas comunidades locais organizadas, bem como na defesa dos interesses do agronegócio diante das imposições do mercado internacional.</b>
<b>Descrição</b>	<b>Apoio a projetos de promoção, difusão e capacitação de recursos humanos, bem como promover a capacitação de servidores, técnicos e gestores de</b>

	<p>cooperativas, produtores rurais, representantes de entidades nacionais envolvidas com a formulação de políticas públicas de apoio ao desenvolvimento do setor produtivo, estudos e diagnósticos, programas de cooperação técnica, orientação, promoção e acompanhamento dos processos de certificação de IG de produtos agropecuários; além de :</p> <p>1 - Desenvolver sistemas de informação que subsidiem e tratem das questões que envolvam a IG de produtos agropecuários;</p> <p>2 - Incrementar a produção de produtos agropecuários que têm potencial de reconhecimento como IG com vistas à melhoria da qualidade destes produtos;</p> <p>3 - Auditar as cadeias produtivas certificadas com IG.</p>
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SDC
Unidades Executoras	P
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	CIG/DEPTA ; SEPDAG
Coordenador Nacional da Ação	Bivanilda Almeida Tapias
Responsável pela execução da ação no nível local	Carlos Roberto de Castro

#### 4.1.4.3.1.2 - Resultados

##### Recurso financeiro executado

R\$11.431,22 (onze mil, quatrocentos e trinta e um reais e vinte e dois centavos)

##### Metas

- ✓ Realizar o Diagnóstico de Potencial Indicações Geográficas – IG em Minas Gerais, mapeando os produtos e planejando atividades relacionadas à proteção e ao reconhecimento da IG para produtos agropecuários;
- ✓ Apoiar projetos visando ao encaminhamento de solicitações de obtenção de IG junto ao INPI;

#### 4.1.5- Programa: 0350 Desenvolvimento da Economia Cafeeira

##### Objetivos

Objetiva o atendimento a demandas e interesses socioeconômicos e tecnológicos da sociedade com relação à garantia dos direitos relativos à propriedade intelectual;

##### 4.1.5.1 - Dados Gerais

<b>Tipo de programa</b>	<b>Finalístico (código: 0350)</b>
<b>Objetivo geral</b>	<b>Promover o aumento de renda dos agentes da cadeia produtiva do agronegócio do café</b>
<b>Gerente do programa</b>	<b>Vilmondes Olegario da Silva</b>
<b>Gerente executivo</b>	<b>Lucas Tadeu Ferreira</b>
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Consumo interno de café;</li> <li>• Volume de exportação de café;</li> <li>• Volume de produção de café.</li> </ul>
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	<b>Segmentos da cadeia produtiva do café: produção, industrialização, comercialização e exportação.</b>

#### **4.1.5.2 - Ação do Programa: Desenvolvimento da Economia Cafeeira: PI - Gestão e Administração do Programa de Desenvolvimento da Economia Cafeeira**

##### **Descrição**

Objetiva o atendimento a demandas e interesses socioeconômicos e tecnológicos da sociedade com relação à garantia dos direitos relativos à propriedade intelectual;

##### **Objetivo**

Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa. Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos, despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios a formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades-meio necessárias à gestão e administração do programa.

##### **4.1.5.3.1.1 - Dados Gerais**

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	<b>Constituir um centro de custos administrativos dos programas, agregando as despesas que não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa.</b>
<b>Descrição</b>	<b>Essas despesas compreendem: serviços administrativos; pessoal ativo; manutenção e uso de frota veicular, própria ou de terceiros por órgãos da União; manutenção e conservação de imóveis próprios da União, cedidos ou alugados, utilizados pelos órgãos da União; tecnologia da</b>

	informação, sob a ótica meio, incluindo o apoio ao desenvolvimento de serviços técnicos e administrativos; despesas com viagens e locomoção (aquisição de passagens, pagamento de diárias e afins); sistemas de informações gerenciais internos; estudos que têm por objetivo elaborar, aprimorar ou dar subsídios à formulação de políticas públicas; promoção de eventos para discussão, formulação e divulgação de políticas, etc; produção e edição de publicações para divulgação e disseminação de informações sobre políticas públicas e demais atividades meio necessárias à gestão e administração do programa.
Unidade Responsável pelas decisões estratégicas	SPAЕ/DCAF
Unidades Executoras	Funcafé
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	DCAF/ SEPDAG's
Coordenador Nacional da Ação	Claúdia Marinelli
Responsável pela execução da ação no nível local	Carlos Roberto de Castro

#### 4.1.5.3.1.2 – Resultados

##### Recurso financeiro executado

R\$10.510,19 (dez mil, quinhentos e dez reais e dezenove centavos)

##### Serviços realizados

- ✓ Vistorias nas Unidades Armazenadoras de Café de Manhumirim, Campos Altos, Varginha, Juiz de Fora, Conceição do Rio Verde, São Sebastião do Paraíso, Perdões.
- ✓ Participação na comissão julgadora do 1º FestCafé em Minas Gerais, representando o MAPA.
- ✓ Participação do 15º Seminário do Café do cerrado em Patrocínio para articulação com associação dos produtores que obtiveram a indicação de procedência para do Café do Cerrado.
- ✓ Participação do 13º Comitê de Cafés Especiais na Cooparaíso, representando o MAPA.
- ✓ Fiscalização dos convênios MAPA/ Minas Café e MAPA/Fundaccer ambos ligados à SPAE/MAPA.

#### 4.1.6 - Programa: 0356 Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas

##### Objetivos

Objetiva a proteção dos consumidores, assegurando a qualidade, a inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos a eles ofertados;

#### 4.1.6.1 - Dados Gerais

<b>Tipo de programa</b>	<b>Finalístico(código: 0356)</b>
<b>Objetivo geral</b>	<b>Assegurar a qualidade e inocuidade de alimentos, bebidas e correlatos ofertados aos usuários</b>
<b>Gerente do programa</b>	<b>Inácio Afonso kroetz</b>
<b>Gerente executivo</b>	<b>Ângela Pimenta Peres</b>
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	<ul style="list-style-type: none"><li>• Índice de conformidade de produtos de origem vegetal e animal;</li><li>• Número de Estabelecimento com sistema de análise de perigos e pontos críticos de controle (APPCC);</li><li>• Número de estabelecimento de produção de alimentos e bebidas com controle sanitário;</li><li>• Taxa de conformidade na produção de alimentos e bebidas.</li></ul>
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	<b>Produtores, indústrias, cerealistas, armazenistas, estabelecimentos comerciais, bolsas e consumidor.</b>

#### 4.1.6.2 – Ação do Programa: Certificação da origem e da movimentação de insumos e produtos agropecuários - PI RASTREAB

##### Descrição

Desenvolvimento e implantação de processos de controle de certificação de origem dos animais para elaboração do cadastro rural, desenvolvimento de sistema informatizado de identificação, mediante trabalho de campo e inspeção nos pontos de consumo com o envolvimento das autoridades regionais.

##### Sub-ação

Credenciar e auditar empresas certificadoras que operam o SISBOV – Sistema Brasileiro de Identificação e Certificação de Origem Bovina e Bubalina.

##### Objetivo

Detectar e identificar problemas sanitários e sua origem a qualquer momento do processo produtivo, atendendo ainda aos compromissos institucionais para manutenção e ampliação das exportações brasileiras.

#### 4.1.6.3.1.1 - Dados Gerais

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	<b>Detectar e identificar problemas sanitários e sua origem, a qualquer momento do processo de produtivo, atendendo ainda aos compromissos internacionais para a manutenção e ampliação das exportações brasileiras.</b>
<b>Descrição</b>	<b>Certificação de origem dos animais, gestão da</b>

	<b>movimentação e controle dos produtos.</b>
<b>Unidade Responsável pelas decisões estratégicas</b>	<b>SDA</b>
<b>Unidades Executoras</b>	<b>CSR e SFA's</b>
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	<b>CSR</b>
<b>Coordenador Nacional da Ação</b>	<b>LUIZ CARLOS BHRING NASSER</b>
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	<b>Carlos Roberto de Castro</b>

#### **Recurso financeiro executado**

R\$16.846,21 (dezesesseis mil, oitocentos e quarenta e seis reais e vinte e um centavos)

#### **Meta**

Auditar empresas certificadoras do SISBOV em Minas Gerais.

#### **4.1.7 - Programa: 1225 Desenvolvimento da Agricultura Orgânica – Pró-orgânico**

##### **Objetivo**

Com ênfase nos produtos orgânicos, o programa visa aumentar sua oferta e exportação;

##### **4.1.7.1 - Dados Gerais**

<b>Tipo de programa</b>	<b>Finalístico</b>
<b>Objetivo geral</b>	<b>Aumentar a oferta de produtos orgânicos e sua exportação</b>
<b>Gerente do programa</b>	<b>Marcio Antonio Portocarrero</b>
<b>Gerente executivo</b>	<b>Rogério Pereira Dias</b>
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Taxa de participação das unidades de produção orgânica no total de unidades de produção nacional;</li> <li>• Taxa de participação de alimentos orgânicos na produção agropecuária brasileira.</li> </ul>
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	<b>Produtores, processadores, distribuidores e</b>

#### 4.1.7.3.1 - Ação: 4751 Fomento ao Uso de Produtos e Processos Adequados à Produção Orgânica de Alimentos - Projeto Interno: FOMORGAN (4751)

##### Descrição

Ação orientada para reduzir a dependência de recursos não renováveis nos processos orgânicos de produção que preservam a diversidade biológica dos ecossistemas naturais, utilizam produtos e processos que garantam a sustentabilidade social, ambiental e econômica da atividade, fomentando a formação de banco de sementes orgânicas, de sistemas mistos de pastagens, cultivos de cobertura do solo, rotação de culturas e adubação verde, junto a associações e cooperativas de produtores rurais e instituições de pesquisa e de assistência técnica e extensão rural.

##### Sub-ação

Fortalecimento das organizações sociais ligadas ao setor de produção orgânica.

##### Objetivo

Propiciar maior conhecimento técnico sobre a produção orgânica entre produtores rurais.

##### Meta

Produtores atendidos por meio de material de divulgação e da realização de eventos técnico-científicos.

##### 4.1.7.3.1.1- Dados Gerais

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	<b>Aumentar a oferta de insumos e de tecnologias adequadas aos sistemas orgânicos de produção, que atendam às especificações aprovadas pelas regulamentações nacional e internacional.</b>
<b>Descrição</b>	<b>Fomento à formação de bancos de sementes orgânicas, leguminosas e gramíneas nas propriedades rurais, associações e cooperativas de produtores e instituições de pesquisa, a fim de suprir a grande demanda existente e favorecer a utilização de sistemas de pastagens mistas (gramíneas e leguminosas), cultivos de cobertura do solo, rotação de culturas e adubação verde, dentre outras facilidades de acesso aos produtos e processos necessários ao desenvolvimento da agricultura orgânica.</b>
<b>Unidade Responsável pelas decisões estratégicas</b>	<b>SDC/DEPROS/CGDS</b>
<b>Unidades Executoras</b>	<b>CGDS</b>
<b>Áreas responsáveis por</b>	<b>CGDS/ SEPDAG's</b>



<b>gerenciamento ou execução</b>	
<b>Coordenador Nacional da Ação</b>	<b>Rogério Pereira Dias</b>
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	<b>Miriam Éster Soares</b>

## **Comentários**

O indicador “produtores atendidos” também abrange técnicos, extensionistas, professores e estudantes. Pela capacidade de alcance deste público no atendimento a outros públicos, estima-se que a amplificação indireta da eficácia desta meta na prática. Houve um ajuste do número previsto de 50.000 produtores na programação original, devido ao contingenciamento de recursos. O apoio às publicações técnico-científicas e, conseqüentemente, o relacionamento com instituições voltadas ao desenvolvimento da agricultura orgânica constituem uma das atribuições da Comissão da Produção Orgânica em Minas Gerais CPORG-MG, criada pela Portaria nº 556 de 14 de dezembro de 2004, da Delegacia Federal de Agricultura em Minas Gerais. As competências da CPORG-MG estão em conformidade com a Lei Federal nº 10.831 de 23 de dezembro de 2003; com a Portaria nº 158 de 08 de julho de 2004 e com a Instrução Normativa nº 07 de 17 de maio de 1999.

Nesse âmbito, a publicação técnico-científica dos anais do 8º seminário brasileiro sobre homeopatia na agropecuária orgânica, promovido pela Universidade Federal de Viçosa/Departamento de Fitotecnia - Programa de Extensão “Divulgação das plantas medicinais, da homeopatia e da produção de alimentos orgânicos” dispõe sobre a produção orgânica, incentivando a manipulação de produtos agrícolas com base no uso de métodos de elaboração cuidadosos, com o propósito de manter a integridade orgânica e as qualidades vitais do produto em todas as etapas.

O Departamento de Fitotecnia da UFV possui tradição na realização do referido seminário e na respectiva publicação dos anais que agregam as pesquisas atuais sobre a temática no âmbito nacional. A distribuição da publicação é coordenada pelo professor Vicente Casali, possibilitando a difusão de conhecimento para segmentos diversificados, a exemplo de pesquisadores, extensionistas, técnicos, estudantes e produtores que atuam na produção agropecuária orgânica.

A estruturação e implantação do Projeto Banco Comunitário de Sementes de Adubos Verdes 2007-2010 envolveu ações que resultaram na constituição de um Grupo de Trabalho interinstitucional composto pelo SEPDA, EMATER, EPAMIG, CERTIFICADORA MINAS ORGÂNICA, EMBRAPA. As ações do Projeto Banco Comunitário de Sementes de Adubos Verdes em Minas Gerais iniciaram-se no dia 17 de setembro de 2007 quando, em reunião ordinária da CPORG-MG, houve a apresentação do Projeto Banco Comunitário de Sementes de Adubos Verdes e detalhamento da participação da CPORG-MG no Projeto, conforme relatado em ata.

Para a condução do projeto no estado, ficou definida a criação de um grupo gestor que além do SEPDA/DT/SFA-MG conta com a participação das instituições de pesquisa, EPAMIG e EMBRAPA, de extensão rural, a EMATER-MG, além da Secretaria de Abastecimento e, representando as instituições não-governamentais, a certificadora MINAS ORGÂNICA. Este grupo gestor, em outras duas reuniões, definiu o cronograma de execução das primeiras etapas do Projeto, quais sejam, o encontro

técnico para nivelamento dos técnicos instrutores e I curso de capacitação de técnicos multiplicadores, como também a metodologia a ser trabalhada.

Em 22 de novembro de 2007, foi realizado o encontro técnico para nivelamento dos técnicos instrutores o qual contou com a participação da representante da Coordenação de Agroecologia do MAPA, Tereza Saminez. Neste encontro, estiveram presentes 13 representantes do grupo gestor e do IMA. Inicialmente, houve apresentação pela COAGRE/SDC/MAPA do detalhamento dos aspectos gerais do programa, ocasião que foram tratadas também as perspectivas e formas de participação das instituições, definindo-se pelo treinamento dos técnicos multiplicadores em dezembro de 2007, dias 12 e 13, uma vez que, logo após este curso, os técnicos de campo, de posse das sementes, já realizariam a capacitação dos agricultores familiares que aderiram ao projeto neste ano. Posteriormente, houve apresentação de palestra sobre adubação verde, ministrada pela pesquisadora da EPAMIG Hortência Abranches Purcino. Para realização deste encontro foram gastos R\$ 896,55 do PI Orgorgan para custeio de diárias.

Posteriormente, a coordenação do projeto e os representantes da EMATER que integram ao grupo gestor reuniram-se para definir a organização, logística e programa do curso para os técnicos multiplicadores. Devido à urgência na entrega das sementes que deveria ocorrer em data anterior ao curso, houve necessidade de contratar transporte para a coleta das sementes na FUNDAG-IAC Campinas até Sete Lagoas-MG, local de realização do evento. O custo do transporte foi de R\$ 3.000,00.

O I curso Banco Comunitário de sementes de Adubos Verdes para técnicos multiplicadores ocorreu em Sete Lagoas, nas dependências do NIA – Embrapa Milho e Sorgo. Estiveram presentes 47 técnicos, sendo 6 pesquisadores da EPAMIG, 6 pesquisadores da EMBRAPA Milho e Sorgo, 34 extensionistas da EMATER-MG e 1 representante do SEPDA/MAPA, Lygia Bortolini (conforme lista presença). Serão atendidos 138 produtores. Foram ainda elaborados o projeto executivo “Projeto Banco Comunitário de Sementes de Adubos Verdes 2007-2010”, e a minuta da proposta de um convênio de trabalho com a execução prevista pela EPAMIG, e respectivo projeto técnico que, após as avaliações pelo setor jurídico do MAPA-DF foi indeferido.

O apoio à elaboração das normas e critérios referente à operacionalização que trata o Termo de Cooperação Técnica nº.1.2053/07 do "Barracão dos Produtores", visou inserir a temática orgânica em um público estimado em 5.000 produtores. Com as ações, o ambiente interinstitucional foi criado e a continuidade do Projeto Banco Comunitário de Sementes de Adubos Verdes 2007-2010 está garantida para os próximos 03 anos, o que representa o fomento à produção de insumos na propriedade pelo setor orgânico mineiro por meio de um processo que evidenciará o potencial das instituições para sustentar a consolidação de políticas públicas relacionadas ao tema.

Ressalte-se que a proposta que está sendo modelada em Minas Gerais deverá servir de referência nacional para os demais bancos de sementes que se encontram em implantação nas outras unidades da Federação. Nesse âmbito, foi desenvolvida a metodologia do curso para técnicos multiplicadores e planilha de acompanhamento das propriedades participantes do Projeto Banco Comunitário de Sementes de Adubos Verdes.

**4.1.7.3.2- Ação: 4720 Certificação da Produção Orgânica de Alimentos Projeto Interno - CERTORGAN (4720)**

## Descrição

Credenciamento, supervisão e auditoria de entidades certificadoras da produção orgânica; cadastramento e fiscalização de produtores e produtos certificados e capacitação.

## Sub-ação

Capacitação de recursos humanos.

## Objetivo

Criar condições para o credenciamento, supervisão e auditorias de certificadoras e produtores.

### 4.1.7.3.2.1 - Dados Gerais

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	<b>Criar condições para o credenciamento, supervisão e auditorias de certificadoras e produtores.</b>
<b>Descrição</b>	<b>Credenciamento, supervisão e auditoria de entidades certificadoras da produção orgânica; cadastramento e fiscalização de produtores e produtos certificados e capacitação</b>
<b>Unidade Responsável pelas decisões estratégicas</b>	<b>SDC/DEPROS/CGDS</b>
<b>Unidades Executoras</b>	<b>CGDS/SEPDAG</b>
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	<b>CGDS/ SEPDAG's</b>
<b>Coordenador Nacional da Ação</b>	<b>Rogério Pereira Dias</b>
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	<b>Mirian Éster Soares</b>

## Comentários

Originalmente, foi previsto o credenciamento e a supervisão de 09 certificadoras na programação do SEPDAG para o ano de 2007, considerando-se que a Lei 10.831 seria regulamentada. Entretanto, a promulgação do Decreto n.º 6323 ocorreu somente ao final do ano, no dia 27/12/2007. Desse modo, as ações aqui descritas representam uma etapa preparatória.

No âmbito desta fase preparatória para a implementação do CERTORGAN em Minas Gerais foram realizadas as seguintes atividades exploratórias:

- Apoio à participação do representante da Emater na Comissão da Produção Orgânica-MG, com financiamento do deslocamento, no III Seminário de Capacitação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável, realizado em Santa Catarina;
- Uma (01) reunião técnica no Centro de Pesquisas em Milho e Sorgo – Embrapa Sete Lagoas para o agendamento do XI Seminário Mineiro sobre produção orgânica

que será promovido com o apoio da CPORG-MG no município de Sete Lagoas no ano de 2008;

Participação na Oficina Nacional em Agricultura Orgânica promovida pela coordenação de agroecologia-MAPA, com a elaboração da minuta referente à produção orgânica e agroecologia no PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL 2008-2011 (PPAG 2008-2011).

- Palestra e realização de oficina sobre produtos orgânicos no II COMAN (Congresso Mineiro de Nutrição) que tratou da "Alimentação e Estilo de Vida Saudáveis", na cidade de Ouro Preto, com cerca de 350 participantes;
- Realização de trabalho educativo com os participantes da II Feira Agríminas, promovida pela FETAEMG, que contou com a visita de um público estimado em 3.000 pessoas;
- Produção do documento "Proposta de apoio ao fomento e desenvolvimento da cadeia produtiva da agricultura orgânica/agroecologia em Minas Gerais", que subsidiou ações estratégicas na Assembléia Legislativa Mineira para a inserção da temática no PPAG 2008-2011;
- Participação no processo de avaliação do Prêmio Regina Nabuco promovido pela Secretaria Municipal Adjunta do Abastecimento no âmbito da Segurança Alimentar, especificamente no Comitê de análise da "Feira Orgânica Municipal" e do projeto "Direto da Roça".
- Produção do documento "Matriz com os atributos para uma Política e Ação Estratégica para o Setor da Produção Orgânica e Agroecológica no Estado de Minas Gerais" que subsidiou a produção do documento "Proposta de apoio ao fomento e desenvolvimento da cadeia produtiva da agricultura orgânica/agroecologia em Minas Gerais",.

Ressalte-se que a oficina nacional sobre agricultura orgânica foi promovida pela coordenação nacional de agroecologia para avaliação e formulação do plano nacional de agricultura orgânica, contemplando os mecanismos para ampliação da produção orgânica e para o estímulo ao consumo de produtos orgânicos. A interação técnica-institucional ocorrida durante o III Seminário de Capacitação em Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável favoreceu a obtenção de subsídios técnico-científicos para a articulação posterior do Programa Interinstitucional em Minas Gerais visando à promoção da agricultura orgânica.

O documento "Proposta de apoio ao fomento e desenvolvimento da cadeia produtiva da agricultura orgânica/agroecologia em Minas Gerais" abordou a contextualização da produção e do mercado de produtos orgânicos com ênfase no Estado de Minas Gerais, contendo orientações objetivas e adequadas ao encaminhamento de uma Política de Estado para a Agricultura Orgânica no âmbito legislativo e executivo. Teve como foco as estratégias e ações prioritárias para os problemas identificados na "Matriz com os atributos para uma política e ação estratégica para o setor da produção orgânica e agroecológica no estado de minas gerais" resultante da reunião da Comissão da Produção Orgânica no Estado de Minas Gerais realizada no dia 24/08/2007.

#### **4.1.7.3.3 - Ação: 4748 Organização e Capacitação de Agentes Atuantes em Produção Orgânica de Alimentos - Projeto Interno – ORGORGAN (4748)**

##### **Descrição**

Atuação de forma conjunta com instituições de ensino e capacitação profissional, públicas e privadas.

### **Sub-ação**

Disponibilização de informações e treinamento em sistemas de produção agropecuária orgânica.

### **Objetivo**

Beneficiar públicos-diversificados afins à agricultura orgânica.

#### **4.1.7.3.3.1 - Dados Gerais**

<b>Tipo</b>	<b>Atividade</b>
<b>Finalidade</b>	<b>Capacitar técnicos e produtores rurais no que se refere à geração e/ou adaptação de conhecimentos necessários à produção orgânica e gestão adequada do seu empreendimento.</b>
<b>Descrição</b>	<b>Disponibilização de informação e treinamento em sistemas de produção agropecuária que conjuguem técnicas de manejo e diversificação da propriedade, potencializando a reciclagem de nutrientes, redução de patógenos e insetos-praga, eliminação de determinados contaminantes e conservação e melhoria da fertilidade do solo e da qualidade da água.</b>
<b>Unidade Responsável pelas decisões estratégicas</b>	<b>SDC/DEPROS/CGDS</b>
<b>Unidades Executoras</b>	<b>CGDS/SEPDAG</b>
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	<b>CGDS/ SEPDAG's</b>
<b>Coordenador Nacional da Ação</b>	<b>Rogério Pereira Dias</b>
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	<b>Miriam Éster Soares</b>

### **Meta**

- ✓ Pessoas capacitadas e informadas

### **Comentários**

A efetividade pode ser constatada por meio do impacto positivo entre as instituições integrantes da Comissão da Produção Orgânica que participaram de 08 reuniões realizadas ao longo do ano pela Comissão da Produção Orgânica no Estado de Minas Gerais e promoveram ações técnicas em suas respectivas áreas. O X Seminário Mineiro sobre Produção Orgânica realizado na Escola Agrotécnica de Rio Pomba, e o V Encontro de Agricultura Orgânica de Pedralva-MG difundiram

conhecimentos para um número estimado em 1.200 pessoas, entre estudantes, produtores e extensionistas.

Esse alcance também pode ser observado com a realização da III Semana do Alimento Orgânico, que foi precedida de reuniões técnico-científicas para elaboração de projeto sobre Produção Orgânica no Estado de Minas Gerais. A III Semana do Alimento Orgânico foi promovida com o apoio dos integrantes da Comissão, conforme a tabela “Equipe Realizadora da III Semana”. A etapa infantil relacionada à difusão e incentivo ao consumo orgânico será promovida no segundo semestre de 2008.

A seguir, são apresentados os principais eventos realizados:

#### **EVENTO 1: A COMISSÃO DA PRODUÇÃO ORGÂNICA VAI À ASSEMBLÉIA LEGISLATIVA DE MINAS GERAIS**

Ação coletiva de divulgação e apresentação de propostas relacionadas à produção orgânica para o Plano Plurianual de Ação Governamental (PPAG- MG 2008-2011), nas Audiências Públicas que foram realizadas nos dias 06, 07 e 08 de novembro na Assembléia Legislativa de Minas Gerais. Para subsidiar a ação, a CPORG produziu previamente o documento “PROPOSTAS DE REVISÃO DO PLANEJAMENTO PLURIANUAL DO ORÇAMENTO PROJETOS DE LEI PPAG - 2008-2011 (PLANO PLURIANUAL DE AÇÃO GOVERNAMENTAL). A estratégia contemplou o contato prévio na ALMG, com a Comissão de Participação Popular, e com a Comissão de Política Agropecuária para a apresentação geral e entrega do documento. Além da mobilização política promovida pela CPORG-MG durante o evento, com a explicitação oral e por escrito, de propostas objetivas para o Plano de Trabalho do governo do estado, houve a montagem de um stand com a distribuição ampla de materiais, ocorrendo também a apresentação dos propósitos da III Semana no evento de abertura e a participação dos integrantes da CPORG-MG nos diversos grupos temáticos de trabalho. Os participantes receberam informações sobre os pontos de venda e sobre as características dos produtos orgânicos.

Houve uma entrevista ao Jornal MG TV da Rede Globo, no dia 06 de novembro – edição local. A relação de presença do público pode ser balizada pelo relatório produzido pelo setor de relações públicas da ALMG, indicando o número de participantes nos eventos realizados durante as Audiências Públicas.

**Nº produtores atendidos:** estimativa de 100 produtores, por meio do repasse indireto dos materiais distribuídos na campanha de divulgação.

**Nº outras pessoas atendidas:** 1.935 participantes das audiências realizadas por meio da campanha ampla de divulgação dos materiais.

#### **EVENTO 2- A EMATER APÓIA A PRODUÇÃO ORGÂNICA**

Durante a Semana, e ao longo do Semestre, a coordenação de agroecologia da Emater promoveu cursos de capacitação em agricultura orgânica para técnicos extensionistas de 32 escritórios regionais da empresa, que repassarão os materiais de divulgação da semana, para cerca de 500 escritórios regionais da empresa. Houve a implantação de 03 Unidades Demonstrativas de hortaliças e milho orgânico nos municípios de Rio Manso, Ituiutaba e São Vicente.

**Nº produtores atendidos:** 16.000 produtores atendidos com o material da campanha, de modo amplo, sem processos específicos de capacitação.

**Nº outras pessoas atendidas diretamente (técnicos):** 32 técnicos efetivamente capacitados com os aspectos teórico-práticos da agricultura orgânica.

### **EVENTO 3- O IMA- INSTITUTO MINEIRO DE AGROPECUÁRIA APÓIA A PRODUÇÃO ORGÂNICA**

No segundo semestre de 2007, a empresa promoveu reuniões com abordagens em agroecologia e agricultura orgânica, dentre outros, para técnicos multiplicadores em 20 regionais da instituição, com o repasse para 20 escritórios seccionais com a distribuição de material informativo para o público local em parceria com os projetos institucionais.

**Nº produtores atendidos:** estimativa de atendimento indireto de 14.000 produtores, com a distribuição do material de campanha, sem processo específico de capacitação.

**Nº outras pessoas atendidas (técnicos):** 20 técnicos

### **EVENTO 4- DIVULGAÇÃO EM FEIRAS ORGÂNICAS PROMOVIDAS PELA SECRETARIA MUNICIPAL DE ABASTECIMENTO**

Divulgação de material informativo nas feiras orgânicas realizadas semanalmente nos seguintes pontos:

- Feira orgânica da terça-feira. Av. Paulo Camilo Pena, 400 – Belvedere
- Feira orgânica da terça-feira. Praça da Barragem Santa Lúcia – São Bento
- Feira orgânica da terça-feira. R. Cláudio Manoel com Av. Getúlio Vargas - Funcionários
- Feira orgânica da quarta-feira. R. Guaicuí c/ R. Felipe Drumond - Luxemburgo
- Feira orgânica da sexta-feira. Praça JK – Av. Bandeirantes – Mangabeiras
- Feira orgânica do sábado. Av. Santa Rosa – São Luiz/ Pampulha

### **EVENTO 5- SEMANA ORGÂNICA INTEGRADA COM O SETOR NÃO GOVERNAMENTAL**

Houve a divulgação de material associada aos eventos das atividades da empresa Sete Soluções Ambientais, com o atendimento de um público estimado em 5.000 produtores rurais e estudantes. O processo específico de capacitação atendeu a cerca de 200 pessoas integrantes desse público.

### **EVENTO 6- PRÉ-AGENDAMENTO DE PROJETO DE DIVULGAÇÃO CONTINUADA NA REDE ESCOLAR**

Foram mantidos contatos prévios para o agendamento de uma reunião com a direção do Colégio Loyola, no primeiro semestre de 2008, visando a implementação de uma campanha permanente, quando serão distribuídos os materiais infantis da campanha, conforme relação que se encontra na tabela “Materiais da campanha”. Desse modo, esses materiais destinados ao público infantil encontram-se armazenados para a distribuição no período previsto.

## Materiais Distribuídos Durante os Eventos

III SEMANA ORGÂNICA - DISTRIBUIÇÃO DE MATERIAIS			
Empresa	Tipo de Material	Especificação	Quantidade
Assembléia Legislativa de Minas Gerais	Boné	Adulto	10
	Camiseta	G	10
	Sacola		10
	Folders	Milho	1500
		Supermercado	1500
Endereço		2000	
EMATER	Boné	adulto	250
	Camiseta		230
	Sacola		290
	Folders	Milho	15.000
		Supermercado	13.200
		Endereço	8.000
IMA	Boné	Adulto	20
	Camiseta	G	20
	Sacola		200
	Folders	Milho	15.000
		Supermercado	13.200
		Endereço	8.000
	Cartaz	Brócolis	10
		Roberto	10
		Jorge	10
		Salada	10
Milho		10	
Sete Soluções Ambientais	Folders	Milho	3.000
		Supermercado	2.200

## Equipe e Instituições Realizadoras da III Semana do Alimento Orgânico

Nome	Instituição
Míriam Ester Soares	Superintendência Federal de Agricultura SEPDAAG /SFA – M
Lygia de O. F. Bortolini	Superintendência Federal de Agricultura SEPDAAG/SFA – M
Fernando Tinoco	EMATER-MG
Lucas Rocha Carneiro	Secretaria de Estado de Agricultura, Pecuária e Abastecimento
Marco Vale	IMA
Miriam Souza Pinto Alvarenga	IMA
Frederico Barbosa	Secretaria Municipal de Política de Abastecimento Gerência de Apoio à Produção e Comercialização
Desidério Junqueira Neto	Secretaria Municipal de Política de Abastecimento



#### 4.1.8 - Programa : 6003 - Apoio ao Desenvolvimento do Setor Agropecuário

##### **Transferência de recursos através de contratos de repasse**

Em julho de 2007 os Fiscais Federais Agropecuários Carlos Roberto de Castro e Juliana Oliveira Laender e a agente administrativo Tânia Maria Toledo participaram de um treinamento em Brasília denominado “Treinamento de Análise, Formalização, Acompanhamento e Fiscalização de Parcerias Institucionais”.

Para o ano de 2007, foram aprovadas 241 emendas parlamentares, com valores que oscilam entre R\$14.625,00 a R\$975.000,00 cuja finalidade é o desenvolvimento do setor agropecuário e a mecanização agrícola.

De acordo com determinação do Tribunal de Contas da União (Acórdãos TCU n. 2.066/2006 e 641/2007), todos os órgãos e entidades repassadores de recursos federais a título de transferência voluntária são responsáveis pelo adequado controle preventivo disposto na IN/STN n. 01/97, de forma que o descumprimento do referido controle, por parte do órgão repassador, ensejará a responsabilização dos gestores e/ou responsáveis.

Até o momento, foram analisados 186 contratos de repasse para emissão de “Análise Prévia para Liberação de Recursos”. Dos 186 processos analisados, 171 se apresentaram compatíveis, 11 incompatíveis e 4 tiveram desistência do proponente.

O MAPA, através desses contratos de repasse que foram aprovados pelo SEPDAAG do estado de Minas Gerais, disponibilizará para prefeituras municipais cerca de R\$26.275.200,00 (vinte e seis milhões, duzentos e setenta e cinco mil e duzentos reais).

A contrapartida oferecida pelos proponentes dos contratos de repasse é estabelecida em termos percentuais do valor previsto no instrumento de transferência voluntária, considerando-se a capacidade financeira da respectiva unidade beneficiada e seu índice de desenvolvimento humano, tendo como limite mínimo o valor de 3% e máximo de 40% ,de acordo com o estabelecido na Lei nº. 11.439 de 29 de dezembro de 2006 (LDO de 2007).

As 241 emendas parlamentares referem-se ao programa PRODESA - Apoio a Projetos de desenvolvimento do Setor Agropecuário e ao programa PRODESA/Patrolha Mecanizada. Os dados referentes a cada contrato de repasse, de acordo com a prefeitura municipal beneficiada, encontram-se discriminadas na Tabela 1.

O SEPDAAG realizou o atendimento de 48 prefeitos municipais e assessores, repassando instruções de preenchimentos de planos de trabalho, documentação que deveria constar nos processos, bem como prestando esclarecimentos necessários para a adequada composição dos processos.

Para facilitar o bom andamento dos trabalhos de análise dos contratos de repasse foi confeccionada pelo setor uma proposta de trabalho, constando, passo a passo, todas as atividades realizadas no SEPDAAG, com seus desdobramentos e

responsáveis por cada serviço. Tal proposta é parte integrante do documento “Diagnóstico da Situação dos Contratos de Repasse e Convênios”, realizado no dia 26 de julho de 2007. Também para colaborar com a agilidade na análise dos processos, foi elaborado pelo setor um documento denominado “Pontos a serem exigidos nos Planos de Trabalho dos Contratos de Repasse para que possam ser submetidos à Análise Prévia”.

### **Acompanhamento de Convênios**

Também é atividade do SEPDAg realizar acompanhamento in loco de convênios e contratos de repasse para verificar a adequada alocação de recursos e também atender demandas da CGU, Procuradorias, entre outros.

Foram realizados 7 (sete) acompanhamentos com elaboração de relatórios detalhados enviados para a CGPI. Desses, 4 (quatro) foram feitos por servidores lotados nas UTRAS, para maior agilidade no atendimento bem como economia de recursos e três deles foram realizados por servidores do SEPDAg/DT/SFA/MG. Dois dos convênios referem-se à SPAE/MAPA ligados ao Departamento do Café e os demais se referem à SDC/MAPA.

### **Celebração de Convênios**

É atividade do SEPDAg realizar articulação com parceiros no sentido de implementar projetos que tragam benefícios para a agropecuária. Dos convênios encaminhados para análise da SDC em 2007, destacam-se:

- ✓ Integração Lavoura e Pecuária – Parceiro: EMATER/MG;
- ✓ Programa de Certificação de Origem do Queijo Minas Artesanal do Serro, Canastra, Araxá e Alto Paranaíba - Parceiro: AGRIFERT;
- ✓ Programa de Certificação de Origem do Inhamé de Inhapim - Parceiro: AGRIFERT;
- ✓ Projeto Café da Mantiqueira – Parceiro: APROCAM

### **Contratos de Repasse Emendas OGU 2007 analisados pelo SEPDAg/DT/SFA/MG**

<b>Nº.</b>	<b>Município</b>	<b>Ação Programa</b>	<b>Objeto</b>	<b>Valor MAPA</b>	<b>Valor CP</b>	<b>Valor Total</b>	<b>Parecer</b>
01	Abadia dos Dourados	PRODESA/P. MEC.	trator, grade, guincho, carreta, arado	97.500	4.875	102.375	Compatível
02	Água Comprida	PRODESA/P. MEC.	trator agrícola	48.750	26.250	75.000	Compatível
03	Alfenas	PRODESA/P. MEC.	trator, arado, plantadeira	73.125	14.625	87.750	Compatível
04	Alfredo Vasconcelos	PRODESA/P. MEC.	trator, arado, anxada	68.250	19.467,50	87.718	Compatível
05	Alpinópolis	PRODESA/P. MEC.	trator agrícola	73.125	2.193,75	75.319	Compatível
06	Alpinópolis	PRODESA/P. MEC.	trator agrícola	97.500	2.925	100.425	Compatível
07	Alvinópolis	PRODESA/P. MEC.	trator agrícola	58.500	2.925	61.425	Compatível
08	Aracitaba	PRODESA	plana agrícola	19.500	585	20.085	Compatível
09	Araguari	PRODESA/P. MEC.	grade, arado, subsoladores, plantadeiras etc	68.250	13.650	81.900	Compatível
10	Araporã	PRODESA	grade, adubador, distribuidor	29.250	6.750	36.000	Compatível
11	Araxá	PRODESA/P. MEC.	trator agrícola	73.125	18.281	91.406	Compatível
12	Arinos	PRODESA	trator, grades	78.000	2.340	80.340	Compatível

13	Arinos	PRODESA	tanque de resfriamento	29.250	877,5	30.128	Compatível
14	Arinos	PRODESA	equipamento p/ frigorífico	78.000	2.340	80.340	Compatível
15	Arinos	PRODESA	trator, subsolador florestal	91.650	2.749,50	94.400	Compatível
16	Bias Fortes	PRODESA	arado, grade	29.250	1.462,50	30.713	Compatível
17	Bias Fortes	PRODESA/P. MEC.	trator agriola	48.750	2.437,50	51.188	Compatível
18	Bom Jesus da Penha	PRODESA/P. MEC.	carretas agrícolas, ensiladora	68.250	2.250	70.500	Indeferido
19	Bom Repouso	PRODESA	trator, arado, grade, encanteiradeira, enxada, esparramador, calcáreo	155.220	6.580	161.800	Compatível
20	Bonfinópolis de Minas	PRODESA/P. MEC.	trator, implemento agrícola (grade aradora)	73.125	2.875	76.000	Compatível
21	Bonfinópolis de Minas	PRODESA	tanques de resfriamento	58.500	2.100	60.600	Compatível
22	Botelhos	PRODESA	galpão de alvenaria, equipadocom: tanque de resfriamento, câmara fria, banco de gelo, tanque de recepção, filtro de linha, bomba de sucção, conjunto de pasteurização, tanque pulmão, embaladeira, balança	214.500	6.435	220.935	Compatível
23	Botelhos	PRODESA/P. MEC.	trator	97.500	3.000	100.500	Compatível
24	Burititis	PRODESA	trator, grade, carreta	97.000	2.910	99.910	Compatível

Nº.	Município	Ação Programa	Objeto	Valor MAPA	Valor CP	Valor Total	Parecer
25	Cabo Verde	PRODESA/P. MEC.	conjunto beneficiamento de grãos	68.250	3.412,50	71.663	Compatível
26	Campanha	PRODESA/P. MEC.	trator agrícola, carreta	68.250	2.090	70.340	Compatível
27	Campanha	PRODESA/P. MEC.	trator, maq. beneficiamento de café	97.500	2.925	100.425	Compatível
28	Campestre	PRODESA	tanque de expansão	29.250	877,5	30.128	Compatível
29	Campestre	PRODESA/P. MEC.	trator agrícola	68.250	3.412	71.662	Compatível
30	Campestre	PRODESA/P. MEC.	trator agrícola	97.500	2.925	100.425	Compatível
31	Campina Verde	PRODESA/P. MEC.	trator agrícola	58.500	10.000	68.500	Compatível
32	Campina Verde	PRODESA/P. MEC.	trator agrícola, carreta	68.250	4.777,50	73.028	Compatível
33	Campo do Meio	PRODESA/P. MEC.	trator, carreta, bomba herbicida,	97.500	4.500	102.000	Compatível
34	Campo Florido	PRODESA/P. MEC.	trator, grade, carreta, enciladeira	97.500	10.581	108.081	Compatível
35	Campo Florido	PRODESA	tanque de leite tipo expansão, sucador, pneus, disco de grade niveladora, carreta agrícola, moedor elétrico, desintegrador, tacho de alumínio	68.250	3296	71.546	Compatível
36	Campos Gerais	PRODESA/P. MEC.	trator agrícola	73.125	14.625	87.750	Compatível
37	Cana Verde	PRODESA	motoniveladora	487.500	79.500	567.000	Compatível
38	Canaã	PRODESA/P. MEC.	trator agrícola	68.250	10.000	78.250	Compatível
39	Canápolis	PRODESA/P. MEC.	trator agrícola, grade	97.500	11.440	108.940	Compatível
40	Canápolis	PRODESA	trator agrícola, grade	97.500	11.440	108.940	Compatível
41	Canápolis	PRODESA/P. MEC.	trator agrícola grade aradora, discos	68.250	7.150	75.400	Compatível
42	Candeias	PRODESA/P. MEC.	trator	97.500	2.925	100.425	Compatível
43	Carmo de Minas	PRODESA	laboratório de análise de café	117.000	4.633	121.633	Compatível
44	Carmo do Paranaíba	PRODESA	trator de rodas, grade niveladora, grade aradora, tanques de expansão,	117.000	38.295	155.295	Compatível
45	Carmo do Paranaíba	PRODESA	trator de rodas, grade aradora, plantadora,	97.500	28.967	126.467	Compatível

			grade nivelada, tanque				
46	Carmo do Paranaíba	PRODESA	pá carregadeira de rodas	242.500	80.000	322.500	Compatível
47	Carneirinho	PRODESA/P. MEC.	trator agrícola	68.250	2.730	70.980	Compatível
48	Cascalho Rico	PRODESA/P. MEC.	trator agrícola	97.500	17.550	115.050	Compatível
49	Catuti	PRODESA	trator, conjunto de extração, plantadeira, pulverizador, colhedora de forragens, carreta, distribuidor de fertilizantes	214.500	6.435	220.935	Compatível
50	Centralina	PRODESA	apoio em obras de conservação de estradas vicinais, reparo em mata-burros e pontes	39.000	1.170	40.170	Compatível
51	Centralina	PRODESA/P. MEC.	caminhão truck traçado com caçamba	68.250	2.048	70.298	Compatível
52	Chácara	PRODESA/P. MEC.	trator, arado, grade	97.500	10.003	107.503	Compatível
53	Chalé	PRODESA/P. MEC.	trator patrulha mecanizada	63.375	2.535	65.910	Compatível
54	Conceição das Alagoas	PRODESA/P. MEC.	trator, carreta, grade	97.500	3.500	101.000	Compatível
55	Conceição de Ipanema	PRODESA	tanques de leite de 1000 e 2000 litros, grade aradora	58.500	2.925	61.425	Compatível
56	Córrego Danta	PRODESA/PATRULHA MECANIZADA	trator	19.500	3.900	23.400	Compatível

Nº.	Município	Ação Programa	Objeto	Valor MAPA	Valor CP	Valor Total	Parecer
57	Córrego Danta	PRODESA/P. MEC.	trator	58.500	3.900	62.400	Compatível
58	Cristina	PRODESA	caminhão, trator	232.800	11.640	244.440	Compatível
59	Cristina	PRODESA/P. MEC.	trator	19.500	2.340	21.840	Compatível
60	Cristina	PRODESA/P. MEC.	trator	58.500	2.340	60.840	Compatível
61	Crucilândia	PRODESA/P. MEC.	trator agrícola, carreta	68.250	2.750	71.000	Compatível
62	Cruzeiro da Fortaleza	PRODESA	plantadeira e colhedora	24.375	731,25	25.106	Compatível
63	Cruzília	PRODESA/P. MEC.	trator agrícola	97.500	4.875	102.375	Compatível
64	Douradoquara	PRODESA/P. MEC.	trator agrícola	68.250	2.730	70.980	Compatível
65	Elói Mendes	PRODESA/P. MEC.	trator, arado, grade	73.125	5.850	78.975	Compatível
66	Ervália	PRODESA	construção de parque de exposições	682.500	20.475	702.975	Compatível
67	Estrela do Indaiá	PRODESA	construção de galpão agropecuário	243.750	13.982	257.732	Compatível
68	Estrela do Sul	PRODESA	carreta basculante, carreta tanque, caçamba carregadeira, grade aradora, conjunto de lâmina	29.250	1.420	30.670	Compatível
69	Fernandes Tourinho	PRODESA/PATRULHA MECANIZADA	trator, sulcador, carreta tanque, plantadeira e adubadeira, grade aradora, pá agrícola	146.250	4.388	150.638	Compatível
70	Formoso	PRODESA	tanques de resfriamento	39.000	2.000	41.000	Compatível
71	Formoso	PRODESA	trator, grade, carreta	97.000	2.910	99.910	Compatível
72	Formoso	PRODESA/PATRULHA MECANIZADA	trator agrícola, grades, carreta	97.500	3.000	100.500	Compatível
73	Franciscópolis	PRODESA/P. MEC.	motoniveladora	487.500	14.625	502.125	Compatível
74	Frutal	PRODESA	tanque de expansão	24.375	4.875	29.250	Compatível
75	Goianá	PRODESA/P. MEC.	trator agrícola	48.750	6.250	55.000	Compatível
76	Grupiara	PRODESA	tanque resfriador de leite	24.375	731	25.106	Compatível
77	Guimarânia	PRODESA/P. MEC.	trator agrícola	68.250	3750	72.000	Compatível
78	Ibiá	PRODESA/PATRULHA MECANIZADA	patrulha mecanizada	146.250	4.950	151.200	Compatível
79	Irai de Minas	PRODESA/P. MEC.	trator agrícola, grade aradora	68.250	7.250	75.500	Compatível
80	Itapagipe	PRODESA/P. MEC.	trator, grade aradora	68.250	3.413	71.663	Compatível
81	Itaú de Minas	PRODESA	construção galpão,	214.500	6.435	220.935	Compatível

			construção predio, tanque, filtro de linha, bomba auto-aspirante, conjunto pasteurização, envasadora, balança				
82	Ituiutaba	PRODESA/PATRULHA MECANIZADA	trator agrícola, grade intermediária	68.250	15.750	84.000	Compatível
83	Iturama	PRODESA	terracedor de arasto	14.625	3.364	18.000	Compatível
84	Iturana	PRODESA/P. MEC.	trator agrícola, grade aradora	97.500	27.500	125.000	Compatível
85	Japaraíba	PRODESA/P. MEC.	trator agrícola, carreta	68.250	13.650	81.900	Compatível
86	Jesuânia	PRODESA/P. MEC.	trator, pá hidráulica, carreta tanque	97.500	3.900	101.400	Compatível
87	Joáima	PRODESA	moto niveladora	438.750	21.938	460.688	Compatível
88	João Pinheiro	PRODESA	trator agrícola, grade aradora	155.220	31.044	186.264	Compatível
89	João Pinheiro	PRODESA	perfuração de poço tubular	14.625	2.925	17.550	Compatível
90	João Pinheiro	PRODESA/PATRULHA MECANIZADA	trator agrícola, grade aradora	97.500	19.500	117.000	Compatível
91	Lagoa Formosa	PRODESA	trator	78.000	2.500	80.500	Compatível

Nº.	Município	Ação Programa	Objeto	Valor MAPA	Valor CP	Valor Total	Parecer
92	Lagoa Formosa	PRODESA	trator, grade, carreta, ensiladeira	97.000	3.000	100.000	Compatível
93	Lagoa Grande	PRODESA/P. MEC.	trator agrícola	68.250	2.048	70.298	Compatível
94	Lagoa Grande	PRODESA/P. MEC.	tartor agrícola	68.250	2.048	70.298	Compatível
95	Laranjal	PRODESA/P. MEC.	trator, carreta, arado, grade, plaina, plantadeira e adubadeira	195.000	10.300	205.300	Compatível
96	Leandro Ferreira	PRODESA	terrapiagem	121.875	17.014	138.889	Compatível
97	Liberdade	PRODESA/P. MEC.	trator, arado, plaina, carreta, grade, guicho, carreta tanque	97.500	4.875	102.375	Compatível
98	Limeira do Oeste	PRODESA/P. MEC.	carreta, grade, terracedor	48.750	2.350	51.100	Compatível
99	Limeira D'Oeste	PRODESA	rodas de água/bomba MS-70	29.250	3.222	32.472	Compatível
100	Machado	PRODESA	material de lab. para análise de café	175.500	35.100	210.600	Compatível
101	Machado	PRODESA		438.750			Compatível
102	Machado	PRODESA	trator, grade, sulcador, arado, roçadeira	97.500	19.500	117.000	Compatível
103	Madre de Deus de Minas	PRODESA	trator agrícola	48.750	2.438	51.188	Compatível
104	Monte Alegre	PRODESA/P. MEC.	distribuidor de calcário, grade	24.375	1.125	25.500	Compatível
105	Monte Carmelo	PRODESA	tanque p/ resfriamento	78.000	15.600	93.600	Compatível
106	Morro do Garça	PRODESA/P. MEC.	trator agrícola, plataforma agrícola, conjunto frontal com lamina niveladora	97.500	4.500	102.000	Compatível
107	Natalândia	PRODESA/P. MEC.	trator, carreta	68.250	3.413	71.663	Compatível
108	Natalândia	PRODESA	trator agrícola	97.000	2.910	99.910	Compatível
109	Nova Ponte	PRODESA/PATRULHA MECANIZADA	trator agrícola e perfurador de solo hidráulico	97.500	2.925	100.425	Compatível
110	Nova Resende	PRODESA/P. MEC.	trator yanmar, carreta	73.125	3.849	76.974	Compatível
111	Novo Cruzeiro	PRODESA	construção de parque de exposições e de feira coberta do produtor	390.000	30.000	420.000	Compatível
112	Olímpio Noronha	PRODESA/P. MEC.	trator	58.500	7.500	66.000	Compatível
113	Oliveira	PRODESA/P. MEC.	tartor agrícola, guincho	73.125	14.625	87.750	Compatível
114	Onça do Pitangui	PRODESA/P. MEC.	plantadeira adubadeira, grade aradora, arado reversível, distribuidor de adubo e calcário, colhedora de forragem,	58.500	3.350	61.850	Compatível

			pulverizador agrícola				
115	Pará de Minas	PRODESA	tanques de resfriamento de leite	39.000	10.060	49.060	Compatível
116	Paracatu	PRODESA	tanque resfriador de leite	58.500	11.700	70.200	Compatível
117	Passos	PRODESA	descascador p/ café	39.000	27.000	66.000	Compatível
118	Patrocínio	PRODESA/P. MEC.	trator, grade, arado	68.250	13.650	81.900	Compatível
119	Patrocínio	PRODESA	trator agrícola	97.500	35.100	132.600	Compatível
120	Patrocínio	PRODESA	trator agrícola	97.500	19.500	117.000	Compatível
121	Paula Cândido	PRODESA	carreta hidráulica, pulverizador	14.625	876	15.501	Compatível
122	Paulista	PRODESA	construção de ponte de concreto	87.750	7.020	94.770	Compatível
123	Pedralva	PRODESA/P. MEC.	trator agrícola	58.500	2.925	61.425	Compatível
124	Pedrinópolis	PRODESA/P. MEC.	trator	97.500	2.925	100.425	Indeferido
125	Perdizes	PRODESA/P. MEC.	trator, grade	97.500	4.875	102.375	Compatível
126	Perdões	PRODESA/P. MEC.	trator	78.000	20.000	98.000	Compatível
127	Periquito	PRODESA/P. MEC.	trator agrícola, grade, carreta	97.500	2.925	100.425	Compatível

Nº.	Município	Ação Programa	Objeto	Valor MAPA	Valor CP	Valor Total	Parecer
128	Piau	PRODESA/P. MEC.	trator agrícola	48.750	1.463	50.213	Compatível
129	Pirajuba	PRODESA	tanque de resfriamento	39.000	1.950	40.950	Compatível
130	Piranguinho	PRODESA	trator, patrola, arado, roçadeira	155.220	4.801	160.021	Compatível
131	Piumhi	PRODESA/P. MEC.	retroescavadeira	146.250	50.000	196.250	Compatível
132	Poço Fundo	PRODESA	tanque de expansão	58.500	2.672	61.172	Compatível
133	Poté	PRODESA/P. MEC.	trator agrícola, grade	97.500	2.925	100.425	Compatível
134	Prata	PRODESA	mata-burro inteiro	39.000	7.800	46.800	Compatível
135	Prata	PRODESA	trator, carreta, grade, distribuidor	97.500	19.500	117.000	Compatível
136	Prata	PRODESA/P. MEC.	pá carregadeira	292.500	58.500	351.000	Compatível
137	Pratinha	PRODESA	construção de abatedouro municipal	48.750	1.463	50.213	Compatível
138	Presidente Olegário	PRODESA	tanque resfriador de leite	39.000	1.950	40.950	Compatível
139	Presidente Olegário	PRODESA/P. MEC.	trator, grade, arado	78.000	2.340	80.340	Compatível
140	Presidente Olegário	PRODESA/P. MEC.	trator, grade, arado, carreta	78.000	3.900	81.900	Compatível
141	Riachinho	PRODESA/P. MEC.	trator, arreta agrícola, carreta	68.250	5.750	74.000	Compatível
142	Rio do Prado	PRODESA/P. MEC.	trator agrícola	97.500	4.875	102.375	Compatível
143	Rio Manso	PRODESA	tanques de resfriamento de leite	48.750	7.250	56.000	Compatível
144	Santa Efigênia de Minas	PRODESA/P. MEC.	trator agrícola	78.000	3.900	81.900	Compatível
145	Santa Helena de Minas	PRODESA	trator, grade, carreta	97.500	2.940	100.440	Compatível
146	Santa Maria do Suaçuí	PRODESA/P. MEC.	pá carregadeira	341.250	10.238	351.488	Compatível
147	Santa Maria do Suaçuí	PRODESA/P. MEC.	motonivelada, retroescavadeira	780.000	23.400	803.400	Compatível
148	Santa Rita de Jacutinga	PRODESA	carreta, arado, grade, roçadeira	29.250	1.000	30.250	Compatível
149	Santa Rita do Itueto	PRODESA	trator agrícola	146.250	4.529	150.779	Compatível
150	Santa Rita do Jacutinga	PRODESA/P. MEC.	trator agrícola	97.500	4.875	102.375	Compatível
151	Santa Vitória	PRODESA	maquina pá carregadeira	243.750	7.313	251.063	Compatível
152	Santo Antônio do Rio Abaixo	PRODESA/P. MEC.	trator	68.250	11.650	79.900	Compatível
153	São Félix de Minas	PRODESA	caminhão zero kilometro	97.500	3.500	101.000	Compatível
154	São Francisco de Paula	PRODESA	construção de parque de exposições	195.000	6.100	201.100	Compatível
155	São João do Manhuaçu	PRODESA/P. MEC.	trator agrícola	73.125	2.925	76.050	Compatível
156	São Joaquim de Bicas	PRODESA/P. MEC.	mecanização agrícola	146.250	4.388	150.638	Compatível
157	São José do Jacuri	PRODESA	retroescavadeira, trator agrícola	204.750	10.238	214.988	Compatível
158	São Tiago	PRODESA/P. MEC.	trator, carreta, arado, grade, plantadora, roçadeira, adubadeira, guincho	195.000	5.850	200.850	Compatível
159	São Vicente de Minas	PRODESA	plantadora adubadora, arado	19.500	850	20.350	Compatível
160	Sete Lagoas	PRODESA	Ampliação e reforma de parque de exposições	975.000	243.750	1.218.750	Desistencia do proponente

161	Sete lagoas	PRODESA	Aquisição de barracas, construção de banheiros publicos e etc	243.750	60.938	304.688	Incompatível
162	Sete Lagoas	PRODESA/P. MEC.	trator agrícola, grade, sulcador, arado	68.250	13.650	81.900	Incompatível
163	Setubinha	PRODESA/P. MEC.	tartor agrícola	78.000	2.340	80.340	Compatível
164	Taparuba	PRODESA/P. MEC.	trator agrícola	68.250	5460	73.710	Compatível
165	Teófilo Otoni	PRODESA	bancas metálicas	87.750	12.350	100.100	Compatível
166	Três Pontas	PRODESA	retroescavadeira	146.250	40.950	187.200	Compatível

Nº.	Município	Ação Programa	Objeto	Valor MAPA	Valor CP	Valor Total	Parecer
167	Uberaba	PRODESA	distribuidor de calcário, grade, arado, perfurador de solo	39.000	10.140	49.140	Compatível
168	Uberlândia	PRODESA	incubadoras, classificadora	97.500	22.500	120.000	Compatível
169	Unaí	PRODESA	trator, grade, bomba, carreta, palina	351.000	70.200	421.200	Compatível
170	Uruana de Minas	PRODESA	tanques de resfriamento	29.250	1.462,50	30.713	Compatível
171	Uruçuaia	PRODESA/P. MEC.	trator agrícola	68.250	2.047,50	70.298	Compatível
172	Varzelândia	PRODESA	maquinas e equi. P/ matadouro	155.220	9.780	165.000	Compatível
173	Vermelho Novo	PRODESA/P. MEC.	sucador, pulverizador canhão, lança	48.750	1.725,75	50.476	Compatível
174	Alpercata	PRODESA/P. MEC.		97.500	2.925,00	100.425	Compatível
175	Alto do Rio Doce	PRODESA		68.250	19.462,98	87.713	Compatível
176	Araxá	PRODESA		438.750		438.750	Compatível
177	Arcos	PRODESA		14.625		14.625	Desistencia do proponente
178	Areado	PRODESA/P. MEC.		97.500		97.500	Compatível
179	Arinos	PRODESA		111.150	3.850	115.000	Compatível
180	Bicas	PRODESA		29.250			Compatível
181	Buritiz	PRODESA		195.000		195.000	Compatível
182	Campina Verde	PRODESA/P. MEC.		68.250		68.250	Compatível
183	Carmo do Rio Claro	PRODESA/P. MEC.	trator, grade, colhedora de forragens, carreta agrícola	97.500	6.825	104.325	Compatível
184	Campos Gerais	PRODESA/P. MEC.		97.500			Compatível
185	Capetinga	PRODESA/P. MEC.		97.500			Compatível
186	Conceição da Aparecida	PRODESA/P. MEC.		97.500			Compatível
187	Coromandel	PRODESA		195.000			Compatível
188	Desterro do Melo	PRODESA/P. MEC.		68.250			Indeferido
189	Guanhães	PRODESA		97.500			Compatível
190	Guarani	PRODESA		48.750			Compatível
191	Gurinhata	PRODESA/P. MEC.		97.500			Compatível
192	Itapagipe	PRODESA/P. MEC.		39.000			Compatível
193	Itueta	PRODESA		195.000			Compatível
194	Jacutinga	PRODESA/P. MEC.		73.125			Indeferido
195	Jaíba	PRODESA		97.500			Compatível
196	Janaúba	PRODESA/P. MEC.	trator, grade, aradora, grade niveladora	78.000	8.659	86.659	Compatível
197	Januária	PRODESA		78.000			Compatível
198	Jesuânia	PRODESA		97.000			Compatível
199	Lagoa da Prata	PRODESA/P. MEC.		97.500			Compatível
200	Lagoa Santa	PRODESA		292.500			Compatível
201	Machado	PRODESA		438.750			Compatível
202	Mamonas	PRODESA		224.250			Compatível
203	Manga	PRODESA		155.220			Compatível
204	Maria da Fé	PRODESA		29.250			Compatível

Nº.	Município	Ação Programa	Objeto	Valor MAPA	Valor CP	Valor Total	Parecer
205	Minas Novas	PRODESA		146.250			Compatível
206	Monte Azul	PRODESA	retroescavadeira	195.000	5.850	200.850	Compatível
207	Monte Belo	PRODESA/P. MEC.		97.500			Compatível
208	Monte Carmelo	PRODESA/P. MEC.	trator	68.250	13.650	81.900	Compatível
209	Muzambinho	PRODESA/P. MEC.		97.500			Compatível
210	Nova Ponte	PRODESA		39.000			Compatível
211	Olaria	PRODESA		19.500			Compatível
212	Passa Quatro	PRODESA/P. MEC.		97.500			Compatível
213	Patos de Minas	PRODESA		39.000			Compatível
214	Paula Cândido	PRODESA		39.000			Desistencia do proponente
215	Pedra do Indaiá	PRODESA		195.000			Compatível
216	Piedade de Caratinga	PRODESA/P. MEC.		78.000			Compatível
217	Pirajuba	PRODESA/P. MEC.		48.750			Compatível
218	Pirapora	PRODESA		438.750			Indeferido
219	Piumhi	PRODESA		243.750			Compatível
220	Rio Novo	PRODESA		29.250			Compatível
221	Rio Pardo de Minas	PRODESA		536.250			Compatível
222	Rio Pardo de Minas	Conclusão do mercado municipal		487.500			Compatível
223	Rio Preto	PRODESA	tanque de expansão	19.500	585	20.085	Compatível
224	Romaria	PRODESA/P. MEC.	trator, grade, carreta, ensiladeira	97.500	2.925	100.425	Compatível
225	Sacramento	PRODESA		39.000			Compatível
226	Sacramento	PRODESA/P. MEC.		97.500			Compatível
227	Santa Bárbara de Monte Verde	PRODESA/P. MEC.		39.000			Indeferido
228	Santana do Deserto	PRODESA/P. MEC.	trator agrícola, arado, grade	68.250	27.300	95.550	Compatível
229	Santa Rosa da Serra	PRODESA		78.000			Indeferido
230	Santa Vitória	PRODESA/P. MEC.		24.375			Compatível
231	Santo Antônio do Gramma	PRODESA/P. MEC.		48.750			Compatível
232	São Francisco	PRODESA		195.000			Compatível
233	São Gonçalo do Sapucaí	PRODESA		877.500			Compatível
234	São João Del Rei	PRODESA		97.500			Compatível
235	São José da Varginha	PRODESA	Pavimentação asfáltica em CBUQ (Concreto Betuminoso Usinado a Quente), meio-fio e sarjeta em concreto usinado no parque de exposições agropecuario	121.875	3.680	125.555	Compatível
236	Tapira	PRODESA/P. MEC.		97.500		97.500	Indeferido
237	Tapirai	PRODESA/P. MEC.		68.250		68.250	Desistencia do proponente
238	Teixeiras	PRODESA/P. MEC.		48.750		48.750	Compatível
239	Vazante	PRODESA		195.000		195.000	Compatível
240	Veríssimo	PRODESA/P. MEC.		97.500		97.500	Indeferido
241	Viçosa	PRODESA		39.000		39.000	Compatível

TOTAL: **28.741.950** (vinte oito milhões, setecentos e quarenta um mil e novecentos e cinquenta reais)

**Eventos em que o SEPDAG esteve presente representando a SFA/MG**



Evento	Promoção	Data
Apresentação da Proposta do Plano Estadual de Mitigação da Emissão dos Gases de Efeito Estufa e Adaptação da Agricultura às mudanças climáticas	SEAPA	28/05/2007
Reunião sobre Vazio Sanitário da Soja, Rastreabilidade de Bovinos e Bubalinos e Documentos Sanitário para Exportação	IMA	30/05/2007
Apresentação da avaliação Ambiental Estratégica do Programa de Geração Hidrelétrica-MG	Secretaria de Estado de Desenvolvimento Econômico – SEDE e ASCOM	31/05/2007
II Encontro Mineiro sobre Produção Integrada	UFV e MAPA	31/05 a 01/06/2007
VI Reunião ordinária da Câmara Setorial da Cadeia Produtiva do Mel e Produtos Apícolas	MAPA	31/05/2007
Seminário “Associativismo e o Produtor Rural”	CEASAMINAS	02/06/2007
Reunião do GCEA/MG para Apreciação e discussão dos dados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – safra maio	IBGE	06/06/2007
V Curso de Atualização “Manejo Tecnológico da Lavoura Cafeeira”.	Fundação Procafé	17 a 19/06/2007
Reunião da Câmara Técnica de Crédito Rural	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável	03/07/2007
Reunião do GCEA/MG para Apreciação e discussão dos dados do Levantamento Sistemático da Produção Agrícola – safra junho	IBGE	06/07/2007
Mesa Redonda “Aqüicultura e Conservação Ambiental”	Ministério do Meio Ambiente	06/07/2007
Treinamento sobre o setor Sucro-Alcooleiro e visita técnica a unidade produtora de açúcar e álcool no município de Cerquillo/SP	CGAA/SPA/EMATER/UFV	18/07/2007 a 20/07/2007
Reunião extraordinária do CEDRS	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável	03/08/2007
Reunião “Barracão do Produtor”	SEAPA e CEASAMINAS	03/08/2007
Reunião “Barracão do Produtor”	SEAPA e CEASAMINAS	21/08/2007
Reunião “Barracão do Produtor”	SEAPA e CEASAMINAS	28/08/2007
Reunião da CTRC	Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável	28/08/2007
Reunião para realização do debate público sobre o tema: “Etanol, Oportunidades e Impactos” na Assembléia Legislativa do Estado do Minas Gerais.	Assembléia Legislativa do Estado do Minas Gerais.	13/09/2007
Reunião Ordinária da Câmara Técnica de Café do Conselho Estadual de Política Agrícola/CEPA	SEAPA	25/09/2007
Reunião da Câmara Técnica de Ciência e Tecnologia	CTCT	04 e 05/09/2007
Reunião do Comitê Estadual de Integração Lavoura – Pecuária e Silvicultura - ILPS	Comitê Estadual de ILPS	27/09/2007
Encontro Regional da Cafeicultura	APROCAM e EMATER-MG	14/09/2007
Oficina de trabalho do Programa Queijo Canastra	EMATER E APROCAM	18/10/2007
Participação como membro do Comitê de Avaliação do Premio Técnico Empreendedor 2007 – MAPA/SEBRAE/MEC	MAPA/SEBRAE/MEC	09 a 11/10/2007
I Seminário de Fruticultura Irrigada de Minas Gerais	ABANORTE	08 a 09/11/2007
Encontro da Cooperação Descentralizada e Federativa Franco-Brasileira	Prefeitura Municipal de Belo Horizonte	12, 13 e 14/11/2007
Seminário Franco Brasileiro de Indicações Geográficas	AGRIFERT	19 E 20/11/2007

Além dos eventos supracitados, o SEPDAg participou durante todo o ano das reuniões do Conselho Estadual de Desenvolvimento Rural Sustentável – CEDRS e do Grupo de trabalho estadual sobre o Barracão do Produtor.

Tendo em vista o grande número de eventos e o número reduzido de servidores lotados no SEPDAg, o Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário convocou colegas da SFA/MG de setores diversos ou colegas lotados em UTRA's para se fazer representar em alguns deles. Dessa forma, em todos os eventos supracitados houve a representação da SFA/MG por intermédio do SEPDAg.

## Resumo Geral da Execução Financeira

PI	Executado 2006	Executado 2007	Variação (%)
Fomeagro	7.039,04	11.431,22	62,40
Gapcafé	-	10.510,19	-
Rastreab	-	16.846,21	-
Fomorgan	11.770,92	14.515,72	23,23
Certorgan	2.457,11	8.026,45	226,66
Orgorgan	3.000,00	2.999,76	(0,01)
Fomsolo *	-	1.182,26	-
Gapsolo*	-	1.436,67	-
Orgfruti*	-	8.820,94	-
Gapcoopgab*	-	803,00	-
Fiscontrato*	-	595,33	-

Obs: \* Refere-se a PI's que estão sob a gerência direta do MAPA - Sede (Brasília) que foram descentralizados para a SFA-MG para apoio das ações abaixo relacionadas, não havendo desta forma uma programação inicial e não sendo possível o cálculo de índices de desempenho:

- **Fomsolo** - apoio na atividade de indicação geográfica de produtos agropecuários, no contexto de manejo adequado do solo.  
Valor executado: R\$ 1.182,26 (diária e material de consumo)

<b>Tipo de programa</b>	<b>Manejo e conservação de solos na agricultura (código: 0368)</b>
<b>Objetivo geral</b>	<b>Assegurar o uso e o manejo adequados do solo e promover a recuperação de áreas degradadas com vistas a garantir a produção sustentável de alimentos e disponibilidade de água de qualidade para consumo humano e animal</b>
<b>Gerente do programa</b>	<b>Marcio Antonio Portocarrero</b>
<b>Gerente executivo</b>	<b>Cláudio Marques Magalhães</b>
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	<b>Taxa de utilização e manejo adequados do solo.</b>
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	<b>Produtores, cooperativas e associações de produtores rurais.</b>

- **Gapsolo:** apoio na participação em reunião de trabalho para discussão da formulação da lei de uso do solo agrícola.  
Valor executado: R\$ 1.436,67

<b>Tipo de programa</b>	<b>Manejo e conservação de solos na agricultura (código: 0368)</b>
<b>Objetivo geral</b>	<b>Assegurar o uso e o manejo adequados do solo e promover a recuperação de áreas degradadas com vistas a garantir a produção sustentável de alimentos e disponibilidade de água de qualidade para consumo humano e animal</b>
<b>Gerente do programa</b>	<b>Marcio Antonio Portocarrero</b>
<b>Gerente executivo</b>	<b>Cláudio Marques Magalhães</b>
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Taxa de utilização e manejo adequados do solo.</li> </ul>
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	<b>Produtores, cooperativas e associações de produtores rurais.</b>

- **Orgfruti:** aquisição de material permanente em atendimento à demanda do Serviço.  
Valor executado: R\$ 8.820,94

<b>Tipo de programa</b>	<b>Desenvolvimento da fruticultura- Profruta (código: 0354)</b>
<b>Objetivo geral</b>	<b>Elevar padrões de qualidade e competitividade da fruticultura brasileira ao patamar de excelência requerido pelo mercado internacional</b>
<b>Gerente do programa</b>	<b>Marcio Antonio Portocarrero</b>
<b>Gerente executivo</b>	<b>Luiz Carlos Bhering Nasser</b>
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Quantidade exportada de frutas frescas;</li> <li>• Quantidade exportada de sucos de frutas;</li> <li>• Taxa de exportação das exportações brasileiras no mercado mundial de frutas;</li> <li>• Valor das exportações das fruticulturas.</li> </ul>
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	<b>Agentes da cadeia frutícola: Produtores, processadores, distribuidores, atacadistas, varejistas, técnicos, pesquisadores, gestores, traders, população de pólos frutícolas e consumidores finais.</b>

- **Fiscontrato:** apoio na fiscalização de convênios/contratos de repasse no estado.  
Valor executado: R\$ 595,33

<b>Tipo de programa</b>	<b>Apoio ao desenvolvimento do setor agropecuário (código: 6003)</b>
<b>Objetivo específico</b>	<b>Fiscalização de contratos de repasse</b>
<b>Gerente do programa</b>	<b>Marcio Antonio Portocarrero</b>
<b>Gerente executivo</b>	
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• Custo médio do transporte de grãos;</li> <li>• Volume de produtos agrícolas exportados pelos portos brasileiros.</li> </ul>
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	<b>Produtores, agroindústrias e demais agentes da cadeia produtiva do agronegócio.</b>

- **Gapcoopgab:** acompanhamento in loco do convênio MAPA x Cooperativa Mista Agropecuária de João Pinheiro.  
Valor executado: R\$ 803,00

<b>Tipo de programa</b>	<b>Desenvolvimento do cooperativismo e do associativismo rural ( código: 1169)</b>
<b>Objetivo geral</b>	<b>Fortalecer o cooperativismo e o associativismo rural, objetivando a eficiência do setor produtivo e da prestação de serviços</b>
<b>Gerente do programa</b>	<b>Marcio Antonio Portocarrero</b>
<b>Gerente executivo</b>	<b>Paulo Roberto da Silva</b>
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	<ul style="list-style-type: none"> <li>• <b>Taxa de variação do número de cooperadores no país.</b></li> </ul>
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	<b>Associações rurais e cooperativas.</b>

### **Sistema de Vigilância Internacional do Brasil - VIGIAGRO**

#### **4.1.9 - Programa 0357 - Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários**

##### **4.1.9.1 - Dados Gerais**

<b>Tipo de Programa</b>	<b>Finalístico</b>
<b>Objetivo Geral</b>	<b>Impedir a introdução e disseminação de pragas e doenças na agropecuária.</b>
<b>Gerente do Programa</b>	<b>Inácio Afonso Kroets</b>
<b>Gerente Executivo</b>	<b>Oscar Aguiar Rosa Filho</b>
<b>Indicadores ou Parâmetros Utilizados</b>	<b>Taxa de conformidade no controle de fronteiras</b>
<b>Público-alvo (Beneficiários)</b>	<b>Exportadores e importadores de animais, vegetais, seus produtos e</b>

	subprodutos, de insumos agropecuários, e passageiros de vôos internacionais.
--	--

#### 4.1.9.2 - Principais Ações do Programa

- ✓ Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos (SDA)
- ✓ Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Podutos (SDA)
- ✓ Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Vegetais e seus Produtos (SDA)
- ✓ Vigilância e Fiscalização do Trânsito Interestadual de Animais e seus Produtos (SDA)
- ✓ Gestão e Administração do Programa (SDA)

#### 4.1.9.3 - Gestão das Ações

##### 4.1.9.3.1 - Ação 2181.0001 - MG - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos - FISCANIMAL

##### 4.1.9.3.1.1 Dados Gerais

Tipo	Atividade
Finalidade	Impedir a entrada e a disseminação de agentes causadores de doenças de animais, oriundos de outros países, com vistas a evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos pecuários, no trânsito internacional. Certificar a zoossanidade dos produtos nacionais na exportação.
Descrição	Vigilância e controle zoossanitário em

	portos, aeroportos, postos de fronteira e aduanas especiais nas importações e exportações de produtos pecuários e na análise de risco e quarentena animal.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	<b>CGVIGIAGRO/SDA/MAPA</b>
<b>Unidades executoras</b>	<b>Unidades de Vigilância Agropecuária/VIGIAGRO/DT-SFA-MG</b>
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	<b>CGVIGIAGRO/SDA/MAPA – Coordenação Nacional e VIGIAGRO/DT-SFA-MG – Coordenação Estadual</b>
<b>Coordenador nacional da ação</b>	<b>Oscar de Aguiar Rosa Filho</b>
<b>Responsável pela execução da ação ao nível local( quando for o caso)</b>	<b>José Raimundo de Barros</b>

#### **4.1.9.3.2 - Ação 2180.0001 - MG - Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos – FISCPLANTA**

##### **4.1.9.3.2.1 - Dados Gerais**

<b>Tipo</b>	<b>Ação Orçamentária</b>
<b>Finalidade</b>	<b>Impedir a entrada e a disseminação de pragas vegetais, oriundos de outros países, com vistas à evitar danos à economia, ao meio ambiente e à saúde da população, bem como inspecionar a qualidade dos produtos agrícolas no trânsito internacional. Certificar a fitossanidade dos produtos nacionais na exportação.</b>
<b>Descrição</b>	<b>Vigilância e controle fitossanitário em portos, aeroportos e postos de fronteira e aduanas especiais, nas importações e exportações de produtos agrícolas e na análise de risco e quarentena vegetal.</b>
<b>Unidade responsável pelas</b>	<b>CGVIGIAGRO/SDA/MAPA</b>

<b>decisões estratégicas</b>	
<b>Unidades executoras</b>	<b>Unidades de Vigilância Agropecuária/VIGIAGRO/DT-SFA-MG</b>
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	<b>CGVIGIAGRO/SDA/MAPA – Coordenação Nacional e VIGIAGRO/DT-SFA-MG – Coordenação Estadual</b>
<b>Coordenador nacional da ação</b>	<b>Oscar de Aguiar Rosa Filho</b>
<b>Responsável pela execução da ação ao nível local(quando for o caso)</b>	<b>José Raimundo de Barros</b>

#### **4.1.9.3.2.2 - Resultados**

As ações desenvolvidas pela Vigilância Agropecuária Internacional na Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e Abastecimento em Minas Gerais se dão por meio da atuação de Fiscais Federais Agropecuários do MAPA, no Aeroporto Internacional, nas Aduanas Especiais e nos Correios onde realizam a fiscalização do trânsito internacional de produtos e insumos agropecuários, outras mercadorias agropecuárias importadas e bagagens de passageiros e a certificação dos produtos destinados à exportação visando garantir o acesso dos produtos brasileiros ao mercado internacional.

As atividades do VIGIAGRO são demandadas por importadores, exportadores e passageiros em trânsito internacional e sua intensidade é função do maior ou menor volume desses produtos comercializados pelo Brasil com outros países, bem como do trânsito de pessoas.

Considerando os índices de execução de metas físicas avaliamos que os resultados foram alcançados, , sendo inclusive ultrapassados, tanto nas ações de Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Animais e seus Produtos PI – FISCANIMAL como na Vigilância e Fiscalização do Trânsito Internacional de Vegetais e seus Produtos PI – FISCPLANTA, demonstrando que a demanda dos importadores e exportadores pelos serviços das Unidades de Vigilância Agropecuária do Estado de Minas Gerais vem aumentando significativamente a cada ano, consolidando o desembaraço aduaneiro através dos portos secos localizados nas zonas secundárias, e contribuindo na agilização e desoneração dos processos de entrada e saída de produtos agropecuários importados ou exportados pelo Estado de Minas Gerais.

Os recursos financeiros necessários ao desempenho das atividades são programados de acordo com a demanda através do SIOR e são utilizados na aquisição de materiais e equipamentos e para pagamento de despesas, principalmente com combustíveis e manutenção de veículos e outros equipamentos.

Como as atividades de Vigilância Agropecuária Internacional são realizadas nas Unidades alfandegadas as despesas com diárias e passagens se restringem à participação de Fiscais Federais Agropecuários das Unidades do VIGIAGRO-MG em treinamentos, reuniões técnicas nacionais e estaduais e em auditorias e supervisões.

Fatores como: infra-estrutura necessária ao bom funcionamento das unidades de Vigilância Agropecuária Internacional, o reduzido quadro de Fiscais em algumas unidades, e a má distribuição em outras, bem como a falta de treinamento e a falta de uniformização e de harmonização de procedimentos na execução das ações de inspeção e fiscalização são fatores negativos detectados e que necessitam ser solucionados.

A instalação do sistema SISCOMEX, necessário ao desembaraço aduaneiro nas importações, ainda não implementado em todas as unidades.

Por fim, a insuficiência de Fiscais Federais Agropecuários, de Técnicos de Nível Médio e Administrativos, e de infraestrutura adequada foram os fatores que mais comprometeram as atividades em algumas Unidades no ano de 2007.

Tabela 1 – Metas e Resultados da Ação Exercício

Ação	Previstas		Realizadas	
	Física	Financeira	Física	Financeira
<b>2181</b>	1.574	13.192,67	1.915	13.192,67
<b>2180</b>	24.221	49.266,32	27.584	49.266,32

Tabela 2 – Detalhamento dos Recursos Transferidos e Liquidados

Ação	Natureza da Despesa						
	339014	339030	339033	339036	339039	449052	TOTAL
<b>2181</b>	1.192,67			3.000,00	9.000,00		13.192,67
<b>2180</b>	16.820,76	13.045,57	4.400,05			14.999,94	49.266,32

Tabela 3 – Desempenho Operacional (SIPLAN)

Ação	Partidas Inspeccionadas		
	Previsto	Realizado	Execução %
<b>2181</b>	1.574	1.915	121,66
<b>2180</b>	24.221	27.584	113,88

## SERVIÇO DE SANIDADE AGROPECUÁRIA – SEDESA

### 4.1.10 - Programa 0371 – Desenvolvimento da Avicultura

#### 4.1.10.1 - Dados Gerais

Tabela 1

<b>Tipo de programa</b>	<b>Programa de Gestão de Políticas Públicas</b>
<b>Objetivo geral</b>	<b>Elevar a performance dos rebanhos avícolas mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas.</b>
<b>Gerente do Programa</b>	<b>Edílson Guimarães (Secretário de Política Agrícola)</b>
<b>Gerente executivo</b>	<b>Jamil Gomes de Souza</b>
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	<b>Taxa de controle da Doença de Newcastle no plantéis avícolas</b>
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	<b>Produtores e industriais da avicultura, produtores e comerciantes de produtos de uso veterinário.</b>

#### 4.1.10.2 - Principal Ação do Programa (SEDESA)



## **PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE DOENÇAS DA AVICULTURA**

### **Objetivo**

As atividades desenvolvidas em Minas Gerais visam:

- Manter o status sanitário da avicultura mineira;
- Promover a segurança sanitária da avicultura mineira, mesmo que eventualmente ocorram focos de doenças nos outros estados da federação;
- Assegurar condições de atuação imediata e eficiente frente às suspeitas e ou confirmações de focos de doenças emergenciais;
- Promover o reconhecimento da qualidade sanitária dos plantéis e dos produtos avícolas, incrementando os mercados internos e externos destes produtos.

### **4.1.10.3 - Gestão das Ações**

#### **4.1.10.3.1 - Ação 4809 - PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DE DOENÇAS DA AVICULTURA**

##### **4.1.10.3.1.1 - Dados Gerais**

Tabela 2

<b>Tipo</b>	<b>Ação Orçamentária</b>
<b>Finalidade</b>	<b>Prevenção, erradicação e controle das doenças que compõem o Programa Nacional de Sanidade Avícola (PNSA)</b>
<b>Descrição</b>	<b>1.Registro das propriedades; 2.Controle sanitário e certificação de núcleos e estabelecimentos produtores de aves; 3. Vigilância e erradicação dos focos suspeitos e confirmados da doença de Newcastle com adoção de medidas sanitárias previstas na legislação nacional e da Organização Mundial de Saúde Animal (OIE); 4.Treinamento e reciclagem dos profissionais em relação às doenças aviárias e às atividades de fiscalização e controle sanitário, biossegurança, cadastro e registro, sistemas produtivos</b>

	<b>diferenciados e outros temas de interesse do PNSA</b>
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	<b>Departamento de Saúde Animal /SDA</b>
<b>Unidades Executoras</b>	<b>Superintendência Federal de Agricultura em MG e Instituto Mineiro de Agropecuária / IMA</b>
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	<b>Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA/MG</b>
<b>Coordenador nacional da ação</b>	<b>Marcelo de Andrade Motta</b>
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	<b>José de Oliveira Mascarenhas Junior</b>

#### **4.1.10.3.1.2 – Resultados**

##### **Vistoria de granjas comerciais**

Atividade executada semestralmente pelo IMA. Granjas comerciais visitadas em 2007: 3796.

##### **Cadastro de estabelecimentos que comercializam aves vivas**

Segundo determinação da IN 17, de 07/04/2006, a partir de 12 meses da data de sua publicação os estabelecimentos comerciais que vendem aves vivas deverão estar cadastrados no órgão estadual de defesa sanitária animal, dentre outras exigências. Para atender a este disposto, o IMA iniciou este cadastramento e já efetivou o cadastro de 407 estabelecimentos comerciais.

##### **Cadastramento de pontos de risco de introdução de doenças**

Ainda para atendimento da IN 17, o órgão estadual de defesa sanitária animal deverá localizar e identificar por georeferenciamento zoológicos, abatedouros e graxarias. Para atendimento a este disposto, o IMA vistoriou 07 zoológicos.

##### **Atendimento a suspeitas de enfermidades**

O atendimento a notificação de alta mortalidade em aves levou a abertura do FORM-IN nº 31470060007, de abril/2007.

##### **Registro de estabelecimentos**

Vistoria de propriedades e emissão de laudos sanitários para registro de estabelecimentos avícolas de controle permanentes solicitados ao SEDESA/DT-MG em 2007. 10 (dez) estabelecimentos foram registrados, sendo 01 (um)

incubatório avoseiro, 05 (cinco) granjas matrizeiras, 01 (um) incubatório matrizeiro e 03 (três) criatórios de avestruzes.

### **Monitoramento sanitário dos plantéis de reprodução com vistas à certificação das granjas/núcleos**

Os estabelecimentos avícolas são acompanhados através dos relatórios mensais que emitem. Além disto, são realizadas visitas a estes estabelecimentos com a finalidade de realização de colheitas oficiais.

### **Certificação de estabelecimentos avícolas solicitados ao SEDESA no ano de 2007**

Foram expedidos 36 (trinta e seis) certificados.

### **Supervisão do Médico Veterinário Habilitado**

Numa parceria SFA-MG/IMA/CRMV-MG foram realizadas duas reuniões para habilitação e manutenção da habilitação de médicos veterinários para a emissão de GTA para aves. A primeira ocorreu em 28/09/07 e contou com a participação de 47 médicos veterinários e a segunda, em 09/10/07, contou com a participação de 59 médicos veterinários.

### **Treinamentos**

- ✓ **Curso/Simulado de erradicação de doenças exóticas e emergências zoonosológicas em aves** – De 15 a 20 de outubro de 2007 – UBERABA – Com a participação de 19 médicos veterinários - fiscais agropecuários do IMA, 06 FFA do SEDESA/SFA-MG, 06 médicos veterinários da iniciativa privada e 02 médicos veterinários do IICA (Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura).

## **4.1.3 - Programa 0359 – DESENVOLVIMENTO DA BOVIDOCULTURA**

### **4.1.3.1 - Dados Gerais**

Tabela 1

<b>Tipo de programa</b>	<b>Programa de Gestão de Políticas Públicas</b>
<b>Objetivo geral</b>	<b>Elevar a performance dos rebanhos bovinos e bubalinos mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas.</b>
<b>Gerente do Programa</b>	<b>Silas Brasileiro ( Secretário Executivo)</b>
<b>Gerente executivo</b>	<b>Jamil Gomes de Souza</b>
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	<b>Taxa de erradicação da Febre Aftosa em bovinos</b>
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	<b>Criadores de gado de leite e de corte, indústrias do ramo de laticínios e de frigoríficos.</b>

#### 4.1.3.2 - Principais Ações do Programa (SEDESA)

- ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA
- CONTROLE E ERRADICAÇÃO DA TUBERCULOSE E BRUCELOSE
- CONTROLE DA RAIVA DOS HERBÍVOROS E PREVENÇÃO DAS ENCEFALOTIAS ESPONGIFORME BOVINA - DOENÇA DA VACA LOUCA
- PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DAS DOENÇAS DA BOVIDEOCULTURA

#### 4.1.3.3 - Gestão das Ações

##### 4.1.3.3.1 - Ação 4842 - ERRADICAÇÃO DA FEBRE AFTOSA

##### 4.1.3.3.1.1 - Dados Gerais

Tabela 2

<b>Tipo</b>	<b>Ação Orçamentária</b>
<b>Finalidade</b>	<b>Manter o status dos estados já reconhecidos como áreas livres de febre aftosa e erradicar a doença das demais regiões do País</b>
<b>Descrição</b>	<b>1-Auditoria em unidades locais do órgão executor - IMA para verificar o desenvolvimento das ações pertinentes ao Programa Nacional de Erradicação da Febre Aftosa; 2- Supervisão sistemática do órgão executor através de reuniões e visitas . 3- Emissão de autorizações de ingresso de animais no Estado de Minas Gerais</b>
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	<b>Departamento de Saúde Animal /SDA</b>
<b>Unidades Executoras</b>	<b>Superintendência Federal de Agricultura em MG e Instituto Mineiro de Agropecuária / IMA</b>
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	<b>Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA/MG</b>
<b>Coordenador nacional da ação</b>	<b>Nilton Antônio de Moraes</b>

<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	<b>José de Oliveira Mascarenhas Junior</b>
---	--

#### **4.1.3.3.1.2 – Resultados**

A manutenção da condição de zona livre de febre aftosa com vacinação é de fundamental importância na conservação e conquista de novos mercados consumidores importantes, tanto para o Estado de Minas Gerais como também para todo o país. A ocorrência de focos de Febre Aftosa em qualquer Estado do País afeta as relações comerciais de toda a Zona considerada Livre. Mesmo considerando a situação, países importadores embargam de imediato nossas exportações de carnes, só voltando a autorizar tais exportações após um longo período de investigações realizadas por auditores nas áreas afetadas. De imediato, estes embargos além dos prejuízos financeiros, abalam a credibilidade sanitária do país que passa a receber inúmeras Missões Internacionais que visam novamente atestar a condição sanitária declarada pelo Brasil.

#### **4.1.3.3.2 - Ação 4766 - CONTROLE E ERRADICAÇÃO DA TUBERCULOSE E BRUCELOSE**

##### **4.1.3.3.2.1 - Dados Gerais**

Tabela 1

<b>Tipo</b>	<b>Ação Orçamentária</b>
<b>Finalidade</b>	<b>Diminuir o impacto negativo da tuberculose e da brucelose na saúde comunitária, elevar a produtividade dos rebanhos bovinos e promover a competitividade da pecuária nacional.</b>
<b>Descrição</b>	<b>1.Campanha de vacinação obrigatória contra a brucelose. 2.Certificação de propriedades livres e monitoradas para brucelose e tuberculose. 3.Habilitação e capacitação de médicos veterinários e laboratórios. 4.Padronização de métodos e fiscalização da infraestrutura laboratorial de diagnose das zoonoses. 5.Conclusão de diagnóstico epidemiológico de brucelose e tuberculose em escala nacional, incluindo estimativa de prevalência, identificação de fatores de risco e caracterização dos sistemas de produção. 6.Implantação de sistema de vigilância global para brucelose e tuberculose</b>
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	<b>Departamento de Saúde Animal /SDA</b>
<b>Unidades Executoras</b>	<b>Superintendência Federal de Agricultura em MG e</b>

	<b>Instituto Mineiro de Agropecuária / IMA</b>
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	<b>Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA/MG</b>
<b>Coordenador nacional da ação</b>	<b>José Ricardo Lôbo</b>
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	<b>José de Oliveira Mascarenhas Junior</b>

#### 4.1.3.3.2.2 - Resultados

O Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal – PNCEBT foi instituído pelo MAPA em janeiro de 2001 com o objetivo de diminuir o impacto negativo da brucelose e da tuberculose na sanidade animal e na saúde pública, através da sua erradicação no rebanho bovino e bubalino nacional, adotando em uma fase inicial de controle medidas voluntárias, como a certificação de propriedades livres e monitoradas e medidas obrigatórias, como controle do trânsito e imunização de fêmeas bovinas e bubalinas entre 3 e 8 meses de idade contra a brucelose.

Ressalta-se que estas enfermidades são zoonoses de primeira grandeza, causadoras de grandes prejuízos à saúde pública e ao sistema produtivo da pecuária bovina de corte e leite, ao atuar negativamente sobre os índices zootécnicos dos rebanhos atingidos. Daí a importância deste programa.

Trata-se de um programa que está em fase inicial e suas ações estão sendo implantadas gradativamente, com ênfase na vacinação contra brucelose, eliminação de animais diagnosticados como positivos para brucelose e tuberculose e habilitação de médicos veterinários do setor privado para no diagnóstico e saneamento dos rebanhos.

Vale ressaltar que muitas das ações deste Programa são dependentes de diversos setores, tais como instituições de ensino e pesquisa que ministram os cursos de nivelamento para médicos veterinários, médicos veterinários habilitados que atuam no setor privados, laboratórios, dentre outros.

Toda sociedade brasileira de um modo geral se beneficia das ações profiláticas contra a brucelose e a tuberculose bovina. Ao se implantar e manter áreas livres de doenças é possível estabelecer relações comerciais internacionais, com geração de divisas para nosso país. Outro ponto a ser destacado é a diminuição da incidência destas doenças e conseqüentemente dos gastos em saúde pública.

O controle e erradicação da brucelose e tuberculose bovina e bubalina, incluem ações adotadas: pela Superintendência Federal da Agricultura, Pecuária e Abastecimento no estado de Minas Gerais, pelo órgão executor (Instituto Mineiro de Agropecuária), por instituições de ensino/pesquisa e por médicos veterinários autônomos.

As ações executadas por outros órgãos ou instituições têm a supervisão da Superintendência.

Tabela 1- Metas Físicas

<b>Metas (denominação)</b>	<b>Unidade</b>	<b>Quantidade Meta Física</b>
Propriedade atendida	Nº	390

Capacitação técnica realizada	Nº	255
Propriedade certificada	Nº	2
Animais Vacinados	Nº	1.668.149
Profissional cadastrado vacinação	Nº	50
Profissionais habilitados	Nº	94

**A seguir estão listadas as principais atividades da ação:**

1. Atendimento a 100% das solicitações de reconhecimento de Instituições de Ensino e Pesquisa em Medicina Veterinária para ministrar cursos de “Treinamento para Credenciamento e Capacitação de Médicos Veterinários em Métodos de diagnóstico e controle da Brucelose e Tuberculose Bovina”;
2. Realização de cursos de “Treinamento em métodos de diagnóstico e controle de brucelose e tuberculose animal e noções em encefalopatias espongiformes transmissíveis” ministrados por Instituições de Ensino e Pesquisa Reconhecidas para médicos veterinários oficiais e autônomos;
3. Participação oficial em Cursos de “Treinamento em métodos de diagnóstico e controle de brucelose e tuberculose animal e noções em encefalopatias espongiformes transmissíveis” ministrados por instituições de ensino e pesquisa reconhecidas;
4. Treinamento de médicos veterinários autônomos nos cursos para atuação no PNCEBT;
5. Treinamento de médicos veterinários oficiais nos cursos relativos ao PNCEBT;
6. Acompanhamento/supervisão de cursos de “Treinamento em métodos de diagnóstico e controle de brucelose e tuberculose animal e noções em encefalopatias espongiformes transmissíveis” ministrados por instituições de ensino e pesquisa reconhecidas;
7. Habilitação de médicos veterinários para atuação junto ao PNCEBT no estado de Minas Gerais;
8. Supervisão das unidades locais e regionais do Serviço de Defesa Sanitária Estadual (IMA);
9. Supervisão das instalações e atividades dos médicos veterinários habilitados no PNCEBT no Estado de Minas Gerais;
10. Análise da cobertura vacinal contra a brucelose bovina alcançada em bezerras bovinas e bubalinas em Minas Gerais (índice esperado: 80%)
11. Análise de dados referentes à prevalência de brucelose bovina em Minas Gerais;
  - 11.1. número de animais examinados para brucelose
  - 11.2. número de animais positivos para brucelose
  - 11.3. número de animais eliminados
12. Análise de dados referentes à prevalência de tuberculose bovina em Minas Gerais;
  - 12.1. número de animais examinados para tuberculose
  - 12.2. número de animais positivos para tuberculose
  - 12.3. número de animais eliminados
13. Atendimento a focos de brucelose notificados pelos veterinários habilitados;
14. Atendimento a focos de tuberculose notificados pelos veterinários habilitados;

15. Atendimento à solicitação de propriedades para certificação como livre de brucelose e tuberculose;
16. Atendimento à solicitação de propriedades para certificação como monitorada de brucelose e tuberculose;
17. Educação sanitária nas propriedades onde se detectou lesões sugestivas de tuberculose pelo SIF;
18. Reuniões Técnicas

#### 4.1.3.3.3 - Ação 4771 - CONTROLE DA RAIVA DOS HERBÍVOROS E PREVENÇÃO DA ENCEFALOPATIA ESPONGIFORME BOVINA (BSE)

##### 4.1.3.3.3.1 – Dados Gerais

Tabela 1

<b>Tipo</b>	<b>Ação Orçamentária</b>
<b>Finalidade</b>	<b>Reduzir da incidência da raiva em herbívoros e manter vigilância ativa da Encefalopatia Espongiforme Bovina (BSE)</b>
<b>Descrição</b>	<p>1-Fiscalização das ações realizadas pelo órgão executor no controle da Raiva dos Herbívoros e das Encefalopatias Espongiformes Bovinas (EEB ou “vaca louca”);</p> <p>2-Analise da cobertura vacinal da raiva alcançada em herbívoros;</p> <p>3- Analise do desempenho do órgão executor na colheita de material para diagnóstico da EEB;</p> <p>4- Analise do desempenho do órgão executor na captura de morcegos hematófagos;</p> <p>5- Envio de amostras de tronco encefálico de animais abatidos emergencialmente para diagnóstico e vigilância da Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB);</p> <p>6- Treinamento dos Fiscais Federais Agropecuários (FFA's) do Serviço de Inspeção Federal que trabalham em frigoríficos que abatem ruminantes, em colheita de amostras para diagnóstico e vigilância de EEB.</p> <p>7- Colheita amostras de produtos destinados à alimentação de ruminantes, em propriedades rurais.</p>
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	<b>Departamento de Saúde Animal /SDA</b>
<b>Unidades Executoras</b>	<b>Superintendência Federal de Agricultura em MG e Instituto Mineiro de Agropecuária / IMA</b>
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	<b>Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA/MG</b>
<b>Coordenador nacional da ação</b>	<b>Carla da Silva Goulart</b>



<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	<b>José de Oliveira Mascarenhas Junior</b>
---	--

#### 4.1.3.3.2 – Resultados

A vacinação contra a raiva dos herbívoros não é obrigatória em Minas Gerais. Contudo, o elevado índice de vacinação alcançado pode ser justificado porque continua havendo necessidade do produtor rural mineiro promover a imunização de seus rebanhos. Apesar do trabalho intensivo que tem sido feito para promover um incremento nas capturas de morcegos hematófagos, que é o principal transmissor da raiva para os herbívoros, não tem sido suficiente para determinar segurança ao produtor, a ponto de diminuir a necessidade de vacinação contra a raiva. A população de morcegos hematófagos é crescente, principalmente devido a grande disponibilidade de alimento e mudanças nos ecossistemas (desmatamentos, edificações, barragens, etc). Apesar da extensão do território mineiro, tem sido possível incrementar o número de abrigos de morcegos cadastrados e continuar os trabalhos de captura dos morcegos hematófagos, mas não em quantidade suficiente para determinar um controle eficaz na prevenção da raiva dos herbívoros. Por isso, a vacinação é muito importante e não pode ser diminuída a menos que 60% do rebanho mineiro, principalmente considerando as áreas de maior risco. O quantitativo de morcegos hematófagos capturados foi menor que no ano anterior. Deve ser aqui salientado que o órgão executor (IMA - Instituto Mineiro de Agropecuária) continua relacionando o baixo índice de morcegos hematófagos capturados à quantidade insuficiente de pessoal em seu quadro de recursos humanos para desempenhar a função dentro das regionais existentes no Estado. Além disso, há falta de estímulo para esse trabalho, uma vez que não há reconhecimento como serviço insalubre e/ou de alta periculosidade. Assim, sabendo da existência de muitas populações de morcegos hematófagos, que há vírus rábico circulante entre essas populações e que o órgão executor não tem conseguido realizar capturas desses morcegos de forma eficaz, não resta ao produtor alternativa que não vacinar seus rebanhos.

O IMA possui sete equipes atuando na atividade de captura de morcegos hematófagos, para atender à demanda existente no Estado. As equipes receberam do MAPA, em convênio com o PANAFTOSA, treinamento específico para o serviço de captura. Está sendo também enviado, através do mesmo convênio, material próprio para ser utilizado nas capturas, tais como redes, puçá, óculos e máscaras de proteção, lanternas, etc. Através de convênio firmado entre o IMA e o MAPA, foram liberados também recursos para diárias e combustível visando execução de atividades de captura de morcegos hematófagos, cadastramento e revisão de abrigos de morcegos. Assim sendo, é esperado que a raiva dos herbívoros seja controlada de forma eficiente pelo Estado, com execução de maiores quantidades de capturas. Cabe aqui salientar que o MAPA tem cobrado maior empenho do IMA na realização de captura de morcegos hematófagos e tem atendido a solicitações do referido órgão no sentido de apoiar e dar subsídios para que os trabalhos de captura de morcegos sejam incrementados.

O percentual de amostras (tronco encefálico) coletadas para diagnóstico da Encefalopatia Espongiforme Bovina (EEB), quando somadas as amostras coletadas por FFA's, provenientes de abates de emergência de bovinos em frigoríficos com SIF (131 amostras), e as coletas feitas pelo órgão executor e pelos veterinários

privados (214 amostras), permite avaliar que tem sido mantida vigilância epidemiológica em relação à “vaca louca” em Minas. No entanto, foram encaminhadas 692 amostras de campo para o laboratório de diagnóstico de raiva, no IMA (credenciado pelo MAPA para realização de histopatologia para EET’s). Desse montante, 214 amostras foram coletadas e encaminhadas também para EEB, sendo que 478 amostras foram coletadas e enviadas somente para diagnóstico de raiva. Julga-se conveniente que, para todos os casos de animais com sintomatologia nervosa, acima de 24 meses de idade, sejam coletadas amostras também para histopatologia específica para EEB. Sob esse ponto de vista, pode-se concluir que há necessidade de que haja incremento no número de coletas a campo para diagnóstico também da EEB, além da raiva. De acordo com o IMA, entre essas 478 amostras, existem aquelas que são provenientes de animais com menos de 24 meses de idade (que não justificam o processamento para histopatologia) e também amostras encaminhadas por veterinários privados somente para diagnóstico de raiva. Deve ser feito um trabalho de divulgação com veterinários privados, a fim de que haja um aumento de remessas de material para diagnóstico de EET’s em animais com sintomatologia nervosa no Estado. O objetivo é manter vigilância ativa sobre a população susceptível à EEB em Minas Gerais, garantindo bom índice de diagnóstico para assegurar vigilância epidemiológica eficiente.

Para o ano de 2008, melhores índices de coleta de material para diagnóstico também de EEB, de animais com sintomatologia nervosa, são esperados. No entanto, acredita-se que esta medida de vigilância só será incrementada quando o órgão executor possibilitar aos seus veterinários de campo reconhecimento de insalubridade, conforme já exposto por eles anteriormente.

Foi feito treinamento e reciclagem de três FFA’s do SEDESA-MG, para coleta de material (tronco encefálico) para diagnóstico de EEB, dentro do programa de vigilância da “vaca louca”. Hoje, no Estado, totaliza-se 26 FFA’s de estabelecimentos com SIF já treinados para coleta de amostras específicas para diagnóstico de EEB. Todos os FFA’s do SIF de Minas Gerais devem ser treinados para a realização dessa coleta, o que significa, até o momento, a necessidade de se treinar, aproximadamente, mais vinte médicos veterinários que trabalham na Inspeção Federal (IF) e também aqueles que prestam serviços à IF através de convênios específicos. Está programado treinamento para 20 médicos veterinários para o ano de 2008. Ao longo de 2007 foi coletado, por Fiscais Federais Agropecuários, um montante de 131 amostras de tronco encefálico de animais abatidos emergencialmente, conforme determina a norma para vigilância ativa da EEB. Todos os materiais (tronco encefálico) recebidos pelo SEDESA são conferidos, catalogados e encaminhados ao Laboratório de Saúde Animal do IMA, para o devido processamento, análise e diagnóstico histopatológico. De acordo com os resultados encontrados no diagnóstico ou caso haja necessidade, com os dados catalogados, é possível rastrear e chegar à propriedade de origem para avaliação sanitária do rebanho ou outros procedimentos que visem à manutenção da condição sanitária do país como livre de EEB, bem como demais providências, em caso de diagnóstico de outras doenças que estão sob atenção veterinária oficial.

Visando a manutenção de uma vigilância ativa e a ausência de EEB em MG e atendendo à Norma Interna DSA nº. 1, de 17 de maio de 2005, foram coletadas,

por FFA's desta SFA, 70 amostras de produtos destinados à alimentação de ruminantes, em propriedades rurais, para análise laboratorial no LANAGRO - Pedro Leopoldo. É esperado que as Unidades Regionais da SFA-MG que não fizeram as coletas determinadas pelo SEDESA justifiquem o fato, bem como, aumentem o número mínimo de coletas a serem efetuadas no ano vindouro, a fim de que MG não deixe de cumprir as metas programadas pela coordenação nacional do PNCRH (total de 100 amostras por ano). Dos resultados de análise obtidos, aqueles onde foi comprovado o uso de proteína de origem animal na alimentação de ruminantes, constituiu-se Processos que foram encaminhados ao Ministério Público Federal para apuração dos fatos e determinação de penalidades cabíveis, conforme determinado pelo DSA.

#### **4.1.3.3.4 - Ação 4807 – PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DAS DOENÇAS DOS BOVÍDEOS**

##### **4.1.3.3.4.1 – Dados Gerais**

Tabela 1

<b>Tipo</b>	<b>Ação Orçamentária</b>
<b>Finalidade</b>	<b>Controle de resíduos biológicos</b>
<b>Descrição</b>	<b>Fiscalização e monitoramento de animais em propriedades representativas dos sistemas de criação e de tecnologia de produção de carne no Estado visando à detecção de utilização de drogas controladas e de uso proibido pela legislação sanitária</b>
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	<b>Departamento de Saúde Animal /SDA</b>
<b>Unidades Executoras</b>	<b>Superintendência Federal de Agricultura em MG e Instituto Mineiro de Agropecuária / IMA</b>
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	<b>Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA/MG</b>
<b>Coordenador nacional da ação</b>	<b>Alberto Gomes da Silva Junior</b>
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	<b>José de Oliveira Mascarenhas Junior</b>

##### **4.1.3.3.4.2 - Resultados**

Houve atraso no delineamento do número de amostras por Estado, no recebimento e remessa de frascos para colheita, na remessa das numerações dos COA's para colheitas, dificuldade na redistribuição de material de colheita para o interior do Estado, demora na alocação de verbas para viagens, pessoal administrativo para execução dos trabalhos pertinentes a emissão de ordens de serviço, distribuição de material para o interior, entraves burocráticos na emissão de documentos (OS, requisições de servidores das UTRAS e UTLAS), entre outros. Todos esses, dentre outros fatores, fizeram com que mudássemos a estratégia de trabalho, setorizando de forma diferente o Estado buscando atingir regiões de maior expressão na bovinocultura de corte, regiões estas, hoje, muito

diversificada em outras atividades paralelas à criação de bovinos para abate. Com isso, obteve-se uma redução dos gastos com deslocamentos, embora dificultando enormemente a busca do pretendido, mas ainda assim, não deixando de se atingir uma eficácia de 100% nos trabalhos.

#### **4.1.11 - Programa 0377 – DESENVOLVIMENTO DA CAPRINOCULTURA, EQUIDOCULTURA E DA OVINOCULTURA**

##### **4.1.11.1 – Dados Gerais**

Tabela 1

<b>Tipo de programa</b>	<b>Programa de Gestão de Políticas Públicas</b>
<b>Objetivo geral</b>	<b>Elevar a performance dos caprinos, ovinos, eqüídeos e de pequenos e médios animais mediante o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas.</b>
<b>Gerente do Programa</b>	<b>Marcio Antônio Portocarrero ( Secretário de Desenvolvimento Agropecuário e Cooperativismo)</b>
<b>Gerente executivo</b>	<b>Alberto Gomes da Silva Junior</b>
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	<b>Propriedades Atendidas</b>
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	<b>Pecuaristas, cooperativas e agroindústrias, pesquisadores e extensionistas.</b>

##### **4.1.11.2 – Principais Ações do Programa**

- **PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DAS DOENÇAS DA EQUIDOCULTURA, DA CAPRINOCULTURA E DA CRIAÇÃO DE PEQUENOS E MÉDIOS ANIMAIS**

**Esta ação engloba vários programas do MAPA, dentre eles, destacam-se:**

#### **PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE DOS CAPRINOS E OVINOS - PNSCO**

Através da Instrução Normativa Nº 87 da Secretaria de Defesa Agropecuária, de 10 de dezembro de 2004, foi aprovado o Regulamento Técnico do PNSCO. O controle e erradicação das doenças de caprinos e ovinos, por meio de ações sanitárias e de vigilância epidemiológica definidas pelo DDA e executadas pelos serviços oficiais e médicos veterinários cadastrados, estão entre os objetivos do Programa.

Dentre as estratégias de atuação, serão destacadas: o cadastro de estabelecimentos, o controle de trânsito de animais, a certificação de estabelecimentos, o cadastramento de Médicos Veterinários do setor privado e o credenciamento de laboratórios para realização de exames diagnósticos das doenças de controle oficial.

Atualmente, o PNSCO encontra-se em fase de estruturação.

## **PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE EQUIDEA - PNSE.**

Tem como objetivo elevar a performance dos eqüídeos e aprimorar suas aptidões produtivas e reprodutivas.

**As principais atividades que materializam este objetivo são:**

- Aprovação das medidas para profilaxia e combate a AIE
- Fiscalização e credenciamento de laboratórios de diagnóstico de AIE
- Controle dos indicadores epidemiológicos da doença.
- Supervisão das atividades de Defesa Sanitária Animal para AIE no Estado (Atendimentos aos focos da doença)
- Vigilância Sanitária de trânsito

## **PROGRAMA NACIONAL DE SANIDADE DOS ANIMAIS AQUATICOS-PNSAA**

O objetivo principal é estabelecer os procedimentos que deverão ser aplicados aos estabelecimentos de criação, manutenção, exposição, pesquisa, comércio ou distribuição de animais aquáticos, para obtenção de informações e adoção de medidas sanitárias, por meio de vigilância sanitária e epidemiológica das doenças de notificação obrigatória e seus agentes causais.

### **4.1.11.3 – Gestão das Ações**

#### **4.1.11.3.1 - Ação 4829 - PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DAS DOENÇAS DA EQÜIDECULTURA, DA CAPRINOCULTURA E DA CRIAÇÃO DE PEQUENOS E MÉDIOS ANIMAIS**

##### **4.1.11.3.1.1 – Dados Gerais – PNSE**

<b>Tipo</b>	<b>Ação Orçamentária</b>
<b>Finalidade</b>	<b>Prevenção, Controle e Erradicação das doenças dos eqüídeos</b>
<b>Descrição</b>	<b>Atividades de defesa sanitária animal implementadas através do IMA , com conhecimento da CECAIE/MG, além de participação em palestras, reuniões e auditorias. Credenciamento e fiscalização de laboratórios de AIE .</b>
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	<b>Departamento de Saúde Animal /SDA</b>
<b>Unidades Executoras</b>	<b>Superintendência Federal de Agricultura em MG e Instituto Mineiro de Agropecuária / IMA</b>
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	<b>Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA/MG</b>

<b>Coordenador nacional da ação</b>	<b>Alberto Gomes da Silva Junior</b>
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	<b>José de Oliveira Mascarenhas Junior</b>

#### 4.1.11.3.1.2 – Resultados

A CECAIE analisa os diversos parâmetros que orientam a execução do programa de combate a AIE, através e documentos técnicos.

Cursos são fornecidos aos médicos veterinários para aprimorar as atuações.

Palestras são realizadas para produtores e associações para esclarecimento sobre a AIE.

Fiscalização de laboratórios credenciados tem por objetivo a padronização de critérios e a uniformidade dos trabalhos executados.

Vistorias são realizadas para credenciamento de novos laboratórios de acordo com a necessidade.

Auditorias verificam as condições técnicas de atuação. Para executar esta ação é preciso o trabalho conjunto com o LANAGRO / PEDRO LEOPOLDO, o que não foi possível ser realizado por falta de verba para as viagens, e para estas auditorias é necessária a autorização do CLA, portanto o trabalho ficou prejudicado, pois não houve nenhuma autorização neste sentido.

1 . Nº Laboratórios credenciados JAN/2007 a DEZ/2007 - Trinta e cinco

#### 4.1.11.3.1.1 – Dados Gerais – PNSAA

<b>Tipo</b>	<b>Ação Orçamentária</b>
<b>Finalidade</b>	<b>Prevenção, Controle e Erradicação das doenças dos animais aquáticos</b>
<b>Descrição</b>	<b>1-Capacitação e treinamento de médicos veterinários em sanidade dos animais aquáticos 2- Implementar as ações vigilância sanitária do trânsito de animais aquáticos executadas nas barreiras interestaduais 3- Implementar ações vigilância sanitária e controle de focos em estabelecimento. 4- Elaborar campanhas de educação sanitária para alertar sobre o trânsito interestadual de animais infestados por parasitas internos e externos</b>
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	<b>Departamento de Saúde Animal /SDA</b>
<b>Unidades Executoras</b>	<b>Superintendência Federal de Agricultura em MG e Instituto Mineiro de Agropecuária / IMA</b>
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	<b>Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA/MG</b>
<b>Coordenador nacional da ação</b>	<b>Alberto Gomes da Silva Junior</b>
<b>Responsável pela</b>	<b>José de Oliveira Mascarenhas Junior</b>

#### 4.1.11.3.1.2 – Resultados

1 - Capacitação de 36 médicos veterinários.

2 - O cancelamento de MVH que não se enquadravam dentro dos padrões de exigência mínimos estabelecidos para habilitação em animais aquáticos.

Treinamento de MV do IMA para exercer um controle sobre a emissão das GTAs.

Regularização no fluxo de envio de relatórios de transito relativo ao PNSAA pelo IMA.

1ª reunião do comitê nacional em Brasília do comitê de animais para estudar mudanças na IN 53.

1ª reunião do comitê de animais para ornamentação em Belo Horizonte com objetivo de elaborar normas para registro de estabelecimento, quarentena, transito animal, distribuição e venda de animais para ornamentação. A reunião contou com a presença de especialistas do IDAM-AM, UNF-RJ, IBAMA-DF, UFLA-MG, EPAMIG-MG.

3- Os MV habilitados pela SFA-MG passaram a apresentar a ART (Anotação de Responsabilidade Técnica) concedida pelo CRMV-MG para concessão da habilitação, o que melhorou o processo de admissão e fiscalização dos MV pelo SEDESA-MG e CRMV-MG, o que resulta em maior compromisso com a qualidade dos serviços veterinários prestados nas aqüiculturas.

4- Foram produzidos inicialmente 250 exemplares, os quais foram distribuídos para os participante do 2º curso de Sanidade dos Animais Aquáticos do PNSAA-SFA-MG, MV do IMA, Escritórios do IMA, ULTRA's - MG e SEDESA's. O CRMV-MG editou mais de 5000 exemplares visando distribuição ampla para bibliotecas universitárias e MV de Minas Gerais.

#### 4.1.12 - Programa 0367 – DESENVOLVIMENTO DA SUIDOCULTURA

##### 4.1.12.1 – Dados Gerais

Tabela 1

<b>Tipo de programa</b>	<b>Programa de Gestão de Políticas Públicas</b>
<b>Objetivo geral</b>	<b>Elevar a performance dos rebanhos de suídeos mediante a redução da incidência de doenças e o aprimoramento das aptidões das suas funções produtivas e reprodutivas.</b>
<b>Gerente do Programa</b>	<b>Inácio Afonso Kroetz</b>
<b>Gerente executivo</b>	<b>Jamil Gomes de Souza</b>
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	<b>Taxa de controle da peste suína clássica</b>
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	<b>Produtores e industriais da suinocultura e produtores e comerciantes de produtos de uso veterinário.</b>

#### 4.1.12.2 – Principais Ações do Programa

##### ▪ PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DAS DOENÇAS DA SUIDEOCULTURA

O objetivo da Ação é manter o controle sanitário nos estabelecimentos de criação de suídeos que desenvolvam atividades relacionadas com a produção, reprodução e comercialização de suídeos e material de multiplicação de origem suídea, bem como impedir a introdução de doenças exóticas e controlar ou erradicar aquelas existentes no País.

#### 4.1.12.3 – Gestão das Ações

##### 4.1.12.3.1 - Ação 4808 - PREVENÇÃO, CONTROLE E ERRADICAÇÃO DAS DOENÇAS DA SUIDEOCULTURA

###### 4.1.12.3.1.1 – Dados Gerais

<b>Tipo</b>	<b>Ação Orçamentária</b>
<b>Finalidade</b>	As atividades do Programa Nacional de Sanidade Suídea (PNSS) têm como objetivo a coordenação, normatização e o suporte das ações de defesa sanitária animal referentes à suinocultura nacional, visando preservar a sanidade do rebanho suídeo brasileiro.
<b>Descrição</b>	1.Eradicação da Peste Suína Clássica do território nacional; 2.Reconhecimento e manutenção de zonas livres de doenças no Brasil; 3.Certificação e monitoramento de Granja de Reprodutores Suídeos Certificada (GRSC); 4.Programa Nacional de Controle da Doença de Aujeszky (DA).
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Departamento de Saúde Animal /SDA
<b>Unidades Executoras</b>	Superintendência Federal de Agricultura em MG e Instituto Mineiro de Agropecuária / IMA
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA/MG
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Naor Maia Luna / Gabriela Bicca da Silveira
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	José de Oliveira Mascarenhas Junior



#### 4.1.12.3.1.2 - Resultados

Embora Minas Gerais esteja em 4º. lugar no contexto nacional da suinocultura brasileira, muito ainda se tem a caminhar para chegarmos ao nível de excelência. Isso em função de que, apesar de termos 04 grandes genéticas e suas multiplicadoras no Estado, as mesmas convivem com criações insípidas de suínos, fato este assoberbado pelas crises econômicas na área. Somente com a melhoria deste tipo de criação através, entre outras, de um rígido controle sanitário dos rebanhos é que poderemos elevar o nível técnico animal, de seus produtos e subprodutos, dando-nos, assim a oportunidade de até internacionalizar nossa produção.

Ainda que as atividades programadas para o primeiro semestre do ano de 2007 tenham sido realizadas, cumpre-nos informar que nem todas as atuações realizadas pelos responsáveis técnicos foram acompanhadas pelo Fiscal Federal Agropecuário encarregado dessa atividade. Isso em função da falta de condições em seu deslocamento pelo serviço oficial, ordens de deslocamentos, veículos e motoristas para seu transporte e principalmente, em função de determinação superior proibindo seu deslocamento em conjunto com o responsável técnico pelas granjas. Ao se buscar apoio nas unidades do serviço no interior, semelhante situação foi deparada, advindo daí certo relaxamento no cumprimento da legislação vigente no tocante à fiscalização direta das atividades para a recertificação das granjas como GRSC. Contudo todas as granjas foram visitadas à época.

O diferencial acontecido nos dados acima relatados se deveu ao fechamento de duas multiplicadoras em contrapartida à abertura de quatro outras granjas.

Em complemento às atividades inerentes ao servidor encarregado do PNSS no Estado de Minas Gerais há que se relatar a participação do mesmo em Auditorias Técnicas nos Estados de Rio Grande do Sul e Santa Catarina, nos meses de fevereiro e agosto, respectivamente. Participou o mesmo, ainda, do XIII Congresso da Associação Brasileira de Veterinários Especialistas em Suínos - ABRAVES, realizado no mês de outubro em Santa Catarina-SC.

Em parceria com O Conselho Regional de Medicina Veterinária no Estado de Minas Gerais, fez realizar nos dias 21, 22 e 23 do mês de agosto um curso para médicos veterinários habilitados à emissão de Guia de Trânsito Animal – GTA para suínos, onde compareceram 73 profissionais.

## 4.1.9 - Programa 0357 – SEGURANÇA FITOZOSSANITÁRIA NO TRÂNSITO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS

### 4.1.9.1 – Dados Gerais

Tabela 1

<b>Tipo de programa</b>	<b>Programa Finalístico</b>
<b>Objetivo geral</b>	<b>Impedir a introdução e disseminação de pragas e doenças na agropecuária.</b>
<b>Gerente do Programa</b>	<b>Inácio Afonso Kroetz</b>
<b>Gerente executivo</b>	<b>Jamil Gomes de Souza</b>
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	<b>Taxa de conformidade no controle de fronteiras</b>
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	<b>Produtores e comerciantes de produtos agropecuários.</b>

### 4.1.9.2 – Principais Ações do Programa

Para evitar a entrada de pragas e doenças exógenas no país, bem como preservar as áreas livres e os sistemas produtivos regionais da disseminação interna de agentes biológicos nocivos, é necessário identificar os pontos de risco do trânsito de produtos agropecuários e controlar as entradas, inclusive aplicando medidas quarentenárias e emergenciais, objetivando aumentar a competitividade do setor.

- Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de animais e seus produtos
- Vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de animais e seus produtos
- Vigilância e fiscalização do trânsito internacional de vegetais e seus produtos
- Vigilância e fiscalização do trânsito interestadual de vegetais e seus Produtos
- Gestão e administração do programa (SDA)

### 4.1.9.3 – Gestão das Ações

#### 4.1.9.3.1 – Ação 2181 – VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERNACIONAL DE ANIMAIS

##### 4.1.9.3.1.1 – Dados Gerais

<b>Tipo</b>	<b>Ação Orçamentária</b>
<b>Finalidade</b>	<b>Impedir a introdução e disseminação de doenças nas espécies animais, em todo território nacional</b>
<b>Descrição</b>	<b>1. Análise de Requerimentos de autorizações de importação (AI) com emissão, ou não, das Autorizações de Importações (AI); 2. Análise de Requerimentos para Obtenção dos Certificados Zoossanitários Internacionais (AE) com emissão, ou não, das Autorizações para Emissão de Certificado Zoossanitário Internacional 3. Fiscalização de quarentenários indicados para recepção de animais importados; 4. Fiscalização de quarentenários destinados a animais a serem exportados; 5- Análise das solicitações de avaliação e sacrifício de bovinos importados de Países de Risco para a Encefalopatia Espongiforme Bovina; 6- Vistoriar e auditar Entidades certificadoras SISBOV.</b>
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	<b>Departamento de Saúde Animal /SDA</b>
<b>Unidades Executoras</b>	<b>Superintendência Federal de Agricultura em MG</b>
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	<b>Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA/MG</b>
<b>Coordenador nacional da ação</b>	<b>Luiz Felipe Ramos Carvalho</b>
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	<b>José de Oliveira Mascarenhas Junior</b>

##### 4.1.9.3.1.2 - Resultados

É oportuno estabelecer que a maior parte das ações desenvolvidas para se efetivar o importante **controle sanitário do trânsito internacional de animais** (controle sanitário de importações e exportações = **trânsito externo**), é exercida pelo SERVIÇO DE DEFESA AGROPECUÁRIA (SEDESA-MG).

As atividades voltadas para o **controle sanitário das importações** desenvolvidas pelo SEDESA-MG, aí incluídas as análises de risco, o controle das quarentenas, etc. têm por finalidade minimizar ou anular os riscos sanitários inerentes a todo o processo de importação de animais, garantindo assim, o status de país livre ou controlado para esta ou aquela enfermidade.

No atendimento a esta demanda (**importação**) o SEDESA em 2007 analisou 100 % dos Requerimentos de autorizações de importação (AI) solicitadas

ao Setor. Após a análise de cada requerimento, emitiu-se, ou não, as Autorizações de Importações (AI) conforme os riscos sanitários envolvidos e critérios técnicos vigentes. No total foram emitidas 166 Autorizações;

Em 2007 o SEDESA-MG atendeu também as atividades necessárias ao controle sanitário das **exportações de animais**, compreendendo as análises dos requerimentos para obtenção de Certificados Zoossanitários Internacionais. Estas ações estão dependentes do atendimento aos requisitos sanitários estabelecidos pelo país importador, culminando com a emissão, pelo SEDESA-MG, das emissões das Autorizações para Emissão dos Certificados Zoossanitários Internacionais, que foram encaminhados aos SERVIÇOS DE VIGILÂNCIA AGROPECUÁRIA (VIGIAGRO/MAPA) nos aeroportos/portos/postos de fronteira.

Ainda, em atendimento às exportações, o SEDESA emitiu os CERTIFICADOS DE ORIGEM de produtos de origem animal, bem como, de produtos científicos e/ou laboratoriais, quando o caso assim o requereu.

Garantiu-se assim o êxito sanitário das exportações e, por certo, garantiu-se os benefícios que delas advêm.

No atendimento desta demanda (Exportação de Animais/ subprodutos/produtos laboratoriais e científicos de origem animal) em 2007 o SEDESA analisou 100 % dos Requerimentos para Obtenção dos Certificados Zoossanitários Internacionais (AE) solicitadas ao Setor em Minas Gerais, com emissão, ou não, das Autorizações para Emissão de Certificado Zoossanitário Internacional conforme os critérios técnicos e protocolos sanitários estabelecidos entre o Brasil e o país importador. Total 165 (AE)

O SEDESA-MG, em 2007, fiscalizou 8 quarentenários utilizados como locais para isolamento de animais que foram exportados de Minas Gerais para os diversos países do mundo.

Foram ainda sacrificados 10 bovinos importados e realizadas 3 auditorias do SISBOV.

#### **4.1.9.3.2 - Ação 21391 – VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERESTADUAL DE ANIMAIS**

##### **4.1.9.3.2.1 – Dados Gerais**

<b>Tipo</b>	<b>Ação Orçamentária</b>
-------------	--------------------------

<b>Finalidade</b>	<b>Impedir a introdução e disseminação de doenças nas espécies animais do Estado de Minas Gerais</b>
<b>Descrição</b>	<b>1.Análise das solicitações de habilitação/credenciamento de médicos veterinários e habilitar os qualificados para exercer as atividades delegadas; 2.Desabilitar os médicos veterinários que não cumprem a legislação de defesa sanitária animal, fiscalizados pelo órgão executor; 3. Fiscalização de documentos de transito emitidos .</b>
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	<b>Departamento de Saúde Animal /SDA</b>
<b>Unidades Executoras</b>	<b>Superintendência Federal de Agricultura em MG e Instituto Mineiro de Agropecuária/ IMA</b>
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	<b>Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA/MG</b>
<b>Coordenador nacional da ação</b>	<b>Luiz Felipe Ramos Carvalho</b>
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	<b>José de Oliveira Mascarenhas Junior</b>

#### **4.1.9.3.2.2 - Resultados**

As ações do Programa de Vigilância e Fiscalização do Trânsito de Animais e seus Produtos objetivam a redução dos riscos de introdução e disseminação de doenças animais em Minas Gerais (e de resto, em todo o país), possibilitando incrementos na produção e produtividade, bem como, a redução de barreiras comerciais não tarifárias aos excedentes pecuários exportáveis do país.

Com a publicação das Instruções Normativas 15 de 30.06.2006 e 18 de 18.07.2006 foram alterados o modelo da Guia de Transito Animal –GTA e a forma de habilitação de médicos veterinários para emissão do documento. Com a nova sistemática o órgão executor assumiu toda a responsabilidade de recebimento dos documentos de habilitação, controle e fiscalização de profissionais emitentes e do trânsito.

O novo modelo aprovado, ainda em fase de implantação, está permitindo maior controle dos deslocamentos interestaduais e intermunicipais de animais, bem como informatização, ainda que parcial nesta etapa, dos documentos emitidos.

#### **4.1.9.3.3 – Ação 2180 - VIGILÂNCIA E FISCALIZAÇÃO DO TRÂNSITO INTERNACIONAL DE VEGETAIS**

##### **4.1.9.3.3.1 – Dados Gerais**

<b>Tipo</b>	<b>Ação Orçamentária</b>
<b>Finalidade</b>	<b>Garantir a sanidade vegetal, controlando a</b>

	disseminação de pragas que afetam a agricultura brasileira.
<b>Descrição</b>	1.Emissão de parecer fitossanitário nas autorizações para importação e exportação de vegetais e produtos vegetais. 2.Fiscalização e Inspeção fitossanitária na importação de vegetais e produtos vegetais. 3.Supervisão e auditoria no processo de fiscalização e controle no trânsito interestadual de vegetais e seus produtos. 4.Supervisão e auditoria no processo de Certificação Fitossanitária de Origem.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Departamento de Sanidade Vegetal /DSV
<b>Unidades Executoras</b>	Superintendência Federal de Agricultura/MG e Instituto Mineiro de Agropecuária/IMA
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA/MG
<b>Coordenador nacional da ação</b>	Jose Geraldo Baldini Ribeiro
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	José de Oliveira Mascarenhas Junior

#### 4.1.9.3.3.2 - Resultados

A fiscalização e controle de vegetais e produtos vegetais do trânsito internacional e interestadual é uma das principais medidas de prevenção e controle de pragas visando garantir a sanidade das populações vegetais.

É necessário evitar a entrada de novas pragas no Brasil e a disseminação das existentes evitando danos e perdas de cultivo, perdas de mercado, aumento de custo de produção nas diversas atividades agrícolas, impacto sobre programas de manejo de pragas em execução, danos ambientais e custos sociais com redução de fontes de alimentos e matéria prima.

#### 4.1.13 - Programa 0350 – DESENVOLVIMENTO DA ECONOMIA CAFEIEIRA

##### 4.1.13.1 – Dados Gerais

Tabela 1

<b>Tipo de programa</b>	<b>Programa Finalístico</b>
<b>Objetivo geral</b>	<b>Promover o aumento da renda dos agentes da cadeia produtiva do agronegócio do café.</b>
<b>Gerente do Programa</b>	<b>Vilmondes Olegário da Silva</b>

<b>Gerente executivo</b>	<b>Lucas Tadeu Ferreira</b>
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	<b>Segmentos da cadeia produtiva do café: produção, industrialização, comercialização e exportação.</b>

#### 4.1.13.2 – Principais Ações do Programa

##### ▪ PREVENÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS DA CAFEICULTURA

Minas Gerais é o Estado maior produtor de Café do Brasil, havendo a necessidade da prevenção e controle das pragas de importância econômica e não quarentenária regulamentadas para esta cultura. Através das Estações de Aviso Fitossanitário de Varginha, Boa Esperança e Carmo de Minas, foi realizado monitoramento das pragas e emitidos boletins de avisos fitossanitários que norteiam os cafeicultores no controle de suas lavouras.

#### 4.1.13.3 – Gestão das Ações

##### 4.1.13.3.2 – Ação 4762 - PREVENÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS DA CAFEICULTURA

###### 4.1.13.3.2.1 – Dados Gerais

Tabela 2

<b>Tipo</b>	<b>Ação Orçamentária</b>
<b>Finalidade</b>	<b>Prevenção e controle das pragas de importância econômica e não quarentenária regulamentadas para a cultura do café.</b>
<b>Descrição</b>	<b>1.Adoção de medidas de prevenção e controle de pragas de importância econômica e não quarentenária regulamentada. 2.Manutenção e implantação de Estação de Avisos Fitossanitários. 3.Levantamentos e monitoramento de ocorrências fitossanitárias.</b>
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	<b>Departamento de Sanidade Vegetal /DSV</b>
<b>Unidades Executoras</b>	<b>Superintendência Federal de Agricultura/MG e Instituto Mineiro de Agropecuária/IMA</b>
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	<b>Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA/MG</b>
<b>Coordenador nacional da ação</b>	<b>José Geraldo Baldini Ribeiro</b>
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	<b>José de Oliveira Mascarenhas Junior</b>

###### 4.1.13.3.2.2 – Resultados

Mensalmente emitimos Boletins de Avisos Fitossanitários e enviamos as Cooperativas, Sindicatos Rurais e a imprensa em geral.

Esses boletins contêm informações sobre os dados climáticos, biológicos e tecnológicos das regiões produtoras, nos permitindo identificar as condições ideais para o desenvolvimento de pragas como Ferrugem, Cercóspora, Phoma, Bicho Mineiro, Ácaro Vermelho e a Broca, e alertamos os produtores sobre a necessidade ou não de fazer o controle destas pragas de importância econômica.

Em relação à praga não quarentenária regulamentada (Nematóide Meloidogi), coletamos amostras de mudas em viveiros comerciais, encaminhamos as amostras para UFLA/Lavras para análises laboratoriais e de posse dos resultados tomamos as providências necessárias.

#### **4.1.14 - Programa 0354 – DESENVOLVIMENTO DA FRUTICULTURA – PROFRUTA**

##### **4.1.14.1 – Dados Gerais**

Tabela 1

<b>Tipo de programa</b>	<b>Programa Finalístico</b>
<b>Objetivo geral</b>	<b>Elevar padrões de qualidade e competitividade da fruticultura brasileira ao patamar de excelência requerido pelo mercado internacional.</b>
<b>Gerente do Programa</b>	<b>Marcio Antonio Portocarrero</b>
<b>Gerente executivo</b>	<b>Luiz Carlos Bhering Nasser</b>
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	<b>Agentes da cadeia frutícola: produtores, processadores, distribuidores, atacadistas, varejistas, técnicos, pesquisadores, gestores, traders, população de pólos frutícolas e consumidores finais.</b>

##### **4.1.14.2 – Principais Ações do Programa**

- ✓ PREVENÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS NA FRUTICULTURA
- ✓ ERRADICAÇÃO DO CANCRO CÍTRICO
- ✓ PREVENÇÃO E CONTROLE DA SIGATOKA NEGRA
- ✓ ERRADICAÇÃO DA MOSCA DA CARAMBOLA

##### **4.1.14.3 – Gestão das Ações**

##### **4.1.14.3.1 – Ação 4804 - PREVENÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS NA FRUTICULTURA**

##### **4.1.14.3.1.1 – Dados Gerais**

<b>Tipo</b>	<b>Ação Orçamentária</b>
<b>Finalidade</b>	<b>Prevenção e o controle de pragas quarentenárias, e também o controle de pragas com exigências fitossanitárias por parte de importadores.</b>



<b>Descrição</b>	Para atendimento dos objetivos desse programa são realizadas diversas ações como monitoramento de pragas em pomares, certificação fitossanitária de origem, inspeções em lavouras, aplicação de sistema de mitigação de risco de pragas, dentro outros. Nesse contexto, cabe ao SEDESA supervisionar a execução dessas ações por meio de fiscalizações de propriedades nas quais as mesmas são realizadas.
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	Departamento de Sanidade Vegetal /DSV
<b>Unidades Executoras</b>	Superintendência Federal de Agricultura/MG e Instituto Mineiro de Agropecuária/IMA
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA/MG
<b>Coordenador nacional da ação</b>	José Geraldo Baldini Ribeiro
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	José de Oliveira Mascarenhas Junior

#### 4.1.14.3.1.2 – Resultados

Como resultado da prevenção e o controle de pragas quarentenárias, como a morte súbita, o Huanglongbing (“greening”) e Pinta Preta (*Guignardia citricarpa*) em citros, bacteriose da videira (*Xanthomonas campestris pv viticola*), moko da bananeira (*Ralstonia solanacearum*), dentre outras, e também o controle de pragas com exigências fitossanitárias por parte de importadores, tais como moscas-das-frutas em manga e traça da bananeira (*Opogona sacchari*), temos:

#### 4.1.14.3.2 – Ação 4740 - ERRADICAÇÃO DO CANCRO CÍTRICO

##### 4.1.14.3.2.1 – Dados Gerais

<b>Tipo</b>	<b>Ação Orçamentária</b>
<b>Finalidade</b>	Prevenir a ocorrência de cancro cítrico nas regiões do Estado
<b>Descrição</b>	Levantamento fitossanitário de detecção, delimitação e verificação da praga <i>Xanthomonas axinopodis pv. citri</i> , adoção de barreiras fitossanitárias, elaboração de normas e celebração de acordos internacionais visando elevar à produtividade, as exportações, a geração de

	<b>emprego e renda da cadeia citrícola.</b>
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	<b>Departamento de Sanidade Vegetal /DSV</b>
<b>Unidades Executoras</b>	<b>Superintendência Federal de Agricultura/MG e Instituto Mineiro de Agropecuária/IMA</b>
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	<b>Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA/MG</b>
<b>Coordenador nacional da ação</b>	<b>José Geraldo Baldini Ribeiro</b>
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	<b>José de Oliveira Mascarenhas Junior</b>

#### **4.1.14.3.2.2 - Resultados**

Para atendimento dos objetivos desse programa, nas áreas com ocorrência de cancro cítrico, são realizadas inspeções em lavouras comerciais e nos pomares residências. Em Minas Gerais, a praga somente ocorre na região do Triângulo, onde os levantamentos para detecção de ocorrência de cancro cítrico são realizados por equipes do Fundo de Defesa da Citricultura – Fundecitrus e do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA, sob supervisão do SEDESA/SFA-MG.

#### **4.1.14.3.3 – Ação 4742 - PREVENÇÃO E CONTROLE DA SIGATOKA NEGRA**

##### **4.1.14.3.3.1 – Dados Gerais**

<b>Tipo</b>	<b>Ação Orçamentária</b>
<b>Finalidade</b>	<b>Elevar a produtividade e diminuir os custos de produção de banana por meio de prevenção e controle da disseminação da sigatoka-negra (<i>Mycosphaerella fijiensis</i>).</b>
<b>Descrição</b>	<b>1. Supervisão do processo dos trabalhos de manutenção de áreas livres da sigatoka-negra. 2. Supervisão e auditoria no Sistema de Mitigação de Risco nas áreas infestadas. 3. Supervisão na aplicação de demais medidas de</b>

	<b>prevenção e controle da praga. 4. Levantamento Fitossanitário de detecção, monitoramento e avaliação da ocorrência da praga.</b>
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	<b>Departamento de Sanidade Vegetal /DSV</b>
<b>Unidades Executoras</b>	<b>Superintendência Federal de Agricultura/MG e Instituto Mineiro de Agropecuária/IMA</b>
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	<b>Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA/MG</b>
<b>Coordenador nacional da ação</b>	<b>José Geraldo Baldini Ribeiro</b>
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	<b>José de Oliveira Mascarenhas Junior</b>

#### 4.1.14.3.3.2 - Resultados

Minas Gerais é o terceiro maior produtor de banana do Brasil, com uma área plantada em 2006 de 44.806 ha., área colhida de 37.614 há e produção de 554.034 toneladas (dados IBGE). A principal região produtora está localizada no Norte de Minas, principalmente na área do Projeto Jaíba, com área plantada de 12.362 ha., seguida do Sul de Minas com 9.868 ha. e Zona da Mata com 3.243 ha.

A cultura de banana tem grande importância social, pois além de geração de empregos diretos e indiretos, e ser uma das culturas mais plantadas no Estado, é uma importante fonte de alimento. Além disso, 99% da fruta produzida é consumida no mercado interno, fazendo parte do hábito alimentar da população.

A Sigatoka Negra, causada pelo fungo *Mycosphaerella fijiensis*, representa uma das principais pragas da bananeira, onde ocorrem condições climáticas favoráveis e cultivo de variedades susceptíveis. Em regiões quentes e úmidas a praga reduz em até 100% a produção de variedades susceptíveis, se nenhuma medida de controle é realizada.

Em 1998 foi detectado o primeiro foco da praga no Brasil, na cidade de Tabatinga, Estado do Amazonas. Trabalhos de vigilância fitossanitária em Minas Gerais foram intensificados sendo realizados levantamentos fitossanitários que resultou na detecção dos primeiros focos da doença em 2004 nos municípios de Piranguçu, Cristina e São José do Alegre na região Sul de Minas. Atualmente, de acordo com relatórios do IMA – Instituto Mineiro de Agropecuária a praga ocorre em 16 municípios conforme Quadro 01.

**Quadro 01-** Municípios em ocorrência de Sigatoka-Negra em Minas Gerais

<b>Municípios</b>	<b>Região</b>
Nova União	Metropolitana
Taquaraçu de Minas	Metropolitana
Barão de Cocais	Metropolitana
Bom Jesus do Amparo	Metropolitana
Caeté	Metropolitana
Sabará	Metropolitana
Igarapé	Metropolitana

Cristina	Sul/Sudoeste de Minas
São José do Alegre	Sul/Sudoeste de Minas
Gonçalves	Sul/Sudoeste de Minas
Maria da Fé	Sul/Sudoeste de Minas
Piranguçu	Sul/Sudoeste de Minas
Juiz de Fora	Zona da Mata
Piau	Zona da Mata
Coronel Pacheco	Zona da Mata
Rio Pomba	Zona da Mata

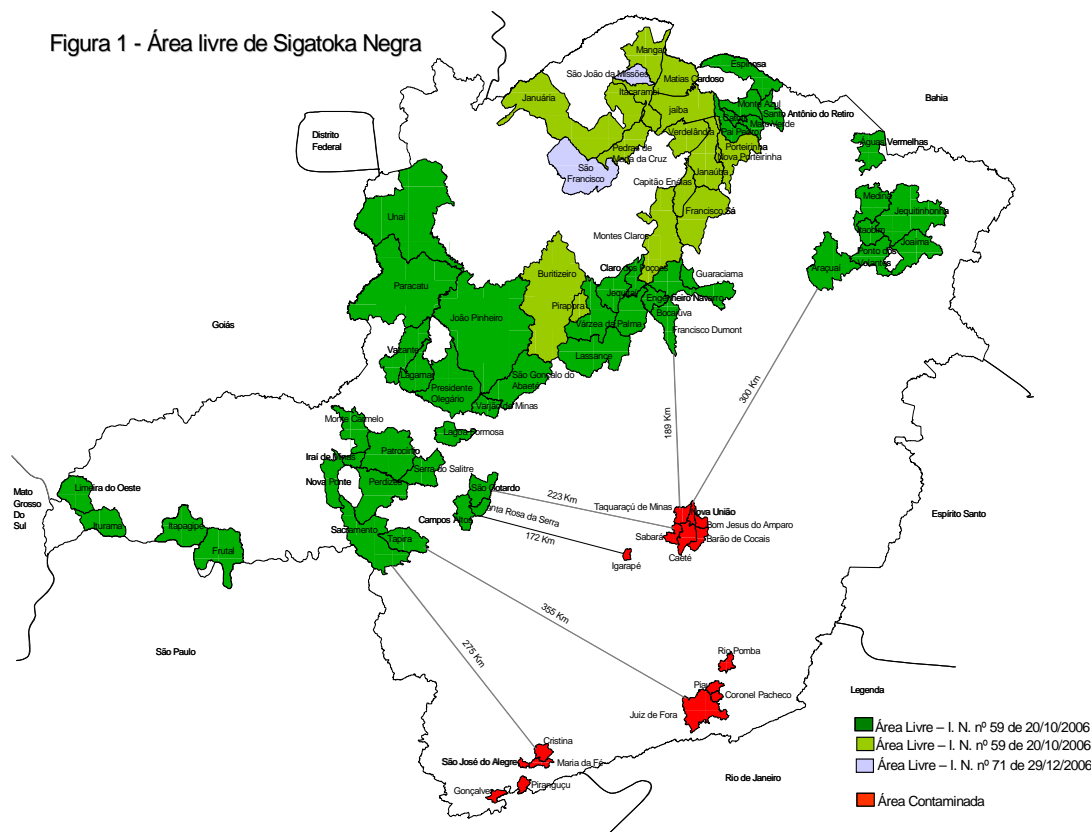
Fonte: IMA/2006

As macro-regiões: Noroeste de Minas, Norte de Minas, Triângulo Mineiro / Alto Paranaíba e Vale do Jequitinhonha encontram-se livre de Sigatoka Negra (Fig. 01), com base nos levantamentos fitossanitários realizados pelo IMA desde 2004, de acordo com a Instrução Normativa nº 17 de 31 de maio de 2005. Estas áreas foram reconhecidas como livres pelo Ministério da Agricultura, de acordo com as instruções Normativas nº 59 de 20 de outubro de 2006 e nº 71 de 29 de Dezembro de 2006, perfazendo uma totalidade de 62 municípios.

A partir da detecção do primeiro foco da praga em Minas Gerais em junho de 2004, foram intensificados os trabalhos de prevenção e controle de acordo com a Instrução Normativa nº 17/2005.

O Serviço de Sanidade Agropecuária, acompanha e supervisiona todo o processo de manutenção das áreas livres e aplicação do Sistema de Mitigação de Risco e aplicação de demais medidas fitossanitárias objetivando a prevenção e controle da praga.

Figura 1 - Área livre de Sigatoka Negra



## 4.1.15 – Programa 0369 – DESENVOLVIMENTO DA HORTICULTURA

### 4.1.15.1 – Dados Gerais

Tabela 1

<b>Tipo de programa</b>	<b>Programa Finalístico</b>
<b>Objetivo geral</b>	<b>Aumentar a produtividade da olericultura, das plantas medicinais, da floricultura e das especiarias de forma a atender os padrões requeridos pelo mercado nacional e internacional.</b>
<b>Gerente do Programa</b>	<b>Marcio Antonio Portocarrero</b>
<b>Gerente executivo</b>	<b>Maria Mazzarello Fonseca</b>
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	<b>Agentes da cadeia de olerícolas, medicinais e especiarias: produtores, processadores, distribuidores, atacadistas, varejistas, técnicos, pesquisadores, gestores e consumidores finais.</b>

### 4.1.15.2 – Principais Ações do Programa

#### ▪ PREVENÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS DA HORTICULTURA

Com a implantação do Sistema de Mitigação de risco para a praga *Anastrepha grandis*, viabilizamos as exportações de Cucurbitáceas para os países do MERCOSUL, com ênfase para o acordo bilateral com a Argentina.

Com a autorização de utilizarmos a EADI de Varginha para importação de batata-semente, favorecemos os processos de importação, e atendemos a uma demanda dos agricultores das regiões produtoras de batata-semente, facilitando as inspeções de campo, análises laboratoriais que poderão ser realizadas pelo Laboratório de Fitopatologia da Universidade Federal de Lavras (UFLA).

### 4.1.15.3 – Gestão das Ações

#### 4.1.15.3.1 – Ação 4806 - PREVENÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS DA HORTICULTURA

##### 4.1.15.3.1.1 – Dados Gerais

Tabela 2

<b>Tipo</b>	<b>Ação Orçamentária</b>
<b>Finalidade</b>	<b>Elevar a produtividade e reduzir os custos da produção de produtos hortícolas, com ênfase para o controle de qualidade e sanidade de batata-sementes importadas e o Sistema de mitigação de risco para a praga das Cucurbitáceas (<i>Anastrepha grandis</i>).</b>
<b>Descrição</b>	<b>1.Fiscalização e supervisão da aplicação de medidas do Sistema de Mitigação de Risco nas áreas de baixa</b>

	prevalência da praga <i>Anastrepha grandis</i> . 2. Aplicação de medidas de prevenção e controle da praga. 3. Inspeção dos campos de produção de batata-semente.
Unidade responsável pelas decisões estratégicas	Departamento de Sanidade Vegetal /DSV
Unidades Executoras	Superintendência Federal de Agricultura/MG e Instituto Mineiro de Agropecuária/IMA
Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução	Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA/MG
Coordenador nacional da ação	José Geraldo Baldini Ribeiro
Responsável pela execução da ação no nível local	José de Oliveira Mascarenhas Junior

#### 4.1.16 – Programa 0363 – DESENVOLVIMENTO DAS CULTURAS DE OLEAGINOSAS E PLANTAS FIBROSAS

##### 4.1.16.1 – Dados Gerais

Tabela 1

<b>Tipo de programa</b>	
<b>Objetivo geral</b>	Elevar a produtividade e diversificar a produção de oleaginosas e de plantas fibrosas mediante a ampliação de áreas com culturas alternativas de mamona, dendê, babaçu, cânola, girassol e algodão.
<b>Gerente do Programa</b>	Edílson Guimarães
<b>Gerente executivo</b>	Sávio Rafael Pereira
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Produtores de oleaginosas e plantas fibrosas, industriais, exportadores e consumidores.

##### 4.1.16.2 – Principais Ações do Programa

- ✓ PREVENÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS EM OLEAGINOSAS E PLANTAS FIBROSAS

##### 4.1.16.3 – Gestão das Ações

##### 4.1.16.3.2 – Ação 4841 - PREVENÇÃO E CONTROLE DE PRAGAS EM OLEAGINOSAS E PLANTAS FIBROSAS

##### 4.1.16.3.2.1 – Dados Gerais

Tabela 2

<b>Tipo</b>	<b>Ação Orçamentária</b>
<b>Finalidade</b>	<b>Redução da pressão do inóculo do fungo Phakopsora pachyrhizi (Ferrugem asiática da soja) e do Anthonomus grandis ou bicudo do algodão, para que haja menos danos nas culturas em foco e aumente a produção da lavoura.</b>
<b>Descrição</b>	<b>Fiscalização, inspeção e auditoria de ações voltadas para o controle e prevenção de ataques de pragas em plantas oleaginosas e fibrosas, como a ferrugem asiática em soja e o bicudo do algodoeiro, em algodão</b>
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	<b>Departamento de Sanidade Vegetal /DSV</b>
<b>Unidades Executoras</b>	<b>Superintendência Federal de Agricultura/MG e Instituto Mineiro de Agropecuária/IMA</b>
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	<b>Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA/MG</b>
<b>Coordenador nacional da ação</b>	<b>José Geraldo Baldini Ribeiro</b>
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	<b>José de Oliveira Mascarenhas Junior</b>

#### 4.1.16.3.2.2 - Resultados

O controle do nível populacional das pragas, do bicudo do algodão e da ferrugem asiática da soja, permitem reduzir o número de aplicações de inseticidas (bicudo) e fungicidas (ferrugem asiática), reduzindo-se o gasto com combustível (menor emissão de CO<sub>2</sub>), compactação do solo, e intoxicações dos aplicadores de agrotóxicos.

Nenhuma ação direta foi tomada pelo Estado e pelo SEDESA quanto ao controle e prevenção ao bicudo do algodão. Participamos de uma reunião no período de 8 a 9 de maio de 2007, em Goiânia, para discussão do Programa de Controle do Bicudo do Algodoeiro e em Uberlândia, no período de 13 a 16 de agosto de 2007, do VI Congresso Brasileiro do Algodão. Para ações sobre o bicudo do algodão, o Órgão de Defesa Estadual-IMA, aguarda a publicação de Instrução Normativa Federal, a fim de que o mesmo tenha suporte legal para criação de suas legislações específicas de prevenção e controle desta praga.

Quanto à soja, participamos do Simpósio Brasileiro de Ferrugem Asiática da Soja, bem como da reunião do Consórcio Anti-ferrugem, no período de 25 a 28 de Junho de 2007, em Londrina/PR.

O MAPA publicou a Instrução Normativa Nº. 2, de 29 de janeiro de 2007, que instituiu o Programa Nacional de Controle da Ferrugem Asiática da Soja (PNCFS), coordenado pelo departamento de sanidade vegetal (DSV), junto à coordenação-geral de proteção de plantas (CGPP). Face este dispositivo legal, e mediação do SEDESA/SFA/MG junto ao Instituto Mineiro de Defesa Agropecuária, (IMA), este instituiu através da Portaria Nº 854, de 19 de junho de 2007, medidas fitossanitárias para a prevenção e o controle da Ferrugem Asiática da Soja no Estado de Minas Gerais. Assim foi implantado para no período de 1 de julho a 31 de setembro de 2007, o vazio sanitário, que é o período de ausência total de plantas vivas de soja, excluindo-se as áreas de pesquisa científica e de produção de semente genética, devidamente monitoradas e controladas.

Por ser uma atividade sem implantação para o bicudo do algodoeiro e iniciada para a ferrugem asiática da soja este ano, julgamos prejudicada a avaliação de desempenho.

#### 4.1.6 – 0356 SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS

##### 4.1.6.1 – Dados Gerais

Tabela 1

<b>Tipo de programa</b>	<b>Programa Finalístico</b>
<b>Objetivo geral</b>	Salvaguardar a produção e a produtividade agropecuária pela garantia de níveis adequados de conformidade e qualidade dos insumos básicos colocados à disposição dos produtores.
<b>Gerente do Programa</b>	Inácio Afonso Kroetz
<b>Gerente executivo</b>	Ângela Pimenta Peres
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	
<b>Público-alvo (beneficiários)</b>	Agricultores e estabelecimentos produtores e comerciais de insumos agropecuários.

##### 4.1.6.2 – Principais Ações do Programa

- FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COM ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS

A fiscalização é necessária para averiguação das condições propostas pela empresa e aprovadas pela CTNBio para a pesquisa de plantas-OGM, sobretudo quanto aos aspectos de biossegurança. Em lavouras o “PI” em curso atua para averiguação de transgenia, por denuncia ou por programação e em produtos comerciais poderá atuar em parceria com o SEFAG, desde que solicitado pelos Coordenadores dos Serviços de Biossegurança da SDA/MAPA e Sementes e Mudanças (CSM/DFIA/SDA/MAPA).

##### 4.1.6.3 – Gestão das Ações

##### 4.1.6.3.1 – Ação 4745 - FISCALIZAÇÃO DAS ATIVIDADES COM ORGANISMOS GENETICAMENTE MODIFICADOS

##### 4.1.6.3.1.1 – Dados Gerais

Tabela 2

<b>Tipo</b>	<b>Ação Orçamentária</b>
<b>Finalidade</b>	Fiscalização de plantas(produtos) transgênicas em nível de pesquisa em campo, para averiguação do cumprimento das normas e protocolos experimentais aprovados pela CTNBio, em observação aos aspectos de biossegurança
<b>Descrição</b>	Fiscalizar as atividades de pesquisa com organismo geneticamente modificados-OGM (Artigo 1º da Lei 11.105 de 24/03/2005) e seus derivados, fiscalizar a liberação comercial de OGM e seus derivados,



	<b>fiscalizar produtos e atividades que envolvem OGM e seus derivados a serem liberados nos ecossistemas naturais, de acordo com a legislação em vigor e segundo o regulamento pela Lei 11.105 e Decreto Nº 5.591 de 22 de novembro de 2005.</b>
<b>Unidade responsável pelas decisões estratégicas</b>	<b>Departamento de Sanidade Vegetal /DSV</b>
<b>Unidades Executoras</b>	<b>Superintendência Federal de Agricultura/MG e Instituto Mineiro de Agropecuária/IMA</b>
<b>Áreas responsáveis por gerenciamento ou execução</b>	<b>Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA/MG</b>
<b>Coordenador nacional da ação</b>	<b>Marcos Vinicius Segurado Coelho</b>
<b>Responsável pela execução da ação no nível local</b>	<b>José de Oliveira Mascarenhas Junior</b>

#### **4.1.6.3.1.2 - Resultados**

Averiguamos os processos administrativos encaminhados pela Coordenação de Biossegurança da SDA/MAPA, referentes à pesquisa de plantas transgênicas, onde observamos o tipo de produto-OGM ,tamanho do experimento, seu delineamento e tipo, medidas de biossegurança como isolamentos temporal, espacial, tipo de bordadura, colheita/transporte/ destino/armazenamento de sementes conforme o experimento , data de colheita, e descarte dos materiais colhidos e monitoramento pós colheita.etc. O SEDESA neste PI também fiscaliza a detecção de transgenia ou não de plantas no campo e em produtos na fase de comercialização, (em parceria, se solicitado pelo SEFAG), identificando via testes imunocromatográficos, a qualificação da proteína transgênica.

Por ser uma atividade dependente de interesses comerciais, no caso de experimentos com plantas OGM, e executadas em sua maioria por empresas multinacionais , e por não conhecermos e ter sob controle os processos a serem aprovados pela CTNBio, julgamos prejudicado na avaliação de desempenho deste PI. Outro aspecto negativo na avaliação de desempenho, é que não foram executadas atividades programadas para fiscalizações de grãos transgênicos em deslindadoras de grãos, face essas atribuições serem do SEFAG, e o SEDESA não ter sido acionado .

## **SERVIÇO DE INSPEÇÃO DE PRODUTOS AGROPECUÁRIOS – SIPAG**

### **4.1.6 PROGRAMA 0356 - SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS.**

Por se destinarem ao consumo humano, a produção e venda de alimentos e bebidas requerem cuidados especiais. Tanto o produtor, quanto o comerciante e o governo têm responsabilidades para que os produtos alimentícios não ameacem a saúde do consumidor. E é claro, a qualidade dos produtos tem influência direta na sua aceitação, no mercado interno e externo. Os controles na qualidade começam na cultura dos produtos agrícolas e a criação de animais. Nessa etapa é fundamental prevenir doenças e usar adequadamente certos insumos. No processamento dos produtos, o desenvolvimento de novas técnicas de beneficiamento, processamento e preservação garantem mais qualidade. Também são necessários controles de laboratório e inspeções. O Programa Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas busca a melhoria da qualidade dos alimentos e bebidas, pesquisando novos processos e inspecionando a produção. Os benefícios são para todos: produtores, indústrias, cerealistas, armazenadores, estabelecimentos comerciais, bolsas de mercadorias, consumidor final.

#### **4.1.6.1 Dados Gerais do programa Segurança e Qualidade de Alimentos e Bebidas**

<b>Tipo de programa</b>	<b>finalístico(bens e serviços para sociedade)</b>
<b>Objetivo Geral</b>	<b>melhoria da qualidade dos alimentos e bebidas</b>
<b>Gerente do Programa</b>	<b>Inácio Afonso Kroetz – SDA/MAPA</b>
<b>Gerente executivo</b>	<b>Nelmon de Oliveira da Costa-DIPOA e Maçao Tadano-DIPOV</b>
<b>Indicadores ou parâmetros utilizados</b>	<b>estabelecimento:inspecionado,fiscalizado,produto: tipificado,classificado,fiscalizado</b>
<b>Público alvo</b>	<b>produtor,industrial,comerciante, armazenador e consumidor final,</b>

#### **4.1.6.2 Principais ações do programa Segurança e Qualidade e Alimentos e Bebidas**

Ação é o conjunto de operações, cujos produtos contribuem para os objetivos do Programa. As metas e ações do SIPAG estão alinhadas com os dispositivos estabelecidos no PPA 2004-2007. São nove (9) as ações finalísticas do SIPAG que integram o Programa 0356- SEGURANÇA E QUALIDADE DE ALIMENTOS E BEBIDAS.

As principais ações do programa Segurança e Qualidade e Alimentos e Bebidas no âmbito do Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários são: a Inspeção de produtos de origem animal, bebidas, vinagres e outros produtos de origem vegetal. A Classificação de produtos vegetais, seus subprodutos e resíduos de valor econômico.

#### **4.1.6.3 Gestão das ações do programa Segurança e Qualidade e Alimentos e Bebidas**

##### **4.1.6.3.1 Ação 2145-Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos, Subprodutos e Derivados de Origem Animal**

##### **4.1.6.3.1.1 Dados gerais da Ação 2145-Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos, Subprodutos e Derivados de Origem Animal**

<b>Tipo</b>	<b>finalístico(bens e serviços para sociedade)</b>
<b>Finalidade</b>	<b>Garantir a sanidade para o consumo de produtos e subprodutos de origem animal.</b>
<b>Descrição</b>	<b>Inspeção tecnológica e higiênico-sanitária nas indústrias que abatem animais ou recebem, produzem, manipulam e beneficiam matéria-prima de origem animal, envolvendo a inspeção ante-mortem e post-mortem dos animais de consumo humano, a fiscalização dos produtos industrializados, subprodutos e derivados de modo geral, decorrentes do abate, a fiscalização dos estabelecimentos das áreas de pescados, laticínios, ovos e produtos apícolas, bem como aqueles que armazenam, distribuem ou manipulem estes produtos, e a realização de rotinas operacionais com vistas à confirmação do atendimento às normas vigentes e aos acordos internacionais para manutenção do Brasil no mercado de exportação.</b>
<b>Unidade Responsável por decisões estratégicas</b>	<b>Secretaria de Defesa Agropecuária</b>
<b>Unidade Executora</b>	<b>Departamento de Produtos de Origem Animal</b>
<b>Áreas responsáveis pelo gerenciamento e execução</b>	<b>SIPAG/Superintendência Federal de Agricultura MG</b>
<b>Coordenador Nacional da ação</b>	<b>Március Ribeiro de Freitas CGI/DIPOA</b>
<b>Responsável pela ação no nível local</b>	<b>Dermeval Silva Neto – SIPAG/SFA-MG</b>

#### 4.1.6.3.1.2 Resultados da ação 2145-Inspeção Industrial e Sanitária dos Produtos, Subprodutos e Derivados de Origem Animal.

Metas e Resultados da ação 2145

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
160	50.794,62	684	271.973,08

As metas físicas para 2007 foram previstas tendo como base o realizado no ano de 2006, contudo, o recurso disponibilizado superou em muito as expectativas, proporcionando no decorrer do ano de 2007, a realização de muitas ações de fiscalização, treinamentos e cursos. Além disso, muitas ações de combate à fraude no leite foram utilizados com recursos desta ação 2145. Mesmo tendo um período de greve dos Fiscais Federais Agropecuários, as metas foram superadas. Vale lembrar que mesmo com número menor de fiscais e agentes (inspeção e administrativo) do que seria o ideal, obteve-se sucesso.

#### 4.1.6.3.2 Ação 2120-Controle da Qualidade na Garantia da Conformidade, Segurança e Inocuidade dos Produtos de Origem Animal.

##### 4.1.6.3.2.1 Dados gerais da Ação 2120-Controle da Qualidade na Garantia da Conformidade, Segurança e Inocuidade dos Produtos de Origem Animal.

<b>Tipo</b>	<b>finalístico(bens e serviços para sociedade)</b>
<b>Finalidade</b>	<b>Melhorar e garantir a qualidade, conformidade e segurança ou inocuidade dos alimentos e outros produtos e derivados animais e quebrar as barreiras sanitárias, proporcionando maior competitividade e acesso dos produtos brasileiros aos mercados externo e interno.</b>
<b>Descrição</b>	<b>Estabelecimento de diretrizes básicas, normas e regulamentos para o controle de qualidade de alimentos de origem animal, sujeitos a contaminantes químicos e biológicos, baseados nos princípios gerais do sistema APPCC- Análise de Perigos e Pontos Críticos de Controle- e seus pré-requisitos (boas práticas e princípios padrões de higiene operacional- BP's e PPHO) e da rastreabilidade nos processos produção, beneficiamento e armazenamento, transporte e processamento; inspeção, certificação, monitoramento, auditorias e rastreamento do sistema; credenciamento de órgãos, entidades e profissionais integrantes do processo; capacitação de recursos humanos (fiscais, auditores, RT's e demais agentes envolvidos na cadeia produtiva); supervisão e auditoria das atividades descentralizadas ou credenciadas.</b>
<b>Unidade Responsável por decisões</b>	<b>Secretaria de Defesa Agropecuária</b>

<b>estratégicas</b>	
<b>Unidade Executora</b>	<b>Departamento de Produtos de Origem Animal</b>
<b>Áreas responsáveis pelo gerenciamento e execução</b>	<b>SIPAG/Superintendência Federal de Agricultura MG</b>
<b>Coordenador Nacional da ação</b>	<b>Ari Crespim dos Anjos CGPE/DIPOA</b>
<b>Responsável pela ação no nível local</b>	<b>Dermeval Silva Neto – SIPAG/SFA-MG</b>

#### **4.1.6.3.2 Resultados da Ação 2120-Controle da Qualidade na Garantia da conformidade, Segurança e Inocuidade dos Produtos de Origem Animal.**

Metas e Resultados da ação 2120

<b>Previstas</b>		<b>Realizadas</b>	
<b>Física</b>	<b>Financeira</b>	<b>Física</b>	<b>Financeira</b>
-	-	30	21.050,00

Não foi prevista meta física e financeira nesta ação para 2007, tendo vista que no ano de 2006, os recursos disponibilizados para atender estas demandas vieram em outras ações. No entanto, neste ano de 2007 nos foi disponibilizado recurso na ação, favorecendo uma realização maior de fiscalizações, já que as demandas desta ação já seriam atendidas com recursos de outras ações.

#### **4.1.6.3.3 Ação 2146- Tipificação e Classificação de Produtos de Origem Animal**

##### **4.1.6.3.3.1 Dados gerais da Ação 2146- Tipificação e Classificação de Produtos de Origem Animal.**

<b>Tipo</b>	<b>finalístico(bens e serviços para sociedade)</b>
<b>Finalidade</b>	<b>Assegurar o atendimento das qualidades requeridas para produtos com atributos de qualidade diferenciada, que agregam valor em sua comercialização nacional e internacional..</b>
<b>Descrição</b>	<b>Elaboração de normas, verificação de carcaças de animais no abate e certificação de produtos com qualidade diferenciada.</b>
<b>Unidade Responsável por decisões estratégicas</b>	<b>Secretaria de Defesa Agropecuária</b>
<b>Unidade Executora</b>	<b>Departamento de Produtos de Origem Animal</b>
<b>Áreas responsáveis pelo gerenciamento e execução</b>	<b>SIPAG/Superintendência Federal de Agricultura MG</b>
<b>Coordenador Nacional da ação</b>	<b>Ari Crespim dos Anjos CGPE/DIPOA</b>
<b>Responsável pela ação no nível local</b>	<b>Dermeval Silva Neto – SIPAG/SFA-MG</b>

#### 4.1.6.3.3.2 Resultados da Ação 2146- Tipificação e Classificação de Produtos de Origem Animal.

Metas e Resultados da ação 2146

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
45	10.334,39	42	10.409,00

As metas físicas não foram atendidas plenamente, mesmo com os recursos disponibilizados a contento, isto explica-se , pelo fato de utilização de maior nº de pessoal por cada ação de fiscalização realizada. Ressalte-se, que muitas vezes os recursos disponibilizados para uma determinada ação, são descentralizados de outras ações, fazendo com que os resultados não expressem o sucesso ou o insucesso no atingimento das metas.

#### 4.1.6.3.4 Ação 4780-Fiscalização contra Fraude e Clandestinidade de Produtos de Origem Agropecuária

##### 4.1.6.3.4.1 Dados gerais da Ação 4780-Fiscalização contra Fraude e Clandestinidade de Produtos de Origem Agropecuária

<b>Tipo</b>	<b>finalístico(bens e serviços para sociedade)</b>
<b>Finalidade</b>	<b>Combater a Falsificação de produtos de origem animal e a fraude de ordem econômica.</b>
<b>Descrição</b>	<b>Fiscalização do produto acabado (industrial) e de estabelecimentos comerciais que geram grandes quantitativos de apreensão de produtos adulterados ou de qualidade comprometida.</b>
<b>Unidade Responsável por decisões estratégicas</b>	<b>Secretaria de Defesa Agropecuária</b>
<b>Unidade Executora</b>	<b>Departamento de Produtos de Origem Animal</b>
<b>Áreas responsáveis pelo gerenciamento e execução</b>	<b>SIPAG/Superintendência Federal de Agricultura MG</b>
<b>Coordenador Nacional da ação</b>	<b>Marcius Ribeiro de Freitas CGI/DIPOA</b>
<b>Responsável pela ação no nível local</b>	<b>Dermeval Silva Neto – SIPAG/SFA-MG</b>

##### 4.1.6.3.4.2 Resultados da Ação 4780-Fiscalização contra Fraude e Clandestinidade de Produtos de Origem Agropecuária

Metas e Resultados da ação 2146

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
50	5.000,00	280	170.822,00

No ano de 2007, foi disponibilizado mais recursos nesta ação, proporcionando realizar mais fiscalizações de produto acabado (industrial) e de estabelecimentos comerciais e industriais. Tendo em vista os problemas da fraude no leite, muitos recursos foram descentralizados pelo órgão central, para

operações sigilosas, sem estarem programadas na ação, incrementando as ações realizadas.

#### 4.1.6.3.5 Ação 2131 -Inspeção de Vinagres e Bebidas de Origem Vegetal

##### 4.1.6.3.5.1 Dados gerais da Ação 2131-Inspeção de Vinagres e Bebidas de Origem Vegetal

Tipo	Finalístico (bens e serviços para sociedade)
Finalidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Assegurar a adequada identificação, condição higiênica e sanitária e a qualidade tecnológica de bebidas e vinagres ofertados à população;</li> <li>❖ Garantir a comercialização de bebidas e vinagres em conformidade com os padrões oficiais;</li> <li>❖ Avaliar bebidas e vinagres importados quanto ao atendimento aos padrões oficiais brasileiros;</li> <li>❖ Retirar do mercado bebidas e vinagres impróprios ou que possam ser prejudiciais à saúde humana.</li> </ul>
Descrição	<ul style="list-style-type: none"> <li>❖ Inspeccionar e fiscalizar estabelecimentos que produzem, armazenam, engarrafam, padronizam e comercializam bebidas alcoólicas e não alcoólicas e vinagres;</li> <li>❖ Coletar amostras fiscais no ato das fiscalizações/inspeções e no comércio;</li> <li>❖ Efetuar o controle laboratorial de bebidas importadas, as quais necessitam receber a certificação de garantia de conformidade aos padrões de identidade e qualidade oficiais para serem interiorizadas;</li> <li>❖ Efetuar o controle nas exportações de bebidas;</li> <li>❖ Realizar reuniões técnicas periódicas de programação e de avaliação das respectivas ações;</li> <li>❖ Participar de cursos, treinamentos, encontros e seminários;</li> <li>❖ Participar na elaboração de normas técnicas junto à Coordenação Geral de Vinhos e Bebidas – CGVB/DIPOV/SDA.</li> </ul>
Unidade Responsável por decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária
Unidade Executora	Departamento de Inspeção Produtos de Origem Vegetal
Áreas responsáveis pelo gerenciamento e execução	SIPAG/Atividade vinhos e bebidas/Divisão Técnica-MG
Coordenador Nacional da ação	Graciane Gonçalves Magalhães de Castro

Responsável pela ação no nível local	Dermeval Silva Neto – SIPAG/SFA-MG
--------------------------------------	------------------------------------

#### 4.1.6.3.5.2 Resultados da Ação 2131-Inspeção de Vinagres e Bebidas de Origem Vegetal

Metas e Resultados da ação 2131

O SIPAG –ATIVIDADE VINHOS E BEBIDAS elegeu as atividades de Inspeção e Fiscalização de Estabelecimento de Bebidas e Coleta de Amostras, por se tratar de parâmetros definidos e mensuráveis, sendo as demais atividades de caráter imprevisíveis por estarem relacionadas às demandas do serviço.

Inspeções PREVISTAS		Inspeções REALIZADAS	
Física	Financeira (R\$)	Física	Financeira
900	144.077,80 (rubricas diária e combustível)	530	*60.459,91

\*Do valor total disponibilizado para realização de inspeções, R\$ 65.144,70, o montante de R\$ 60.144,70 foram utilizados em diárias e R\$ 10.000,00 em combustível.

O restante, R\$ 14.684,79, foi gasto em cursos, reuniões técnicas, auxílio na elaboração de normas técnicas em Brasília, encontro anual dos FFA's, ESNAVE, entre outras atividades.

O alcance das metas foi prejudicado considerando os seguintes entraves:

- O quantitativo de recurso disponibilizado em comparação ao programado;
- O longo período de greve dos FFA;
- O número reduzido de fiscais na atividade;
- À distância a ser percorrida pelos fiscais até o estabelecimento tendo em vista que muitas regionais não dispõem de fiscais treinados para a atividade, o que acarreta deslocamento de fiscais para acobertar outros municípios.

As metas para 2008 foram diminuídas considerando a perspectiva de diminuição do número de fiscais que estão para se aposentar durante o decorrer do ano. Para a incorporação de novos fiscais há demanda de tempo de treinamento.

#### 4.1.6.3.6 Ação 2120 - Controle da Qualidade na Garantia da Conformidade, Segurança e Inocuidade dos Produtos de Origem Vegetal.

ESSA AÇÃO NÃO FOI UTILIZADA PELO SIPAG-Atividade Vinhos e Bebidas. Os poucos recursos que foram disponibilizados foram utilizados no IPVEGETAL, AÇÃO 2131, INSPEÇÃO E FISCALIZAÇÃO DE BEBIDAS.



#### 4.1.6.3.7 Ação 4746 - Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais

##### 4.1.6.3.7.1 Dados gerais da Ação 4746 Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais

Tipo	Finalístico (bens e serviços para sociedade)
Finalidade	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Garantia da identidade, qualidade e inocuidade dos Produtos Vegetais, Subprodutos e Resíduos de Valor Econômico (PVSPRVE).</li> <li>- Desenvolvimento de estudos e pesquisas para padronização dos PVSPRVE.</li> <li>- Estabelecimento de normas e regulamentos técnicos para validação dos padrões dos PVSPRVE.</li> <li>- Classificação dos PVSPRVE para certificação da identidade, qualidade e segurança antes de serem colocados à disposição dos consumidores.</li> <li>- Credenciamento dos estabelecimentos que exercem a classificação dos PVSPRVE, além da realização de fiscalização e auditorias nesses estabelecimentos credenciados.</li> <li>- Fiscalização da identidade, qualidade e segurança dos PVSPRVE durante as fases de preparação, embalagem e comercialização.</li> <li>- Capacitação de técnicos em classificação e procedimentos de fiscalização habilitando-os para o exercício da atividade e como auditores de laboratórios credenciados pelo MAPA para a prestação de serviços de classificação.</li> <li>- Celebração de convênio entre o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento e demais entidades envolvidas nas ações de inspeção e fiscalização dos estabelecimentos produtores dos PVSPRVE.</li> </ul>
Descrição	<ul style="list-style-type: none"> <li>- Fiscalizações em estabelecimentos que processam, embalam, distribuem e comercializam os PVSPRVE, onde são coletadas amostras para avaliação da identidade, qualidade e inocuidade destes produtos.</li> <li>- Inspeção e Avaliação das condições técnicas para o exercício da classificação dos PVSPRVE em entidades públicas e privadas.</li> <li>- Interdição (temporária ou permanente) dos estabelecimentos produtores e retirada do mercado dos PVSPRVE que não estejam em conformidade com as normas e regulamentos técnicos oficiais, evitando a disponibilidade no mercado de produtos impróprios ou que possam prejudicar a saúde humana.</li> <li>- Desenvolvimento de estudos e pesquisas para padronização dos PVSPRVE;</li> <li>- Elaboração de regulamentos técnicos para validação dos padrões propostos;</li> <li>- Capacitação de técnicos nos procedimentos de inspeção e fiscalização dos PVSPRVE.</li> </ul>
Unidade Responsável por decisões estratégicas	Secretaria de Defesa Agropecuária
Unidade Executora	Departamento de Inspeção Produtos de Origem Vegetal
Áreas responsáveis pelo gerenciamento e execução	SIPAG/Superintendência Federal de Agricultura MG
Coordenador Nacional da	

<b>ação</b>	
<b>Responsável pela ação no nível local</b>	<b>Dermeval Silva Neto – SIPAG/SFA-MG</b>

#### 4.1.6.3.7.2 Resultados da Ação de Padronização, Classificação, Fiscalização e Inspeção de Produtos Vegetais

Metas e Resultados da ação 4746

Nº.	Atividade	Unidade	Programado	Executado	(%)
01	Fiscalização de PVSPRVE (Arroz, feijão, farinhas de trigo e mandioca, óleo de soja, batata, amendoim, alho e outros)	t / l / m3	9.500,00	10.163,92	106,98
02	Fiscalização de Estabelecimentos	Unidade	368	367	99,73
03	Fiscalização dos Serviços das Credenciadas	Unidade	30	16	53,33
04	Coleta de Amostra de PVSPRVE	Unidade	252	307	121,83

Execução dos recursos disponibilizados para a ação 4746

Elemento de Despesa	Programado para 2007	Executado em 2007		
		Fonte 100	Fonte 175	Subtotais
339014	88.200,00	1.600,00	63.378,34	64.978,34
339030	24.550,00	600,00	13.050,00	13.650,00
339033	30.600,00	2.070,51	22.550,44	24.620,95
339035	0,00	0,00	7.700,00	7.700,00
339036	20.630,00	0,00	3.680,00	3.680,00
339039	84.200,00	500,00	39.000,00	39.500,00
449051	0,00	123.000,00	0,00	123.000,00
449052	203.000,00	0,00	73.808,67	73.808,67

#### Comentários

- Os resultados alcançados foram satisfatórios, conforme se verifica do quadro de metas e resultados da ação;
- Apesar de ter havido, no corrente ano, um movimento grevista as metas não foram significativamente afetadas, uma vez que houve uma melhoria das ações de fiscalização (em produtos, estabelecimentos comerciais, credenciadas, coletas de amostra, classificação e outras);
- A atividade de Classificação Vegetal deste SIPAG/DT-MG continua enfrentando dificuldades, tendo em vista o reduzido número de Fiscais Federais Agropecuários atuantes na sede e ausência em algumas Unidades Técnicas (interior do Estado);
- Outra dificuldade observada é a falta de veículos para execução das ações de fiscalização, tal fato fica patente em algumas Unidades Técnicas;
- Ressalte-se que os técnicos envolvidos na atividade são freqüentemente solicitados pela CGQV/DIPOV/SDA/MAPA para apoiar as ações desencadeadas pela referida Coordenação, inclusive em outros Estados da Federação;
- No ano de 2007 deu-se início ao Programa de “Controle de Contaminantes e Resíduos” por meio da coleta de amostras de produtos de origem vegetal em alguns municípios do Estado, coordenado pela CGQV/DIPOV/SDA/MAPA;
- Dentre os aspectos positivos é necessário mencionar o início da implementação do Programa de Gestão da Qualidade no Laboratório de Classificação Vegetal da SFA/MAPA-MG, adequando-o às exigências de certificação da NBR ISO 17025;
- Como se observa no quadro de execução, os recursos disponibilizados nos elementos de despesa 449051 e 449052 foram utilizados para a reforma da Sede da Inspeção Vegetal

(Classificação Vegetal e Bebidas) desta SFA/MAPA-MG e aquisição de equipamentos de laboratório (balanças, estufa, determinador de umidade e outros), respectivamente.

## 5 – Desempenho Operacional

### 5.1 – Apoio Administrativo

A unidade programou e executou suas despesas de acordo com o limite estabelecido pela secretaria de planejamento, orçamento e gestão do Ministério, SPOA/MAPA.

### 5.2 – Serviço de Fiscalização Agropecuário – SEFAG

#### Ação 20190000 – Fiscalização de Material Genético Animal

##### Eficácia

Tabelas demonstrativas das atividades do PI – FISCGENE em 2007

Atividade	Unid.	Exec. 2006	Programadas 2007	Executadas 2007	Eficácia (%)
Laudo inspeções para registro de estabelecimento	Unid.	10	40	14	35
Registros de estabelecimentos	Unid.	10	---	12	---
Cancelamentos de registro de estabelecimentos	Unid.	03	---	08	---
Fiscalizações de estabelecimentos avícolas	Unid.	30	40	12	30
Fiscalizações de estabelecimentos de ratitas	Unid.	46	45	10	22
Fiscalizações comerciante de sêmen/embriões	Unid.	19	35	20	57
Inscrições de reprodutores doadores de sêmen	Unid.	307	---	261	---
Baixas de reprodutores doadores de sêmen	Unid.	180	---	223	---
Fiscalização de estab Produtor de sêmen	Unid.	06	10	06	60
Fiscalização de estab produtor de embrião	Unid.	06	06	02	33

OBS: As Metas para 2007 foram superestimadas levando a uma baixa eficácia. As atividades de registros, cancelamentos, inscrições e baixas de reprodutores variam com a demanda.

#### Estabelecimentos Registrados em Minas Gerais até 2007

Bizavozeiro	03
Avozeiro	06
Matrizeiro	29
Granja SPF	01
Avestruz	22
<b>Sêmen e Embriões</b>	<b>Quantidade (unidades)</b>
Comerciante	23
Importador de sêmen	07
Produtor de sêmen bovino	04
Produtor de embrião bovino	03

Produtor de sêmen suíno	03
Proibições/Penalidades aplicadas em 2007	
<b>Espécie</b>	<b>Quantidade (unidades)</b>
Auto de infração	02

#### Eficiência das atividades de fiscalização

Atividade	Executado 2006	Executado 2007	Eficiência (%) 2007
Fiscalizações	117	58	(49,57)

Obs.: Os resultados das atividades de fiscalizações executadas no exercício de 2007 foi menor que em 2006, pois foi superestimada a quantidade de fiscalizações e previsão de estabelecimentos a serem registrados. Em 2007 houve pouca procura por novos registros de granjas avícolas e muitos criatórios de ratitas (avestruzes) pararam as atividades ou solicitaram cancelamentos dos processos de registro, isto pela crise deflagrada no setor.

#### Recursos utilizados na atividade em Diárias e Combustível em Reais R\$ 1,00

Atividade	Recursos 2006	Recursos 2007	Programado. 2008
Fiscalizações	8.201,64	18.096,51	19.000,00

Obs: os recursos utilizados para as fiscalizações em 2007 aumentou consideravelmente, apesar das fiscalizações terem diminuído. Esse fato se deve ao aumento dos custos de locomoção para as fiscalizações. Aumento considerável do preço dos combustíveis e das passagens aéreas.

#### Metas Físicas/Eficiência

Valor Executado (R\$)	Nº de Ações	Atividades	Custo Individualizado da Ação (R\$)
18.096,51	58	Fiscalização de Empresas Produtoras de Material Genético	312,01

#### Importância da atividade

A melhoria da produtividade e aumento da produção de leite, carne, ovos, com a diminuição dos custos de produção, dependem muito do ganho genético do material de multiplicação animal utilizado, além dos aspectos sanitários, de manejo e nutrição.

Verificamos que nos últimos anos o Brasil passou de importador de leite e carne para grande exportador de alimentos de origem animal.

Importante parcela desta conquista é devido à melhoria genética dos nossos rebanhos, conquistada com os Testes de Progênie, com os Programas Nacionais de Melhoramento das raças no Brasil, num trabalho conjunto do Ministério da Agricultura, EMBRAPA, Universidades, Colégio Brasileiro de Reprodução Animal, Sociedade Brasileira de Tecnologia de Embriões e Fundações de Pesquisas Agropecuárias, juntamente com as Centrais de Sêmen e Embriões e Associações dos Criadores entre outros.

A demanda de genética de qualidade, na área bovina, suína, ovina e outras, está aumentando consideravelmente a cada ano e com isto a responsabilidade da Fiscalização Federal Agropecuária. Todo este esforço, recursos financeiros e humanos, é necessário à fiscalização federal para garantir ao produtor rural a qualidade do material genético comercializado, com o mesmo padrão em todo o país.

Na área avícola, mesmo com a queda do dólar, a importação de material genético está diminuindo a cada ano, em contrapartida o número de registro de granjas e incubatórios, núcleos de material genéticos, vêm aumentando

demonstrando o avanço em direção a auto-suficiência neste setor. Também tem que destacar a diversificação no setor com os criatórios de Ratitas, que passou por uma turbulência nacional quando vários criatórios fecharam, porém com os frigoríficos abatendo as aves regularmente e comércio se firmando, novamente abrem-se perspectivas, e com isso a responsabilidade do SEFAG em registrar e fiscalizar todos estabelecimentos com intuito de permitir a expansão do setor avícola em concordância com a legislação vigente, garantindo o “status” de qualidade, rastreabilidade e biossegurança avícola.

### **Ação 21240000 – Fiscalizações de Insumos destinados a alimentação Animal**

- **Indicadores de Desempenho da Sub-ação I**

Fiscalização de estabelecimentos produtores de alimentos para animais no Estado de Minas Gerais no ano de 2007.

#### **Eficácia**

Foram realizadas 595 fiscalizações, das 600 fiscalizações programadas como meta da sub-ação I, resultando em uma eficácia de 99,16 %.

#### **Eficiência**

<b>Valor Executado (R\$)</b>	<b>Nº. de Ações</b>	<b>Atividades</b>	<b>Custo Individualizado da Ação (R\$)</b>
96.991,35	590	Fiscalizações de estabelecimentos produtores de alimentos para animais.	164,39

#### **Efetividade**

A fiscalização dos estabelecimentos fabricantes de alimentos para animais contribui para melhoria da qualidade e para a inocuidade de insumos destinados à alimentação animal, o que é de grande importância para a segurança alimentar dos consumidores de produtos de origem animal, visto que os insumos em questão, representam um elo relevante na cadeia produtiva dos alimentos de origem animal para consumo humano.

#### **Meta Física e Eficácia da Sub-ação I**

Fiscalização de estabelecimentos produtores de alimentos para animais no Estado de Minas Gerais no ano de 2007

<b>Ação/Subação I</b>	<b>Exec. 2006</b>	<b>Prog. 2007</b>	<b>Exec. 2007</b>	<b>Eficácia 2007</b>	<b>Prog. 2008</b>
Fiscalização de estabelecimentos	648	600	595	99,16 %	881

- **Indicadores de Desempenho da Sub-ação II**

Colheita de amostras de alimentos para animais, para análises fiscais, em estabelecimentos fabricantes de alimentos para animais, no Estado de Minas Gerais, no ano de 2007.

### Eficácia

Foram colhidas 464 amostras de alimentos para animais, das 771 amostras programadas como meta da sub ação II, resultando em uma eficácia de 60,18 %. Em função do movimento paredista dos FFAs do MAPA, o tempo para a execução da sub ação II, foi limitado e as colheitas de amostras foram direcionadas no sentido de priorizar o programa de pesquisa de subprodutos de origem animal (PSOA), onde das 161 colheitas programadas, foram realizadas 120, resultando numa eficácia de 74,53 %.

### Eficiência

Valor Executado (R\$)	Nº. de Ações	Atividades	Custo Individualizado da Ação (R\$)
96.991,35*	464	Colheitas de amostras de alimentos para animais.	209,03

\*Os recursos empregados, na colheita de amostras, são os mesmos recursos disponibilizados para a sub ação I - fiscalização de estabelecimentos, ou seja, não são computados separadamente, visto que na maioria das vezes as sub ações I e II são executadas simultaneamente.

### Efetividade

A sub-ação II, colheita de amostras de alimentos para animais, possibilita verificação da conformidade dos níveis de garantia, a presença de microrganismos patogênicos ou ingredientes proibidos em produtos destinados à alimentação animal, contribuindo desta forma, para melhoria da qualidade e para a inocuidade de insumos destinados à alimentação animal, o que é de grande importância para a segurança alimentar dos animais e dos consumidores de produtos de origem animal.

O programa de pesquisa de subprodutos de origem animal (PSOA) em alimentos para ruminantes auxilia na redução dos riscos de ocorrência da Encefalopatia Espongiforme Bovina (Doença da Vaca Louca), no país, mantendo-o com status de "livre da doença", o que é essencial para a manutenção e o crescimento das exportações de carne bovina brasileira

### Meta Física e Eficácia da Sub-ação II

Colheita de amostras de alimentos para animais, para análises fiscais, em estabelecimentos fabricantes de alimentos para animais, no Estado de Minas Gerais no ano de 2007.

Ação/Sub ação II	Exec. 2006	Prog. 2007	Exec. 2007	Eficácia 2007	Prog. 2008
Colheita de amostras	564	771	464	60,18 %	*

\* Programação ainda por ser estabelecida pela Coordenação de Alimentos para Animais/DFIP/SDA e pela Coordenação Geral de Apoio Laboratorial/SDA.

### Ação 21400000 – Fiscalizações de Produtos de Uso Veterinário

### Indicadores de Desempenho

## Eficácia

### Sub-ação I

Fiscalização de estabelecimentos fabricantes de produtos de uso veterinário no Estado de Minas Gerais no ano de 2007.

Foram realizadas 80 fiscalizações, das 72 fiscalizações programadas como meta da subação I, resultando em uma eficácia de 110 %.

### Sub-ação II

Colheita de amostras de vacinas para análises fiscais, em estabelecimentos fabricantes, no Estado de Minas Gerais, no ano de 2007. Foram colhidas 89 amostras de vacinas, correspondendo à como meta da subação II, de colher amostras de todas as partidas fabricadas das vacinas submetidas ao controle oficial, resultando em uma eficácia de 100,0%.

## Eficiência

### Sub-ação I e II

Valor Executado (R\$)	Nº. de Ações	Atividades	Custo Individualizado da Ação (R\$)
26.110,19*	89	Fiscalizações de estabelecimentos fabricantes de produtos de uso veterinário com ou sem Colheita de amostras de vacinas para análises fiscais, em estabelecimentos fabricantes de produtos de uso veterinário	293,37

\*Os recursos empregados, na colheita de amostras são os mesmos recursos disponibilizados para a subação I - fiscalização de estabelecimentos, ou seja, não são computados separadamente, razão pela qual esta estimativa de custo apresentada por colheita não se justifica a nosso ver.

## Efetividade

### Sub-ação I

Fiscalização de estabelecimentos fabricantes de produtos de uso veterinário no Estado de Minas Gerais no ano de 2007.

A fiscalização dos estabelecimentos fabricantes de produtos de uso veterinário contribui para melhoria da qualidade dos medicamentos, vacinas e soros destinados aos animais, o que é de grande importância para a saúde animal, e contribui ainda com a melhoria da saúde da população que convive com animais domésticos e que consome produtos de origem animal, visto que os insumos em questão, representam um elo relevante entre a saúde humana e animal.

### Sub-ação II

Colheita de amostras de vacinas para análises fiscais, em estabelecimentos fabricantes, no Estado de Minas Gerais, no ano de 2007. A sub-ação II, colheita de

amostras de vacinas, possibilita a verificação da eficiência, esterilidade e inocuidade dos produtos, ou seja, se estão dentro dos padrões pré-estabelecidos de garantia da qualidade antes dos mesmos atingirem o mercado consumidor, contribuindo desta forma, para garantia da qualidade das vacinas expostas à venda, o que é de grande importância para a saúde animal e por consequência para a saúde humana e agronegócio.

### Ação 21410000 – Fiscalização de Fertilizantes, Corretivos e Inoculantes

#### Indicadores de Desempenho (por PI/ação/sub-ação)

##### Meta Física/Eficácia

Ação/Sub-ação	Unidade	Exec. 2006	Prog. 2007	Exec. 2007	Eficácia (%)	Prog. 2008
Fiscalizações realizadas	Fiscalização	1412	1800	1733	96,2	1650
Amostras coletadas	Amostra	1000	1200	1141	95,0	1200

##### Meta Física/Eficiência

Valor Executado	Nº. de Ações	Atividade	Custo Individualizado da Ação (R\$)
112.391,71	1.733	Fiscalizações realizadas	64,85

#### Observação

Não foi considerada a subação “amostras coletadas”, por estas já estarem incluídas na subação “fiscalizações realizadas”, isto é, um índice (interno) para melhor avaliar o desempenho nas fiscalizações realizadas.

#### Efetividade

Através das ações desenvolvidas verificamos uma tendência de melhoria dos níveis de conformidade e qualidade dos fertilizantes, corretivos, inoculantes e biofertilizantes disponibilizados para a agricultura nacional, decorrendo daí uma maior produtividade das culturas, contribuindo para a sustentabilidade do agronegócio e para uma alimentação a custos menores e de qualidade.

### Ação 21770000 – Fiscalização de Serviços Agrícolas

#### Indicadores de Desempenho

##### Metas Físicas/Eficácia

Atividades	Unid.	Exec. 2006	Prog. 2007	Exec. 2007	Eficácia (%)	Prog. 2008
Registro de Empresa de Aviação Agrícola	Nº	1	3	3	100	2



Autorização para Empresa de Aviação Agrícola operar em MG	Nº	18	17	25	147	19
Registro de Engenheiro Agrônomo Responsável	Nº	3	4	3	75	3
Registro de Aeronave Agrícola	Nº	3	3	4	133	3
Fiscalização de Empresa Operadora em Aviação Agrícola (Sede e Campo)	Nº	108	78	8	10	65
<b>OBS: A baixa eficácia do PI FISCAGRIC1, sub-ação “Fiscalização de Empresa Operadora em Aviação Agrícola” decorre de diversos fatores: dificuldades gerenciais, falta de recursos financeiros, não descentralização dos mesmos a tempestivamente. Quanto ao Registro de Empresa de Aviação Agrícola, trata-se de programação eventual, sendo o parâmetro utilizado como dado comparativo entre exercícios.</b>						

Algumas metas, como registro de Empresas, Aeronaves e Engenheiros Agrônomos, são resultados de projeções, com base no exercício de **2007**, podendo ser ultrapassadas ou não atingidas, devido ao caráter subjetivo das mesmas.

Salientamos que pela peculiaridade da atividade, há necessidade de se percorrer grandes distâncias, podendo ou não culminar com a localização de aeronaves fazendo pulverizações, não sendo possível, neste último caso, a lavratura de documentos fiscais.

Outro fator limitante refere-se às condições climáticas, quando períodos chuvosos inviabilizam as aplicações e muitas vezes o cumprimento de uma programação de fiscalização anteriormente elaborada.

#### Metas Físicas/Eficiência

Valor (R\$) Executado	Nº. de Ações	Atividades	Custo Individualizado da Ação (R\$)
3.532,00	8	Fiscalização de Empresa Operadora em Aviação Agrícola (Sede e Campo)	0,00

**Observação: 1. Os valores descentralizados foram destinados às participações de dois Fiscais da Atividade de Aviação Agrícola em Reunião Técnica Nacional do Exercício 2007, de três Fiscais da Atividade de Aviação Agrícola em Congresso Regional do sudeste, e de dois Fiscais da Atividade Aeroagrícola em Congresso Brasileiro de Ciências Aeroagrícolas ou seja, não foram descentralizados recursos para a execução das atividades de fiscalização, portando não existindo parâmetro para determinação de Custo Individualizado da Ação.**

#### Ação 21790000 – Fiscalização de Sementes e Mudas

#### Indicadores de Desempenho (V.1)

##### Metas Físicas / Eficácia

Atividades Desenvolvidas Metas	Unid.	Exec. 2006	Prog. 2007	Exec. 2007	Eficácia (%)	Prog. 2008

<b>Registro Nacional de Sementes e Mudas / RENASEM (Grandes Culturas, Forrageiras, Batata Semente, Mudas)</b>						
Estabelecimento produtor de sementes	Nº	193	60	55	91,66	50
Estabelecimento produtor de mudas	Nº	480	331	340	102,71	200
Estabelecimento beneficiador de sementes	Nº	25	8	9	112,50	4
Estabelecimento armazenador de sementes	Nº	36	12	15	125,00	8
Estabelecimento reembalador de sementes	Nº	34	16	14	87,50	6
Estabelecimento reembalador de mudas	Nº	-	2	-	(100)	-
Responsável técnico	Nº	297	80	138	172,50	80
Estabelecimento certificador de produção própria	Nº	6	4	4	100,00	2
Entidade de certificação	Nº	1	2	1	50,00	1
<b>Certificação de Sementes (Grandes Culturas, Forrageiras)</b>						
Inscrição de Campo	ha	346.909,2	26.000	20.421,64	78,54	-
Vistoria de Campo	ha	122,84	44.000	13.468,6	30,61	3.685
Vistoria de campos de produtores inscritos em outros estados	ha	-	9.000	-	-	-
Vistoria de Campo no Sistema OECD	ha	162,5	200	-	-	-
Coleta de Amostras	Nº	894	800	862	107,75	298
	Representativa de (t)	7.547,24	6.400	7.703,08	120,36	2.980
<b>Fiscalização da Produção de Sementes Não Certificadas (Grandes Culturas, Forrageiras)</b>						
Inscrição de Campos de Sementes de Grandes Culturas S1 e S2	ha	85.300,96	75.000	81.030,27	108,04	-
Fiscalização em Campos de Sementes de Grandes Culturas S1 e S2 (Uma vistoria em 10% dos Campos)	ha	4,00	7.500	19.079,44	254,39	7000
Inscrição de Campos de Sementes de Forrageiras S1 e S2	ha	23.421,78	24.000	46.713,24	194,63	-
Fiscalização em Campos de Sementes de Forrageiras S1 e S2 (Uma vistoria em 50% dos Campos)	ha	-	12.000	28.027,94	233,56	7.020
Coleta de Amostras de Sementes de Grandes Culturas e Forrageiras	Nº	31	200	45	22,50	340
	Representativa de (t)	12.890,44	-	138,76	-	3.400
Estabelecimento Produtor de Sementes	Nº	7	70	281	401,42	175
Estabelecimento Beneficiador de Sementes	Nº	1	14	1	7,14	28
Estabelecimento Armazenador de Sementes	Nº	9	15	23	153,00	48
Estabelecimento Reembalador de Sementes	Nº	-	4	6	150,00	14
Responsável Técnico	Nº	2	20	85	425,00	44
Estabelecimento Certificador de Produção Própria	Nº	-	6	-	(100)	8
Entidade de Certificação	Nº	-	3	-	(100)	1
Fiscalização de Uso Indevido de Sementes	Nº	-	20	19	95,00	20
Coleta de Amostras do Comércio Internacional de Sementes	Nº	67	80	130	162,50	80
	Rep. t	-	-	111	-	-
<b>Fiscalização de Culturas com Organismos Geneticamente Modificados</b>						

<b>Fiscalização</b>	<b>Nº</b>	<b>9</b>	-	-	-	-
<b>Área Fiscalizada</b>	<b>ha</b>	<b>3.620,00</b>	-	-	-	-
<b>Amostras Coletadas</b>	<b>Nº</b>	<b>108</b>	-	-	-	-
	<b>Representativa de (t)</b>	<b>15.810,60</b>	-	-	-	-
<b>Fiscalização de Mudanças</b>						
<b>Viveiros Inscritos</b>	<b>Nº</b>	<b>456</b>	<b>537</b>	-	-	-
<b>Mudanças Inscritas</b>	<b>Nº (x1000)</b>	<b>436.497</b>	<b>127.150</b>	-	-	-
<b>Viveiros e Mudanças Fiscalizados</b>	<b>Nº de Estabº Produtor (Viveiros)</b>	<b>417</b>	<b>655</b>	<b>657</b>	<b>100,30</b>	<b>510</b>
	<b>Nº de Mudanças Inscritas (x 1.000)</b>	<b>121.970</b>	<b>174.500</b>	<b>110.861,8</b>	<b>63,53</b>	<b>10.200</b>
<b>Estabelecimento Reembalador de Mudanças</b>	<b>Nº</b>	-	<b>8</b>	-	<b>(100)</b>	-
<b>Estabelecimento para Uso Próprio Fiscalizado</b>	<b>Nº</b>	<b>32</b>	<b>46</b>	<b>19</b>	<b>41,30</b>	-
	<b>Nº Mudanças (x1000)</b>	<b>311.379</b>	-	<b>70.199</b>	-	-
<b>Certificação de Batata Semente</b>						
<b>Estabelecimento Produtor</b>	<b>Nº</b>	<b>28</b>	<b>20</b>	<b>23</b>	<b>115,00</b>	<b>15</b>
<b>Inscrição de Campo</b>	<b>ha</b>	<b>513,85</b>	<b>300</b>	<b>267,67</b>	<b>89,2</b>	<b>200</b>
<b>Vistoria de Campo</b>	<b>ha</b>	<b>37,65</b>	<b>40</b>	<b>32</b>	<b>80</b>	<b>30</b>
<b>Coleta de Amostras</b>	<b>Nº</b>	<b>253</b>	<b>150</b>	<b>45</b>	<b>30</b>	<b>40</b>
	<b>Representativa de Área (ha)</b>	<b>12.375</b>	<b>10.000</b>	<b>2.500</b>	<b>25</b>	<b>180 ha</b>
<b>Fiscalização da Produção de Batata Semente Não Certificada (S1 e S2)</b>						
<b>Estabelecimento Produtor</b>	<b>Nº</b>	<b>15</b>	<b>20</b>	<b>41</b>	<b>205</b>	<b>10</b>
<b>Inscrição de Campo</b>	<b>ha</b>	<b>497,33</b>	<b>150</b>	<b>139</b>	<b>92</b>	<b>100</b>
<b>Fiscalização de Campo S1 e S2</b>	<b>ha</b>	-	-	-	-	<b>35</b>
<b>Coleta de Amostras</b>	<b>Nº</b>	<b>1</b>	-	-	-	<b>3</b>
	<b>Representativa de Área (ha)</b>	<b>4,9</b>	-	-	-	<b>10 ha</b>
<b>Eventos</b>						
<b>Reunião</b>	<b>Nº</b>	<b>4</b>	<b>2</b>	<b>5</b>	-	<b>4</b>
<b>Treinamento</b>	<b>Nº</b>			<b>4</b>	-	<b>1</b>
<b>Congresso</b>	<b>Nº</b>		<b>1</b>	<b>1</b>	-	
<b>Curso</b>	<b>Nº</b>			<b>4</b>	-	
<b>Encontro</b>	<b>Nº</b>			<b>2</b>	-	

**OBS.: 1.** Ressalvamos quanto ao indicador Eficácia no Quadro Registro Nacional de Sementes e Mudas / RENAEM, devido ao fato das atividades programadas serem subestimadas, haja vista tratar-se de atividades eventuais, servindo como dados comparativos.

**2.** Alterações nos valores programados são passivas de acontecimento, considerando comportamento do mercado sementeiro, redução de área para produção de sementes, produtividade, credenciamento de certificadora de produção própria e entidade de certificação, ou seja, de acordo com aquelas demandas que não podem ser estabelecidas.

**3.** As vistorias de campo no esquema OECD, foram realizadas pela SFA-DF, devido sua disponibilidade e a proximidade dos campos inscritos ao Distrito Federal.

**4.** Quanto a organismos geneticamente modificados, não houve atividade de fiscalização, uma vez que esse tipo de evento acontece mais através de denúncia e, ou, uma investigação de campo mais pormenorizada, o que não foi oportuno realizar no exercício de 2007.

**5.** Eventos diversos com participação variada de Fiscais e, ou, Técnicos.

**6.** Observar quando da ausência de dados, dá-se ao fato de que as planilhas montadas através de demandas da atividade de sementes e mudas estão passando por mudanças a partir de determinação da Coordenação de Sementes e Mudas da SDA/DFIA/MAPA, haja vista a necessidade de nivelamento nacional dessas demandas de fiscalização nas Unidades Descentralizadas, ou são parâmetros que não são dimensionados pelo serviço.

#### Metas Físicas/Eficiência

Valor Executado (R\$)	Nº. de Ações	Atividades	Custo Individualizado da Ação (R\$)	
291.781,87	1.209	Fiscalização em Estabelecimentos Produtores de Sementes e de Mudas e de Certificação para Obtenção de Inscrição e Credenciamento no RENAEM	241,34	
		Fiscalização de Estabelecimentos Produtores de:		Sementes
				Mudas
		Vistoria de Campo de Produção de Sementes para Certificação		
		Vistoria de Campo de Produção de Sementes Não Certificadas		
		Vistoria de Campo de Produção de Sementes no esquema OECD		
		Fiscalização de Sementes Geneticamente Modificadas		
Observação: (1) Não foi considerada a sub-ação "amostradas coletadas", devido ao fato da mesma estar incluída na sub-ação "fiscalizações realizadas", ou seja, coleta de amostra pode ser uma ação complementar à fiscalização, quando necessária.				

#### Execução Financeira

Recursos Executados (R\$)			
Elemento Despesa	Executado 2006	Executado 2007	Varição (%)
3390-14	68.383,52	169.994,44	148,58
3390-30	22.395,00	46.290,50	106,70
3390-36	3.270,00	4.576,00	39,93
3390-33	18.350,16	65.921,33	259,24
3390-39	1.200,00	6.000,00	400,00
3390-52	-	-	-
<b>SUBTOTAL</b>	113.598,68	291.781,87	156,85
3390-39*	-	113.856,79	-
<b>TOTAL</b>	113.598,68	405.638,66	-

\* Recursos destinados a manutenção do prédio Setor R – PN 2, tendo recebido o montante de R\$ 244.000,00 (duzentos e quarenta e quatro mil reais) para concorrência pública, R\$ 11.846,92 (onze mil oitocentos e quarenta e seis reais e noventa e dois centavos) foram destinados a obras nas dependências da UTRA-VIÇOSA, R\$ 3.372,00 (três mil e trezentos e setenta e dois reais) foram destinadas a reforma de móveis na UTRA-LAVRAS, R\$ 7.881,08 (sete mil oitocentos e oitenta e um reais e oito centavos) foram utilizados em pagamentos de serviços diversos em atendimento à necessidade das atividades desenvolvidas pelo PI e R\$ 41.376,00 (quarenta e um mil e trezentos e setenta e seis reais) foram destinados à Superintendência Federal de Agricultura em Minas Gerais, como forma de compartilhamento de despesas, como manutenção e conserto de veículos, fotocópias, serviços de correios, reforma de móveis, dentre outras de pequeno vulto totalizando R\$ **308.476,00 (trezentos e oito mil quatrocentos e setenta e seis reais).**

**Observação:** Apesar do movimento de greve dos Fiscais Federais Agropecuários, os recursos valores do PI em tela foram maiores que os recursos recebidos no exercício 2006, haja vista que a partir do exercício 2007, arrecadações advindas de taxas cobradas pela atividade de sementes e mudas no Estado retornaram ao sistema, de acordo com o que consta em norma.

## Ação 29090000 – Fiscalização de Agrotóxicos e Afins

### Indicadores de desempenho

#### Metas Físicas/Eficácia (alcance das metas)

PI	Atividade	Exec. 2006	Prog. 2007	Exec. 2007	Eficácia 2006	Prog. 2008
FISAGROTOX	Produtos fiscalizados*	2	30	22	73,33	30
	Amostras de agrotóxicos coletadas	0	10	0**	0,00	10
	Fiscalizações realizadas (estabelecimento produtor)	0	10	2**	20,00	10
	Fiscalizações realizadas (empresas credenciada)	1	11	10	90,00	11
	Vistoria em estabelecimento para credenciamento	08	08	15	187,50	08

\* Número de diferentes produtos (agrotóxicos) fiscalizados, sem amostragem.

\*\* Não se efetuou a coleta de amostras pois, por orientação da Coordenação Geral de Agrotóxicos e Afins/DFIA – Ministério da Agricultura, Pecuária e do Abastecimento, antes seria realizado um treinamento para a atividade, o que não ocorreu. O baixo número de fiscalizações realizadas em estabelecimento produtor decorreu da insuficiente liberação de recursos financeiros para tal.

#### Metas Físicas/Eficiência

Recursos Executados	Nº. de Ações	Atividade	Custo individualizado da ação (R\$)
8.640,42*	49	Produtos fiscalizados	176,33
		Amostras de agrotóxicos coletadas	
		Fiscalizações realizadas (estabelecimento produtor)	
		Fiscalizações realizadas (empresas credenciada)	
		Vistoria em estabelecimento para credenciamento	

\* Os recursos descentralizados incluem valores referentes a passagens aéreas relacionadas a deslocamentos para fiscalizações em outras unidades da federação, treinamento de FFA e reunião nacional do DFIA/MAPA.

#### Metas Físicas/Efetividade

As ações desenvolvidas no PI FISAGROTOX envolvem a fiscalização de agrotóxicos, de empresas produtoras de agrotóxicos, de empresas credenciadas para prestação de serviços de tratamentos fitossanitários com fins quarentenários no trânsito internacional de vegetais, suas partes e embalagens de madeira e de entidades credenciadas para efetuar pesquisas e ensaios experimentais com agrotóxicos. Estas ações têm um impacto óbvio na saúde da população e na atividade agrícola, que terá à disposição um insumo de qualidade, possibilitando maior eficiência produtiva, melhor rentabilidade para o produtor e maior oferta de produtos a custos menores. Além disso, tais ações são de suma importância no comércio internacional, pois o rechaço de partidas exportadas pelo país devido a questões fitossanitárias pode trazer sérias conseqüências econômicas. Deve-se lembrar que as barreiras fitossanitárias são o argumento mais utilizado atualmente como forma de protecionismo comercial.

As mudanças qualitativas para o cidadão que este PI proporciona são, então, decorrentes do uso de insumos com qualidade controlada e, conseqüentemente, mais eficientes (e, com isso, há possibilidade de uso de menores quantidades no processo produtivo e menores teores de resíduos nos alimentos); e os benefícios da maior competitividade das exportações brasileiras.

Como no ano anterior, a insuficiente liberação de recursos afetou negativamente o alcance das metas estabelecidas para o FISAGROTOX. Perdurando esta realidade financeira e considerando que a demanda deste PI está em franca expansão, a tendência é que os resultados serão parcos em 2008.

#### **Execução Financeira**

<b>Executado 2006</b>	<b>Executado 2007</b>	<b>Varição (%)</b>
1.989,17	8.640,42	334,37

\* Os valores apresentados incluem recursos utilizados para pagamento de passagens aéreas (339033 + 339030 + 339014).

### **5.3 – Serviço de Política e Desenvolvimento Agropecuário – SEPDAG**

#### **Ação 2B47 – Fomento a Indicação Geográfica de Produtos Agropecuários**

##### **Indicadores de Desempenho**

##### **Eficácia**

Número de diagnósticos de produtos com potencial IG realizados:

Nº programado: 0

Nº realizado: 05

Eficácia: 100%

Foi realizado um levantamento detalhado de cada produto, tendo sido preenchidos cinco questionários, cujo modelo foi fornecido pelo CIG/DEPTA, para os seguintes produtos: Queijo Minas Artesanal do Serro, Queijo Minas Artesanal da Canastra, Queijo Minas Artesanal do Cerrado, Queijo Minas Artesanal de Araxá, e Cachaça Artesanal de Salinas.

Número de pedidos de proteção protocolizados junto ao INPI:

Nº programado: Zero

Nº realizado: 01  
Eficácia: 100%

Foi enviado para o INPI um pedido de registro para a Indicação Geográfica do Café da Mantiqueira. A Associação dos Produtores de Café da Mantiqueira encaminhou proposta para formalização de convênio para apoio nas fases subsequentes à obtenção do selo IG, com o apoio e orientação da equipe do SEPDAAG.

Número de reuniões com participação ou promovidas pelo SEPDAAG com parceiros no processo de IG de produtos agropecuários diversos:

Nº programado: Zero  
Nº realizado: 29  
Eficácia: 100%

As reuniões foram realizadas com presidentes de associações, sindicatos, produtores rurais, EMATER, IMA, SEAPA, EPAMIG, FAPEMIG, SEBRAE, ONG's entre outros parceiros.

Número de Eventos com apoio e participação de técnicos do SEPDAAG:

Nº programado: Zero  
Nº realizado: 06  
Eficácia: 100%

No "Seminário de Indicação Geográfica do Queijo Minas Artesanal" no Serro e no "I Seminário de Fruticultura Irrigada de Minas Gerais" em Janaúba houve a participação do SEPDAAG com a palestra "Indicação Geográfica de Origem", proferida por Carlos Roberto de Castro.

No XV Seminário do Café do Cerrado houve a participação de Lygia de Oliveira Figueiredo Bortolini e de Israel de Souza Costa para promover articulação com a associação de produtores que obtiveram a Indicação de Procedência do Café do Cerrado.

No "Seminário Franco Brasileiro sobre Indicações Geográficas" houve a participação do SEPDAAG em duas palestras:

- ✓ "Marco Legal Nacional das Indicações Geográficas: A Experiência Brasileira" : palestra proferida por Carlos Roberto de Castro
- ✓ "O papel do MAPA na Implementação e Fomento às Indicações Geográficas no Brasil" : palestra proferida por Juliana Oliveira Laender

Houve apoio e participação do MAPA no evento "I Encontro Técnico Científico do Queijo Minas Artesanal, que aconteceu no dia 04/12/2007 no auditório do IMA.

Número de Eventos promovidos pelo SEPDAAG:

Nº programado: Zero  
Nº realizado: 02  
Eficácia: 100%

No dia 04 de setembro de 2007, no auditório da Superintendência Federal de Agricultura de Minas Gerais, ocorreu um **Encontro sobre Indicação Geográfica do Queijo Minas Artesanal**, que contou com a presença de diversos produtores de queijo das regiões envolvidas, EMATER, IMA, SEAPA, AGRIFERT e também com técnicos da Inspeção de Produtos de Origem Animal da SFA/MG e do DIPOA/SDA de Brasília. O Encontro teve uma repercussão bastante positiva para o MAPA, tendo sido inclusive veiculada notícia sobre a mesma no Caderno Agropecuário do Estado de Minas.

Foi promovido o "I Seminário sobre Indicações Geográficas das Regiões Sudeste e Sul" no dia 25 de setembro de 2007, que contou com a presença de 120 participantes, dentre eles representantes de associações, universidades, EPAMIG, EMATER, IMA, SEBRAE, SENAR entre outros. Todo o evento foi criteriosamente organizado pela equipe do SEPDAG, tendo sido criados os seguintes produtos:

- ✓ Um banco de dados bastante completo de todos os participantes e convidados, que poderá ser utilizado em diversos eventos que futuramente serão promovidos por esse serviço ou outros da SFA/MG;
- ✓ Convites impressos e modelo web com arte personalizada;
- ✓ Modelos de cartas de patrocínio e apoio, bem como modelos de agradecimento;
- ✓ Kit oferecido para palestrantes e para sorteio entre os participantes contendo: uma goiabada cascão de Ponte nova, um Queijo Minas Artesanal da Canastra, uma Cachaça Artesanal e um pacote de Café do Cerrado. O Kit foi confeccionado pela equipe do SEPDAG com a colaboração e patrocínio da EMATER, APAQS e CACCER, no intuito de promover alguns dos produtos mineiros com potencial IG, sendo que os mesmos foram gentilmente cedidos por parceiros do SEPDAG em diferentes projetos.

## **Eficiência**

Recurso financeiro executado

R\$11.431,22 (onze mil, quatrocentos e trinta e um reais e vinte e dois centavos)

Nº. de ações executadas: 43

Custo unitário: R\$265,84

Efetividade

O processo de obtenção de IG é bastante demorado e depende de um nível de organização e conhecimento muito grande por parte dos produtores, associações e parceiros.

A equipe do SEPDAG percebeu que para que os processos de obtenção de IG em Minas Gerais se tornassem mais efetivos deveria se fazer uma organização dos parceiros, estabelecendo-se diretrizes, trazendo discussões pertinentes, para que cada um desempenhasse ações dentro de sua área de atuação dentro de uma linha de trabalho única, definida por todos. Para isso, foi criado o GRUPO DE TRABALHO DE INDICAÇÕES GEOGRÁFICAS EM MINAS GERAIS, que se



reúne periodicamente sob a coordenação do SEPDAG. Os parceiros envolvidos se encontram discriminados na tabela abaixo.

<b>Nome</b>	<b>Cargo</b>	<b>Empresa</b>
Ana Paula Braga Moreira	Fiscal Agropecuário	IMA
Aníbal Sales Bastos	Coordenador café/cachaça	SEBRAE/NA
Carlos Roberto de Castro	Fiscal Federal Agropecuário	MAPA/SFA/MG
Ediney Neto Chagas	Gerente	FAPEMIG
Fernando Machado Ataíde	Técnico	SEBRAE- MG
Henrique Candido da Silva	Advogado	APACS
Hulda Oliveira Giesbrecht	Consultora	SEBRAE
Juliana Oliveira Laender	Fiscal Federal Agropecuário	MAPA/SFA/MG
Kênia Cardoso	Técnica	SEBRAE- MG
Luciana Siqueira Rapini	Assessora	SEAPA
Lygia de Oliveira Figueiredo Bortolini	Fiscal Federal Agropecuário	MAPA/SFA/MG
Miriam _ster Soares	Bióloga	MAPA/SFA/MG
Paula Braga Batista	Assessora	SEAPA
Rafael Jardim	Analista PI	INPI
Rogério Galuppo Fernandes	Técnico	SEBRAE-MG
Rogério Miranda Xavier	Advogado	APACS
Rubens Soares Leite	Fiscal Federal Agropecuário	MAPA/Brasília
Silvia M. Borim Côdo Dias	Fiscal Federal Agropecuário	MAPA/SFA/MG

Com todas as atividades promovidas pelo SEPDAG durante o ano de 2007, temos a certeza de que avançamos muito em relação ao processo de obtenção de IG de vários produtos, principalmente a dos Queijos Minas Artesanais.

Um dos papéis do MAPA, através do SEPDAG, é divulgar a cultura de IG no meio rural e entre os consumidores, capacitar agentes, formalizar convênios e apoiar as organizações de produtores. Temos certeza de que cumprimos o nosso papel e mais ainda de que temos muita coisa a realizar em prol do agronegócio mineiro.

A CIG/DEPTA promoveu o I Seminário de Indicações Geográficas em Bento Gonçalves, que devido ao número limitado de vagas não pôde contar com a presença de todos os estados. Devido ao relevante trabalho que foi realizado no ano de 2007 pela equipe do SEPDAG, os três fiscais federais agropecuários do SEPDAG/DT/SFA/MG foram convocados para participar desse evento, sendo que o estado de Minas Gerais ainda foi representado por mais 4 parceiros que estão realizando um bom trabalho junto com o SEPDAG, sendo dois técnicos da EMATER e dois do IMA.

## **Resumo Fomeagro**

Metas Físicas/Eficácia

<b>Atividade</b>	<b>Exec.</b>	<b>Prog.</b>	<b>Exec.</b>	<b>Eficácia</b>	<b>Programado</b>
------------------	--------------	--------------	--------------	-----------------	-------------------

	2006	2007	2007	(%)	2008
Diagnósticos de produtos com potencial IG realizados	0	0	5	100	3
Número de pedidos de proteção protocolizados junto ao INPI	0	0	1	100	2
Número de reuniões com participação ou promovidas pelo SEPDAG com parceiros no processo de IG de produtos agropecuários	0	0	29	100	20
Número de Eventos com apoio e participação de técnicos SEPDAG	0	0	6	100	5
Número de Eventos promovidos pelo SEPDAG	0	0	2	100	1
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>43</b>	<b>100</b>	<b>31</b>

#### Metas Físicas/ Eficiência

PI	Valor Executado R\$	Nº de Ações	Atividade	Custo Individualizado da Ação
Fomeagro	11.431,22	43	Todas relacionadas ao PI fomeagro	R\$ 265,84

Tabela – Metas e resultados da ação exercício 2007

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
4	-	43	11.431,22

### Ação Desenvolvimento da Economia Cafeeira

#### Indicadores de Desempenho

Tendo em vista que as despesas deste PI não são passíveis de apropriação em ações finalísticas do próprio programa, conforme objetivo acima descrito, não é possível calcular matematicamente os indicadores de eficácia e eficiência.

### Ação Certificação da Origem e da Movimentação de Insumos e Produtos Agropecuários

#### Indicadores de Desempenho

Eficácia

Número de certificadoras auditadas:

Nº programado: 06

Nº realizado: 08

Eficácia: 133,33%

Número de estabelecimentos rurais aprovados no SISBOV – ERAS auditados:

Nº programado: Zero

Nº realizado: 01

Eficácia: 100%

Número de estabelecimentos rurais aprovados no SISBOV – ERAS vistoriados pelo órgão executor de sanidade animal no estado de Minas Gerais – IMA, com acompanhamento do SEPDAG/DT/SFA/MG:

Nº programado: Zero

Nº realizado: 52

Eficácia: 100%

Número de treinamentos realizados pelo SEPDAG/DT/SFA/MG para órgão executor de sanidade animal no estado de Minas Gerais – IMA:

Nº programado: Zero

Nº realizado: 01

Eficácia: 100%

## **Eficiência**

Recurso financeiro executado

R\$16.846,21 (dezesesseis mil, oitocentos e quarenta e seis reais e vinte e um centavos)

Nº de ações executadas: 12 (excluiu-se desse item as ações realizadas com recurso e pessoal do IMA)

Custo unitário: R\$ 1.403,85

## **Efetividade**

A SFA/MG conta com 06 auditores do SISBOV sendo:

- ✓ 02 lotados no SEPDAG, sendo que um deles recebeu treinamento em setembro de 2007;
- ✓ 01 lotado no SIPAG;
- ✓ 01 lotado no SEDESA;
- ✓ 02 lotados em UTRA's.

O SEPDAG teve grande dificuldade em estabelecer e cumprir a agenda programada para as auditorias, uma vez que os auditores estão lotados em diversos setores tendo muitas outras atividades para executar.

De qualquer forma, as cinco certificadoras com sede em Minas Gerais no ano de 2007 foram auditadas (Tracer, Vipper, RBC, ABCZ e Arroba), sendo que uma delas (Vipper) foi auditada três vezes nesse ano. Também foi auditado um escritório regional da 'K9 Tecnologia Ltda', que é uma certificadora de São Paulo que possui escritório em Frutal.

Em virtude do que preceitua a IN17, das cinco empresas que atuaram no SISBOV em 2007, três delas entraram com processo de registro para atuar no “NOVO SISBOV” a partir de 2008. Para tanto, foram analisados quatro processos de registro de certificadoras e realizadas quatro auditorias técnicas com emissão de parecer e encaminhamento dos processos para a CSR/DEPROS para posteriormente ser realizada auditoria de credenciamento por auditores selecionados pela CRS/DEPROS.

Percebeu-se que para o sucesso do programa SISBOV é imprescindível a atuação do estado, através do órgão executor de defesa sanitária no estado, IMA. Para isto, o diretor geral do IMA solicitou um treinamento para 10 técnicos de sua instituição. No dia 16/10/2007, na sede da SFA, os técnicos do IMA foram treinados pela FFA Juliana Oliveira Laender. O treinamento teve carga horária de 8 horas.

Cada técnico do IMA recebeu um Kit contendo:

- ✓ Um CD com toda a legislação do SISBOV, textos técnicos sobre rastreabilidade bovina, cópia das três palestras apresentadas, formulários a serem utilizados na vistoria e lista de propriedades a serem vistoriadas.
- ✓ IN17 e formulários impressos.

Os técnicos do IMA mantiveram contato com o SEPDAG durante as fiscalizações para receberem orientações e sanarem dúvidas durante sua atuação.

Foram vistoriadas 50 propriedades e confeccionado pelo IMA, para análise do SEPDAG, o relatório denominado “Análise dos Relatórios de Vistoria em Propriedades ERAS”.

Para aumentar a credibilidade do SISBOV e garantir o bom funcionamento desse sistema em Minas Gerais, pretende-se para o ano de 2008 ampliar a parceria com o estado, implementar ações a serem desenvolvidas por eles, bem como aumentar a participação do MAPA nos processos de auditoria e acompanhamento das ações de campo.

## Resumo Rastreab

### Metas Físicas/Eficácia

<b>Atividade</b>	<b>Exec. 2006</b>	<b>Prog. 2007</b>	<b>Exec. 2007</b>	<b>Eficácia (%)</b>	<b>Programado 2008</b>
Número de certificadoras auditadas	0	6	8	133,33	5
Número de ERAS auditados	0	0	1	100	10
Número de ERAS vistoriados pelo órgão executor de sanidade animal do estado de Minas Gerais	0	0	52	100	1.000

com o acompanhamento do SEPDA					
Número de treinamentos realizados pelo SEPDA para o órgão executor de sanidade animal do estado de Minas Gerais	0	0	1	100	7
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>62</b>	<b>108,33</b>	<b>1.022</b>

#### Metas Físicas/ Eficiência

PI	Valor Executado R\$	Nº de Ações	Atividade	Custo Individualizado da Ação
Rastreab	16.846,21	12*	Todas relacionadas ao PI Rastreab	R\$ 1.403,85

\*excluiu-se desse item as ações realizadas com recurso e pessoal do órgão executor de Sanidade Animal do Estado de Minas Gerais.

#### Tabela – Metas e resultados da ação exercício 2007

Previstas		Realizadas	
Física	Financeira	Física	Financeira
6	-	12	16.846,21

### Ação 4751 – Fomento ao uso de Produtos e Processos Adequados a Produção Orgânica de Alimentos

#### Indicadores de Desempenho e Gestão de Processos

##### Eficácia

Nº realizado= 1.185 produtores atendidos\*

Nº programado=500 produtores atendidos

Eficácia= 237 %

\* Incluindo técnicos e estudantes.

##### Eficiência

Programado= 1.185

Recurso financeiro executado= R\$ 14.515,72

Custo unitário = 12,25

##### Efetividade

Se por um lado houve baixa eficiência a qualidade do atendimento direto e indireto aos produtores destacou-se como um aspecto positivo por meio da publicação e da distribuição de 1500 exemplares dos Anais do VIII Seminário Brasileiro sobre Homeopatia na Agropecuária Orgânica, e do Projeto Banco Comunitário de Sementes de Adubos Verdes 2007-2010 em Minas Gerais, que consolidaram a primeira etapa das ações do Fomorgan no Estado de Minas Gerais com a capacitação de 177 pessoas.

#### Resumo Fomorgan

Atividade	Exec.	Prog.	Exec.	Eficácia	Programado
-----------	-------	-------	-------	----------	------------

	2006	2007	2007	(%)	2008
Divulgar a agricultura orgânica	5.000	500	1.185	237	1.000
<b>TOTAL</b>	<b>5.000</b>	<b>500</b>	<b>1.185</b>	<b>237</b>	<b>1.000</b>

#### Metas Físicas/ Eficiência

PI	Valor Executado R\$	Nº Ações	Atividade	Custo Individualizado Ação
Fomorgan	14.515,72	1.185	Divulgar a agricultura orgânica	R\$ 12,25

### Ação 4720 – Certificação da Produção Orgânica de Alimentos

#### Eficácia\*

Nº realizado= \*

Nº programado= \*

Eficácia= \*

\* A meta física é zero tendo em vista que, por falta de regulamentação da Lei nº 10.831 não há disposições legais para a certificação da produção orgânica.

#### Eficiência

Programado= 0

Recurso financeiro executado= R\$ 8.026,45

Eficiência= não se aplica

#### Indicadores de Desempenho e Gestão de Processos

As ações finalísticas referentes ao Certorgan serão implementadas em consequência da regulamentação da Lei 10.831 de 23 de dezembro de 2003 que dispõe sobre a produção orgânica brasileira. Diante da atual fase de aprovação dos Decretos, esse PI encontra-se em fase de implantação, em estágio preparatório para a implantação do processo de fiscalização. Sua operacionalização no Estado de Minas Gerais, em termos de eficácia, eficiência e efetividade, será alcançada com o cadastramento e convênios a serem realizados com entidades públicas afins ao setor e com o acompanhamento e fiscalização das certificadoras.

#### Resumo Certorgan

Atividade	Exec. 2006	Prog. 2007	Exec. 2007	Eficácia (%)	Programado 2008
Credenciar / supervisionar certificadoras	-	9	0*	0	5**
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>9</b>	<b>0</b>	<b>0</b>	<b>2</b>

\* A meta física é zero tendo em vista que, por falta de regulamentação da Lei nº 10.831 não há disposições legais para a certificação da produção orgânica. \*\* considerou-se 2 certificadoras e 3 associações de agricultores familiares orgânicos.

Originalmente, foi previsto o credenciamento e a supervisão de 09 certificadoras na programação do SEPDAg para o ano de 2007, considerando-se que a Lei 10.831 seria regulamentada. Entretanto, a promulgação do Decreto nº 6323 ocorreu somente

ao final do ano, no dia 27/12/2007. Desse modo, as ações aqui descritas representam uma etapa preparatória.

#### Metas Físicas/Eficiência

PI	Valor Executado R\$	Nº Ações*	Atividade	Custo Individualizado Ação
Certorgan	8.026,45	0	Credenciar / supervisionar certificadoras	0

\* Os cálculos não se aplicam conforme justificado na tabela anterior.

### Ação 4748 – Organização e Capacitação de Agentes Atuantes em Produção Orgânica de Alimentos

#### Indicadores de Desempenho e Gestão de Processos

##### Eficácia

Nº realizado = 252 pessoas atendidas

Nº programado = 1.000 pessoas atendidas\*

Eficácia = 25,2 %

\* Devido ao contingenciamento de recursos, a programação de 2007 foi ajustada para 1.000 pessoas beneficiadas.

##### Eficiência

Programado = 252

Recurso financeiro executado = R\$ 2.999,76

Eficiência = 11,90

##### Efetividade

Conforme já explicitado para o PI-CERTORGAN apresentado no item anterior, a efetividade pode ser considerada positiva também no PI-ORGORGAN, diante do contingenciamento de recursos e da inexistência de um planejamento estadual ajustado com o planejamento nacional no âmbito do Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento.

Entretanto foram realizadas atividades correlatas que contribuíram para a construção do objetivo previsto, conforme o item “Comentários” explicitado a seguir.

#### Resumo Orgorgan

Atividade	Exec. 2006	Prog. 2007*	Exec. 2007	Eficácia (%)	Programado 2008
Capacitar agentes na agricultura orgânica	4.000	1.000	252	25,2	1.000
<b>TOTAL</b>	<b>0</b>	<b>1.000</b>	<b>252</b>	<b>25,2</b>	<b>1.000</b>

\*\* Devido ao contingenciamento de recursos, a programação de 2007 foi ajustada para 1.000 pessoas beneficiadas.

#### Metas Físicas/Eficiência

PI	Valor Executado	Nº	Atividade	Custo
----	-----------------	----	-----------	-------

	R\$	Ações		Individualizado Ação
Orgorgan	2.999,76	252	Capacitar agentes na agricultura orgânica	R\$ 11,90

## 5.4 – Sistema de Vigilância Internacional do Brasil – VIGIAGRO

### Ação 21810001 – Vigilância e Fiscalização do Transito Internacional de Animais e seus Produtos

Partida Inspeccionada é o **indicador de desempenho** utilizado para medir a eficiência e a efetividade das ações de Vigilância Agropecuária Internacional executada nas Unidades de Vigilância Agropecuária da Superintendência Federal de Agricultura, Pecuária e abastecimento em Minas Gerais cujos resultados apresentamos a seguir:

#### Fiscanimal

##### Eficiência

Custo de uma inspeção de partida em relação ao recurso financeiro aplicado.

- ❑ Fórmula de cálculo:  $R\$13.192,67 : 1915 = R\$ 6,94$  por inspeção.
- ❑ Responsável pelo cálculo: VIGIAGRO/DT-MG

##### Eficácia

Número de partidas inspeccionadas em relação à meta física programada.

- ❑ Fórmula de cálculo:  $(1915 : 1574) \times 100 = 121,66\%$
- ❑ Responsável pelo cálculo: VIGIAGRO/DT-MG

#### Fiscplanta

##### Eficiência

Custo de uma inspeção de partida em relação ao recurso financeiro aplicado.

- ❑ Fórmula de cálculo:  $R\$49.266,32 : 27.584 = R\$ 1,78$  por inspeção.
- ❑ Responsável pelo cálculo: VIGIAGRO/DT-MG

##### Eficácia

Número de partidas inspeccionadas em relação à meta física programada.

- ❑ Fórmula de cálculo:  $(27.584 : 24.221) \times 100 = 113,88\%$
- ❑ Responsável pelo cálculo: VIGIAGRO/DT-MG



Devido à sua característica, a execução dos trabalhos de Vigilância Agropecuária Internacional ocorre em local alfandegado e é devidamente oficializado pelo Ministério da Agricultura, que fica responsável em localizar pessoal para desempenho das atividades ficando sob a responsabilidade do administrador do recinto o fornecimento de infraestrutura, sendo assim os recursos recebidos são destinados a treinamento de pessoal, participação em reuniões nacionais e estaduais e em auditorias e supervisões bem como na aquisição de materiais necessários à execução das Inspeções e Fiscalizações, ficando prejudicados os índices apontados pelos indicadores acima pois as ações não dependem diretamente de recursos financeiros e sim de pessoal habilitado localizado em cada Unidade de Vigilância, necessitando de definição de novos indicadores mais eficazes para acompanhamento das ações do programa Segurança Fitozoossanitária no Trânsito de Produtos Agropecuários.

## 5.5 – Serviço de Sanidade Agropecuária – SEDESA

### Ação 4809 – Prevenção, Controle e Erradicação de Doenças da Avicultura

#### Educação Sanitária

1. Produção e distribuição de folders: 35000 exemplares.

Tabela 1 - Metas físicas/Eficácia

Meta	Programado 2007	Executado 2007	Eficácia
Propriedade controlada	4000	3940	98,5 %

Metas 2 - Físicas/Eficiência

Valor Descentralizado R\$	Nº de Ações	Atividade	Custo individualizado da ação R\$
14682,27*	27	Profissionais treinados	543,79

\* Recurso efetivamente gasto na atividade.

Em conseqüência da implantação do “Plano Nacional de Prevenção da Influenza Aviária e de Prevenção e Controle da Doença de Newcastle”, instituído pela Instrução Normativa SDA nº 17, de 7/4/2006, o sistema de atenção à sanidade avícola de Minas Gerais foi avaliado durante auditoria no período de 25 a 28 de junho de 2007. O resultado desta avaliação e das demais, realizadas em outros estados, foi divulgado no início de dezembro. Minas Gerais obteve classificação como nível C. Somente o estado de Santa Catarina obteve classificação como nível B, ficando os demais como C e D. O relatório com as conclusões da auditoria foi enviado ao estado e será, a partir de janeiro de 2008, avaliado pelos coordenadores do PNSA no estado de forma a se identificar as falhas e se elaborar estratégias para melhoria do sistema defesa sanitária no que se relaciona à sanidade avícola.

### Ação 4842 – Erradicação da Febreaftosa

Tabela 1 – Metas Físicas/Eficácia

ATIVIDADE	PROGRAMADO	EXECUTADO	EFICÁCIA (%)
-----------	------------	-----------	--------------

	2007	2007	
Auditar Unidades Locais do IMA	40	41	102,5
Reuniões/visitas realizadas com o órgão executor	50	73	146
Autorizações de Ingresso e Egresso em Zona Livre de Febre Aftosa com Vacinação	Indeterminado	12 Ingressos 24Egresso	100

Tabela 2 - Metas Físicas / Eficiência

VALOR DESCENTRALIZADO R\$	Nº DE AÇÕES	ATIVIDADE	CUSTO INDIVIDUALIZADO DA AÇÃO R\$
7.936,22 *	41	Auditar Unidades Locais do IMA	193,56
1.949,80 **	01	Realização de auditoria no Estado do Rio Grande do Norte	1.949,80

\* Valor efetivamente gasto na atividade      \*\* Recurso do DSA/SDA

### Ação 4766 – Controle e Erradicação da Tuberculose e Brucelose

Tabela 2 - Metas Físicas/ Eficácia

Metas	Unid.	Programado 2007	Realizado 2007	Indicador
				% Realizado / Programado
Propriedade atendida	Nº	indeterminado	390	100
Capacitação técnica realizada	Nº	200	256	127,5
Propriedade certificada	Nº.	indeterminado	2	100
Animais Vacinados	Nº.	1.856.460 (80%)	1.668.149 (71,89)	84
Profissional cadastrado vacinação	Nº	130	65	50
Profissionais habilitados	Nº	70	94	134

Tabela 3 - Metas Físicas/Eficiência

Atividade	Valor Utilizado	Nº ações	Custo Individualizado R\$
Capacitação técnica realizada por FFA SEDESA	554,82 Convênio	02	277,41
Avaliação e acompanhamento sacrifício	1.013,45	01	1.013,45
Pagamento de Indenização animais positivos p/ tuberculose	16.266,67	02	8133,34

Reuniões técnicas <sup>4</sup>	Parceria CRMV/IMA/MAPA	03	-
--------------------------------	---------------------------	----	---

## Observações

Houve 3 reuniões com médicos veterinários habilitados, perfazendo um total de 89 habilitados treinados quanto às normas e procedimentos do PNCEBT.

## Análise Qualitativa das Ações

O Programa Nacional de Controle e Erradicação da Brucelose e Tuberculose Animal – PNCEBT está em fase de implantação e muitas de suas ações são dependentes de diversos setores, tais como instituições de ensino e pesquisa, médicos veterinários habilitados que atuam no setor privados, laboratórios, dentre outros.

A Superintendência Federal da Agricultura Pecuária e Abastecimento no Estado de Minas Gerais procura ter uma relação a mais estreita possível com a Divisão de Brucelose e Tuberculose/DSA/SDA/Brasília, sendo, na medida do possível, sempre e prontamente atendida.

Como ocorrido ao longo dos anos de 2005, 2006 e do corrente ano, foi perceptível a redução gradativa da demanda por médicos veterinários do setor privado por “Cursos de treinamento em métodos de diagnósticos para brucelose e tuberculose e noções de encefalopatias espongiiformes transmissíveis”. Vale lembrar que redução da quantidade de médicos veterinários interessados em participar destes cursos e na própria habilitação para atuarem junto ao PNCEBT no Estado de Minas Gerais está dentro da expectativa do Programa.

## Entraves / Providências

### Entraves de Ordem Técnica e Legal

Muitas das dificuldades enfrentadas pelo Estado de Minas Gerais dependem de ações relacionadas às coordenações centrais do MAPA e do próprio setor produtivo e agroindustrial, tais como:

- **Credenciamento de laboratórios para realização de diagnóstico para brucelose:** continua sendo fator preponderante no comprometimento da credibilidade do programa junto ao setor produtivo. Vale ressaltar, que a norma que trata do credenciamento foi recentemente publicada, IN 41, de 28 de novembro de 2006 e um treinamento com os técnicos dos SEDESAS para análise e vistoria das instalações e equipamentos no Lanagro/MG para orientar quanto aos procedimentos para que efetivamente a norma possa ser aplicada, no entanto, somente em abril de 2008 será promovido o treinamento dos responsáveis técnicos dos laboratórios para posterior credenciamento.
- **Abate de animais positivos para brucelose e tuberculose:** grande limitação na disponibilidade de frigoríficos sob Inspeção Oficial para abate sanitário de animais reagentes positivos aos testes de diagnóstico para

brucelose e tuberculose, que tem sido um exaustivo e infrutífero desafio para o PNCEBT. Além disso, poucos são os estabelecimentos sob Serviço de Inspeção Federal de Minas Gerais (como em outros estados também) que estão encaminhando as notificações de lesões sugestivas de tuberculose, necessárias e previstas em normas vigentes, apesar das solicitações do SEDESA desde o ano de 2004. Uma efetiva participação da Inspeção Federal é indispensável para melhorar a eficácia das ações de vigilância sanitária e de monitoramento deste programa. Tanto é verdade que como exemplo podemos citar a dificuldade da participação do Setor Privado de Laticínios, onde a falta de frigoríficos disponíveis para abater os animais positivos para brucelose e tuberculose inviabilizou a implantação do projeto de certificação das propriedades dos fornecedores de leite como livre de brucelose e tuberculose.

### Providências Necessárias

- **Credenciamento de Laboratórios para diagnóstico de Brucelose:** promover imediatamente, através da CGAL/Brasília, os procedimentos para treinamento e credenciamento dos laboratórios interessados.
- **Abate de animais positivos para brucelose e tuberculose:** promover por parte do DIPOA negociações com frigoríficos para disponibilizarem o acesso ao abate a animais positivos para brucelose e tuberculose em teste de diagnóstico.

### Ação 4771 – Controle da Raiva dos Herbívoros e Prevenção da Encefalopatia Espongiforme Bovina (BSE)

Tabela 1 - Metas físicas/ Eficácia

ATIVIDADE	PROGRAMADO 2007	EXECUTADO 2007	EFICÁCIA %
Fiscalizações realizadas	36	32	89
Bovinos vacinados contra raiva	13.500.000	15.500.000	114,8
Amostras coletadas para EEB (em relação às amostras coletadas para raiva)	Indeterminado	214	30,9*
Morcegos hematófagos capturados e tratados	8.000	5.238	65,5
Amostras (de frigoríficos) encaminhadas para diagnóstico de EEB	Indeterminado	131	100
Amostras de alimentos de ruminantes coletadas em propriedades rurais	100	70**	70
FFA's treinados para coleta de amostras para diagnóstico de EEB	0	3	100

População de bovinos de MG (dados do IMA, em 19.12.2007): 22.538.533. - \* % das 692 amostras coletadas para raiva

\*\* Parciais

Tabela 2 - Metas físicas/Eficiência

Valor Descentralizado R\$	Nº de Ações	Atividade	Custo individualizado da ação R\$
6.569,50	32	Fiscalizações realizadas	205,30

A vigilância ativa da EEB em Minas Gerais está sendo feita através do diagnóstico realizado em tronco encefálico de animais que apresentaram sintomatologia nervosa, coletados para o exame histopatológico, em laboratório credenciado pelo MAPA e também através de diagnóstico histopatológico para EET's realizado em tronco encefálico de animais abatidos emergencialmente em frigoríficos com SIF. Além disso, a fiscalização dos alimentos fornecidos a bovinos, em propriedades rurais, tem sido realizada, a fim de se coibir e manter a proibição do uso indevido de proteína animal na alimentação de ruminantes, com a intenção de se quebrar o ciclo que poderia determinar o aparecimento da "vaca louca" no país. Essas ações têm conferido, ao Estado, níveis compatíveis de prevenção e vigilância da EEB, em conformidade com o preconizado pela Organização Mundial de Saúde Animal – OIE, para garantir condição sanitária livre de "vaca louca", sem riscos para a saúde pública, com oferta de produtos animais (carne e embutidos) de boa qualidade sanitária.

Em relação à raiva dos herbívoros, com a vacinação sistemática nos níveis realizados e a manutenção das atividades de captura de morcegos hematófagos (embora ainda pequena), evitou-se maior propagação da doença, sem maiores perdas no plantel mineiro, mantendo-se a enfermidade sob um programa de controle. Salienta-se que há necessidade e intenção de se promover a intensificação das capturas de morcegos hematófagos, bem como o número de abrigos de morcegos cadastrados, no próximo ano.

#### **Análise Qualitativa das Ações**

Por ser uma zoonose, toda a população é beneficiada com o controle da raiva dos herbívoros, especialmente os produtores rurais do Estado.

Da mesma forma, toda a sociedade é também beneficiada com a vigilância da Encefalopatia Espongiforme Bovina e com a manutenção da condição sanitária do país, como livre dessa doença, pois assegura a oferta de carne sem EEB para os consumidores internos, bem como para todos os países com os quais o Brasil mantém comércio internacional. A comprovação da ausência de "vaca louca" permite que o Brasil continue sendo um grande exportador de carne bovina.

### **Ação 4807 – Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças dos Bovídeos**

Tabela 1 - Metas físicas/ Eficácia

ATIVIDADE	PROGRAMADO 2007	EXECUTADO - 2007	EFICÁCIA %
Amostras anabolizante I – 510	70	70	100
Amostras anabolizante V – 540	70	70	100

Tabela 2 - Metas físicas/ Eficiência

Valor Descentralizado R\$	Nº de Ações	Atividade	Custo individualizado da ação R\$
11.948,40*	140	Amostras coletadas	85,35

\* Recursos gastos especificamente na ação. Outros recursos do PCEBOV foram descentralizados para outros Serviços.

## Ação 4808 – Prevenção, Controle e Erradicação das Doenças da Suídeocultura

Tabela1 - Metas físicas/ Eficácia

ATIVIDADE	PROGRAMADO 2007	EXECUTADO 2007	EFICÁCIA %
Granjas certificadas	29	28*	100
Amostras coletadas	10.440	10.080*	100
Amostras coletadas para Sarna	290	280*	100
Tuberculinização comparada de animais	6.960	6.720*	100
Controle de vacinação de leptospirose	58	56*	100

\* Uma propriedade perdeu a certificação, sendo portanto o executado 100% do existente programado.

Tabela 2 - Metas físicas/ Eficiência

Valor Descentralizado R\$	Nº de Ações	Atividade	Custo individualizado da ação R\$
11.183,23	30	Certificação de granjas, Auditorias , congressos, fiscalizações em granjas, etc.	372,77

## Ação 21391 – Vigilância e Fiscalização do Transito Interestadual de Animais

Tabela 1 - Metas físicas/ Eficácia

ATIVIDADE	PROGRAMADO 2007	REALIZADO 2007	EFICACIA %
Médico Veterinário Habilitado GTA	Indeterminado	56	100
Médico Veterinário Credenciado Cis E	Indeterminado	1	100
Médicos Veterinários Desabilitados	Indeterminado	48	100
Documentos de Transito Fiscalizados – GTA	360.000	478.101	132,8
Documentos de transito Fiscalizados – Cis E	1.000	1.125	112,5

## Ação 2180 – Vigilância e Fiscalização do Transito Internacional de Vegetais

Tabela 1 - Metas Físicas / Eficácia

Metas	Unidade	Programado 2007	Executado 2007	Eficácia 2007 (%)
- Equipamento adquirido	nº	06	08	133,33
- Fiscalização realizada	nº	86	274	318,6
- Supervisão realizada	nº	09	15	166,66
- Auditoria realizada	nº	03	01	33,33

- Capacitação técnica	Nº FFA	13	15	115,38
- Inspeção Fitossanitária	nº	82	59	71,95
- Autorização fitossanitária de importação	nº	400	410	102,5
- Autorização fitossanitária de exportação	nº	120	75	62,5
- Partida inspecionada trânsito interestadual	nº	80.000	89.785	112,23

Tabela 2 - Metas Físicas/ Eficiência

Valor descentralizado R\$	Nº de ações	Atividade	Custo individualizado da ação - R\$
18.465,33	274	Fiscalização realizada	67,40
6.859,34	15	Supervisão realizada	457,30
11.825,43	15	Capacitação Técnica realizada	788,36
3.429,05	59	Inspeção Fitossanitária realizada	58,12

## 1- Na ação do SEDESA na execução de metas programadas

### 1.1- Entraves

- ❖ Falta de harmonização de procedimentos para os Laboratórios de Diagnóstico Fitossanitário prejudicando o trabalho de prevenção de pragas na importação de material de multiplicação principalmente batata-semente.
- ❖ Necessidade de melhor planejamento por parte da Coordenação de ação nacional do plano interno de ação.
- ❖ Necessidade de atualização do regulamento de Defesa Sanitária Vegetal – Decreto 24.114 de 12 de Abril de 1934.

### 1.2- Providências

- ❖ Gestões junto a Coordenação Geral de Proteção de Plantas – CGPP/DSV com a solicitação de adequação dos serviços prestados pelos Laboratórios de Diagnóstico Fitossanitário.
- ❖ Programação no Estado priorizando as ações de prevenção e controle das pragas quarentenárias e não quarentenárias regulamentadas.
- ❖ Participação em Grupo de Trabalho para elaboração de minuta de Projeto de Lei da Defesa Sanitária Vegetal.

## 2 - Na ação de fiscalização e controle do trânsito de vegetais e no processo de certificação de origem.

### 2.1 – Entraves

- ❖ Necessidade de melhor estrutura nos postos de fiscalização sanitária.

- ❖ Estrutura da Organização Estadual de Defesa Agropecuária – IMA, inadequada para melhor controle do processo de certificação de origem e controle de trânsito na emissão de Permissão de Trânsito de Vegetais.
- ❖ Exigência por parte do IMA de Certificação Fitossanitária de Origem para material não veiculadores de pragas regulamentadas.

## 2.2 – Providências

- ❖ Notificação ao IMA quanto à necessidade de adequar a estrutura visando melhorar o processo
- ❖ de fiscalização e controle do trânsito interestadual de vegetais.
- ❖ Programação de metas para repasse de recursos financeiros do MAPA ao IMA, via convênio, objetivando adequar à estrutura dos postos de Fiscalização Sanitária no Estado.
- ❖ Encaminhamento de solicitações junto ao IMA para adequação da exigência de Certificação de Origem de acordo com a legislação em vigor, ou seja Instrução Normativa nº 55 de 04 de dezembro de 2007.

## Análise Qualitativa

Foi alcançado o objetivo do Plano de Ação de garantir a Sanidade Vegetal evitando a entrada de novas pragas no País e a disseminação das pragas regulamentadas.

Destacamos o trabalho como uma das principais medidas fitossanitária na prevenção e controle das pragas Sigatoka-Negra, Cancro Cítrico, Moko da Bananeira, Mosca Negra dos Citrus, Mosca da Carambola e outras pragas regulamentadas.

O trabalho também foi muito importante na prevenção das pragas quarentenárias ausentes que representam grande risco para a agricultura brasileira e no atendimento as exigências fitossanitárias no Comércio Internacional de Produtos Vegetais possibilitando acesso a novos mercados a exemplo do Programa de Exportação de Cucurbitáceas para a Argentina e Uruguai.

## Ação 4762 – Prevenção e Controle de Pragas da Cafeicultura

Tabela 1 - Metas Físicas / Eficácia

Metas	Unidade	Programado 2007	Executado 2007	Eficácia (%)
- Área controlada	HÁ	1.061.562	1.061.562	100
-Capacitação técnica	Nº Fiscais	06	03	50
-Levantamento realizado	Nº	04	01	25
- Manutenção da Estação de Aviso	Nº	01	03	100
- Implantação de Estação de Aviso	Nº	-	01	-

Tabela 2 - Metas Físicas / Eficiência

Valor	Nº	Atividade	Custo
-------	----	-----------	-------



<b>Descentralizado (R\$)</b>	<b>Ações</b>		<b>Individualizado (R\$)</b>
862,22	02	Capacitação técnica	431,11
431,11	01	Supervisão realizada	431,11
1.176,46	03	Manutenção Estação de Aviso fitossanitário	392,15
2.027,79	08	Fiscalização viveiro de café com coleta amostra	335,97

## **Entraves / Providência**

### **Entraves**

- Movimento de greve dos Fiscais Federais Agropecuários no primeiro semestre do ano, prejudicando a realização das atividades programadas para o período.

### **Providências**

- Reprogramação das metas para o segundo semestre, em função da greve.
- Junções na Coordenação Nacional, objetivando liberação de recursos para Estações de Avisos Fitossanitários.

### **Análise Qualitativa**

Os objetivos da ação foram parcialmente alcançados, com a manutenção das pragas de importância econômica e a não quarentenária regulamentada sob controle. Conseguimos implantar a 3ª (terceira) Estação de Avisos.

Mantivemos a rotina mensal de emissão de boletins das Estações de Avisos Fitossanitários de Varginha, Boa esperança e Carmo de Minas plenamente sob controle.

### **Ação 4804 – Prevenção e Controle de Pragas na Fruticultura**

Tabela 1 - Metas Físicas/Eficácia

<b>Atividade</b>	<b>Programado 2007</b>	<b>Executado 2007</b>	<b>Eficácia</b>
Propriedade Fiscalizada	45	19	42%
Capacitação Técnica	6 fiscais	6	100%

A meta “propriedade fiscalizada” planejadas não foi alcançada, devido fato de ter sido descentralizado apenas 21% do recurso programado para o elemento de despesa 3390.14 (diárias) e 11,9% do elemento 3390.30 (material de consumo). Além disso, faltou liberação de recursos nos momentos adequados à execução de boa parte das ações, como ocorreu no primeiro semestre.

No entanto, deve-se ressaltar a liberação adequada de recursos para a capacitação técnica programada.

Tabela 2 - Metas Físicas/Eficiência

<b>Valor</b>	<b>Nº. de</b>	<b>Atividade</b>	<b>Custo Individual</b>
--------------	---------------	------------------	-------------------------

<b>descentralizado</b>	<b>Ações</b>		<b>Ação</b>
13.348,77	26	Propriedade Fiscalizada	136,50
	6	Capacitação Técnica	1.633,30

As ações são realizadas praticamente em todas as regiões do estado, acarretando grande demanda de tempo e de recursos.

Ainda, devido à limitação imposta pela não descentralização de recursos, as atividades tiveram de ser concentradas em ações de emergências. Assim, as fiscalizações foram focadas na prevenção e controle da bacteriose da videira e nos trabalhos de inspeção e supervisão para verificação da ocorrência de Guignardia citricarpa (mancha negra dos citros) em áreas de citros cadastradas para exportação para a União Européia. Foi realizado levantamento dessa praga em outras áreas, como também da ocorrência de morte súbita e huanglongbing (greening).

A não descentralização dos recursos programados comprometeu o acompanhamento e supervisão de outras atividades, principalmente aquelas envolvendo controle de pragas em culturas para exportação e pragas quarentenárias presentes.

### **Ação 4740 – Erradicação do Cancro Cítrico**

Tabela 1 - Metas Físicas/Eficácia

<b>Atividade</b>	<b>Programado 2007</b>	<b>Executado 2007</b>	<b>Eficácia</b>
Supervisão Realizada	10	3	30%
Inspeção/Vistoria	05	05	100%
Campanha realizada	01	0	
Capacitação Técnica Realizada	04 Técnicos	04	100%

A baixa eficácia das ações programadas se deve fundamentalmente à não descentralização de recursos, pois do montante programado foram liberados 62,1% do elemento de despesa 3390.14 (diárias) e 45,7% do elemento 3390.30 (material de consumo). Também deve ser lembrado que no primeiro semestre, quando deveria ser executada boa parte das ações, praticamente não ocorreu liberação de recursos.

Como ponto positivo deve ser ressaltado a liberação de recurso para treinamento de fiscais, com participação em eventos técnicos.

Tabela 2 - Metas Físicas/Eficiência

<b>Valor Descentralizado</b>	<b>Nº de Ações</b>	<b>Atividade</b>	<b>Custo Individual Ação</b>
8.892,02	3	Supervisão Realizada	545,25
	5	Inspeção	545,25
	4 técnicos	Capacitação Técnica	1.132,51

As ações foram executadas nas áreas do Triângulo Mineiro e Sul de Minas, o que acarretou, devido às distâncias, maior demanda de tempo e de recursos.

As ações realizadas, embora abaixo daquilo que foi programado, foram efetivas, pois permitiram correções no processo de vigilância sanitária, maior interação com os técnicos executores dos levantamentos e melhoria nos sistemas de controle e relatórios. Com isso, foi possível manter essa praga na condição de quarentenária presente em área restrita e sob controle oficial, sem registro de nenhum novo foco nem mesmo em pomares domésticos. No entanto, melhores resultados poderiam ser alcançados, como por exemplo a caracterização de áreas livres, se os recursos fossem liberados conforme o programado.

### Ação 4742 – Prevenção e Controle da Sigatoka Negra

Tabela 1 - Metas Físicas/Eficácia

Atividade	Unidade	Programado 2007	Executado 2007	Eficácia 2007 %
Área prevenida	ha	38.352	41.881	109,20
Área controlada	ha	2.925	2.925	100
Supervisão realizada	nº	10	07	70
Auditoria realizada	nº	01	01	100
Capacitação técnica	Nº de técnicos	04	05	125
Reunião Técnica realizada	Nº	-	-	-

Tabela 2 – Metas Físicas / Eficiência

Valor Descentralizado R\$	Nº. De Ações	Atividade	Custo Individualizado da Ação - R\$
3.246,61	07	Supervisão realizada	463,80
3.930,41	05	Capacitação Técnica	786,08
3.093,33	01	Auditoria Realizada	3.093,33

#### 1 – Entraves

- Necessidade de maior conscientização dos produtores de Banana, transportadores, comerciantes quanto à importância da aplicação das medidas de prevenção e controle da praga.

- Necessidade de pesquisas, principalmente referente à epidemiologia, objetivando analisar o comportamento do fungo (**Mycosphaella fijiensis**) nas condições ambientais do Estado, nas quais não temos observado maiores danos provocados pela praga.
- Necessidade de uma melhor estrutura da Organização Estadual de Defesa Agropecuária – IMA, principalmente quanto aos postos de fiscalização sanitária, para realização dos trabalhos de fiscalização objetivando a execução das medidas de prevenção e controle da praga.

## 2 – Providências

- Realização pelo SEDESA de diagnóstico sobre a situação atual da Sigatoka-Negra em Minas Gerais com o objetivo de avaliar a ocorrência da praga e as medidas de prevenção e controle do que estão sendo aplicadas.
- Conscientização de todos os segmentos envolvidos na atividade de Bananicultura pela divulgação das medidas de prevenção e controle da praga através dos responsáveis técnicos pela Certificação Fitossanitária de Origem, pelos trabalhos de fiscalização do IMA e supervisão do SEDESA e outros meios.
- Gestões junto aos órgãos de pesquisa no Estado – EPAMIG e Universidades para realização de trabalhos visando obtenção de informações necessárias para definição das medidas fitossanitárias exigidas no processo de prevenção e controle da praga.

## Análise Qualitativa

O objetivo do Plano de Ação foi alcançado com a manutenção da praga sob controle. Foi mantida a condição de área livre em 60 municípios no estado. Conforme os resultados de Diagnóstico Fitossanitário, **Quadro 02** abaixo, não houve disseminação do fungo e os danos observados são inexpressivos.

A área livre da praga foi ampliada abrangendo atualmente 62 municípios. a situação da ocorrência da praga em Minas Gerais, onde não provoca danos significativos, esta sendo analisada com o objetivo de definir medidas fitossanitárias mais adequada na sua prevenção e controle, tendo como objetivo manutenção da atividade da Bananicultura no Estado.

## Quadro 02

Avaliar no Laboratório de Diagnóstico em Fungos e Nematóides LDFN do Instituto Mineiro de Agropecuária – IMA no monitoramento da Sigatoka-Negra em Minas Gerais – Período de 2004 a 2007.

Ano	Nº de amostras recebidas	Resultado Positivo para Sigatoka-Negra	Nº de amostras Negativas para Sigatoka-Negra	Percentual de amostras Positivas (%)
2004	991	24	967	2,4
2005	684	32	652	4,7
2006	976	03	973	0,3
2007	752	0	752	0,0

Fonte: LDFN – IMA

## Ação 4806 – Prevenção e Controle de Pragas da Horticultura

Tabela Metas Físicas / Eficácia

Metas	Unidade	Programado 2007	Executado 2007	Eficácia %
Área prevenida	HA	56.339	56.339	100
Área controlada	HÁ	2.000	617	30,85
Sistema implantado	UN	01	01	100
-Propriedade fiscalizada	Nº	40	38	95
Auditoria realizada	Nº	2	2	100
Capacitação Técnica	Nº	3	3	100

Tabela 1- Metas Físicas / Eficiência

Valor Descentralizado (R\$)	Nº Ações	Atividade	Custo Individualizado da Ação (R\$)
1.250	03	Auditoria realizada	416,66
1.251	02	Supervisão realizada	625,50

## Entraves / Providências

### 1 – Entraves

- Movimento de greve dos Fiscais Federais Agropecuários no primeiro semestre do ano, prejudicando a realização das atividades programadas para o período.
- Falta da presença mais efetiva do Órgão Estadual de Defesa Agropecuária – IMA, ficando Sistema de Mitigação de Risco mais a cargo dos responsáveis técnicos e da própria SFA/MG.

### 2 – Providências

- Reprogramação das metas com a execução das atividades para o segundo semestre.
- Notificação ao Órgão Estadual de Defesa Agropecuária – IMA, na necessidade da presença mais efetiva no Sistema de Mitigação.
- Orientação aos produtores visando redução dos custos de produção com vistas à exportação.

## Análise Qualitativa

Mantivemos o Sistema de Mitigação de Risco da praga *Anastrepha grandis* na condição de baixa prevalência.

Exportamos para Argentina 6.850 toneladas de cucurbitáceas, emitindo 274 Certificados Fitossanitários.

## Ação 4841 – Prevenção e Controle de Pragas em Oleaginosas e Plantas Fibrosas

Tabela 1 -Metas Físicas / Eficácia

Atividade	Programado 2007	Executado 2007	Eficácia %
-----------	-----------------	----------------	------------

Capacitação técnica fiscalização	20.942,72	2.603,65	
-------------------------------------	-----------	----------	--

### Observação

Foi eliminado o valor de R\$15.681,92 programado na rubrica 3390.30 (Combustível e material de consumo) sobre o total de recursos financeiros programados para aplicação em 2007, em face da implantação parcial da ação em curso, apenas para a praga da soja. Em face de eficácia das metas ficarem prejudicadas para sua avaliação, lançamos os recursos financeiros programados em 2007 e o valor de 2008, inclui as rubricas 3390 .30, 3390.33, 3390.14 e 4490.52

<b>Execução financeira em R\$1,00, posição acumulada até 20/12/2007(11:11 )</b>			
ND	A EMPENHAR (Disponível)	A LIQUIDAR (Empenhado)	LIQUIDADO Empenhado e pago)
3390-14	0,0	0,00	879,61
3390-33	0,0	0,00	1.724,04
<b>TOTAL</b>			<b>2.603,65</b>

Tabela 2 -Metas Físicas / Eficiência

<b>Valor=R\$1,00 Descentralizado</b>	<b>Nº De Ações</b>	<b>Atividade</b>	<b>Custo Individualizado Da Ação</b>
2.603,65	03	Capacitação técnica	867,9

### Dificuldades Encontradas

A execução das atividades devem ser em tempo hábil , para o controle da ferrugem asiática a atividade deve ocorrer 90 dias antes do plantio , tendo sido realizada pela primeira vez pelo Estado, no período de 1 de julho a 30 de setembro do ano em curso. Como dificuldade podemos dizer que o Estado deve munir o Estado das informações decorrentes da ação.

Quanto ao bicudo do algodoeiro, a dificuldade fica creditada a falta de publicação de Instrução Normativa que crie o Programa Nacional de Controle do Bicudo do Algodoeiro.

### Análise Qualitativa das Ações

A implantação do vazio sanitário no Estado, trará como consequência resultados no ano de 2008 , resultando em última análise em menor custo de produção para o produtor, e uma melhor qualidade de redução de poluição para o meio ambiente.

### **Ação 4745 – Fiscalização das Atividades com Organismos Geneticamente Modificados**

Tabela 1 -Metas Físicas / Eficácia

<b>Atividade</b>	<b>Programado 2007</b>	<b>Executado .2007</b>	<b>Eficácia %</b>
Fiscalizar OGM- TF			

	86	37	43,0
--	----	----	------

Tabela 2 - Metas Físicas / Eficiência

Valor=R\$1,00 Descentralizado	Nº De Ações	Atividade	Custo Individualizado Da Ação
13.238,72	4	Capacitação técnica	3.319,6
8.208,91	37	Fiscalização -OGM	167,80

### Observações

- Capacitação técnica: foram gastos R\$ 3.438,72 em diárias com 4 FFAs, nos destinos de Ouro Preto/MG, Distrito Federal e Londrina/PR; R\$1.800,00 com inscrições de 3 FFAs no V Congresso Brasileiro de Biossegurança e V Simpósio Latino Americano de Produtos Transgênicos em Ouro Preto/MG, e R\$3.000,00 em passagens aéreas para o DF e Londrina/PR. e R\$ 669,26 reais em diárias para dois FFAs participarem de Reunião Técnica em Moeda/MG, sobre as ações ocorridas e harmonização de trabalhos para 2008, entre o VIGIAGRO, SEDESA e SEFAG.
- Fiscalização de OGM, vide quadro acima, " Indicadores de Desempenho".

### Dificuldades Encontradas

A execução das atividades devem ser em tempo hábil , nos períodos de plantio dos experimentos de milho/algodão transgênicos de outubro/ dezembro , até antes da colheita, em junho/julho, para a identificação dos experimentos e de seus cumprimentos protocolares dentro dos aspectos de biossegurança. Praticamente não se pratica a inspeção/fiscalização em campo , de janeiro /março, face ao tempo de aprovação do orçamento da União, e quando da liberação dos recursos financeiros, ocorre coincidência com o comprometimentos dos FFA em várias frentes de serviços, o que provoca também transtornos no cumprimento da execução dos serviços propostos.

Não há FFA específicos para atender este segmento e nem treinamentos adequados, sendo os mesmos orientados pelo Responsável Técnico do PI - FISCORGEN, quando da execuções dos serviços .

### Análise Qualitativa das Ações

Com o uso de GPS , as ações de fiscalização foram agilizadas, quantificando mais rapidamente a área experimental, e sua localização geográfica, permitindo assim tomadas de decisões para subsidiar o Termo de Fiscalização.

### Disponibilidade de Recursos

Feito a ressalva da disponibilidade de recursos financeiros no tempo oportuno e adequado, os recursos financeiros foram suficientes.

A Ação fiscal do FISCORGEN face sua interpretação no ano em curso, deve ser analisada quanto à fiscalização dos experimentos com transgênicos, sendo esta fiscalização por nós classificada como fiscalização dirigida, isto é, só através de processos administrativos, tendo sido as mesmas atendidas satisfatoriamente quanto ao aspecto quantitativo.

O aspecto qualitativo pode ser atribuído ao cumprimento das empresas aos protocolos de biossegurança específicos a cada projeto, não tendo sido observado nenhuma irregularidade, sendo tais inspeções/fiscalizações necessárias para o acompanhamento via MAPA e detecções e correções futuras de irregularidades praticadas.

Sugerimos ainda, viabilizar os recursos financeiros para atender as programações em tempo oportuno, e propiciar aos chefes de serviço controle das frotas por Serviço, para que se possa agilizar as execuções dos serviços e seja gerenciado o controle da manutenção dos veículos, permitindo que os serviços tenham mais agilidade nas suas execuções.

#### **EXECUÇÃO FINANCEIRA - SEDESA/MG -2007**

<b>LEGENDA</b>	
<b>3390.14</b>	DIÁRIAS PESSOAL
<b>3390.30</b>	COMBUSTÍVEL E MATERIAL DE CONSUMO
<b>3390.33</b>	PASSAGEM AÉREA E TERRESTRE
<b>3390.36</b>	COLABORADOR EVENTUAL E SERV. TERCEIRO - PESSOA FÍSICA
<b>3390.39</b>	PESSOA JURÍDICA
<b>3390.47</b>	20% INSS
<b>3390.93</b>	INDENIZAÇÃO E RESTITUIÇÃO
<b>4490.52</b>	EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE
<b>3390.47</b>	ENCARGOS SOBRE PESSOA FÍSICA
<b>3390.41</b>	TRANSFERENCIA Á ESTADO
<b>3390.42</b>	TRANSFERENCIA Á ESTADO
<b>3330.41</b>	TRANSFERENCIA Á ESTADO
<b>4430.42</b>	TRANSFERENCIA Á ESTADO



PROGRAMA/ AÇÃO	ND	FONTE	A EMPENHAR (DISPONÍVEL)	A LIQUIDAR (EMPENHADO)	LIQUIDADO (EMPENHADO E PAGO)
PCEBOV1	333041	100	0,00	0,00	200.000,00
	339014	100	0,00	0,00	2.795,40
	339030	100	0,00	0,00	9.153,00
	443042	100	0,00	0,00	700.000,00
<b>TOTAL</b>					<b>911.948,40</b>
TUBERBRUCE	339014	100	0,00	0,00	1.359,85
	339030	100	0,00	0,00	1.030,00
	339033	100	0,00	0,00	2.500,00
	339036	100	0,00	0,00	1.236,96
	339039	100	0,00	0,00	160,00
	339093	100	0,00	0,00	15.966,67
<b>TOTAL</b>					<b>22.253,48</b>
FEBREAFTOSA	333041	100	0,00	0,00	500.000,00
	339014	100	0,00	0,00	7.688,18
	339030	100	0,00	148,00	9.953,85
	339033	100	0,00	0,00	2.842,88
	339039	100	0,00	0,00	3.100,00
	443042	100	0,00	0,00	800.000,00
	449052	100	0,00	0,00	800.000,00
<b>TOTAL</b>					<b>2.123.584,91</b>
PCESUIDEO	333041	100	0,00	0,00	100.000,00
	339014	100	0,00	0,00	8.083,23
	339030	100	0,00	0,00	3.100,00
	339033	100	0,00	0,00	4.076,73
<b>TOTAL</b>					<b>115.259,96</b>
PCEAVE	333041	100	0,00	0,00	200.000,00
	339014	100	0,00	0,00	10.595,19
	339030	100	0,00	0,00	3.125,00
	339033	100	0,00	0,00	10.771,59
	339036	100	0,00	0,00	962,08
	449052	100	0,00	60.208,98	38.374,99
<b>TOTAL</b>					<b>263.828,85</b>
PCEDPEM	339014	100	0,00	0,00	3.165,08
	339030	100	0,00	0,00	2.648,00
	339033	100	0,00	0,00	11.461,86
	339036	100	0,00	0,00	2.766,06
	339039	100	0,00	0,00	1.090,10
<b>TOTAL</b>					<b>21.131,10</b>
FISCORGEN	339014	100	0,00	0,00	10.227,63
	339030	100	0,00	0,00	3.420,00
	339033	100	0,00	0,00	6.000,00
	339039	100	0,00	0,00	1.800,00
	339093	100	0,00	0,00	0,00
<b>TOTAL</b>					<b>21.447,63</b>
	333041	100	0,00	150.000,00	0,00
	339014	100	0,00	0,00	24.958,04
	339030	100	0,00	0,00	9.555,00
	339033	100	0,00	0,00	1.800,00
	339093	100	0,00	0,00	264,57
	449052	100	0,00	0,00	103.129,06
	339014	150	0,00	0,00	8.902,09
	339030	150	0,00	0,00	1.400,00
	339033	150	0,00	0,00	4.180,48
	339036	150	0,00	0,00	1.990,00
	339039	150	0,00	0,00	1.580,00

## Observação

OS RECURSOS DOS ELEMENTOS DE DESPESAS 3390-33 E 3390-39 NÃO FORAM COMPUTADOS EM ALGUNS PI'S POR SE REFERIREM A PAGAMENTO DE PASSAGENS AEREAS PARA REUNIÕES NACIONAIS , CONTRATAÇÃO DE SERVIÇOS DE PESSOAS JURÍDICAS, ALGUMAS EM COMPARTILHAMENTO COM A SFA/MG.

**FEBREAFTOSA – ELEMENTO 449052 – Utilizado para aquisição de veículos para uso da SFA/MG**

**PCEAVE - ELEMENTO 449052 – Utilizado para aquisição de estantes metálicas para uso da SFA/MG.**

## 5.5 – Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários – SIPAG

### Ações Desenvolvidas pelo SIPAG

Atividades do SIPAG vinculadas ao Departamento de Inspeção de Produtos de Origem animal/SDA/MAPA

Atividade	Execução 2007
Fiscalizações (Supervisões, Inspeções auditorias, laudos técnicos) em produtos: Ruminantes, eqüino e suíno – 89 Leite e Mel – 568 Aves e Ovos – 15 Pesca e aqüicultura – 12	684
Coleta de amostras (PNCRC, FQ e MO) de água e produtos.	2145
Reuniões em estabelecimentos de produtos de origem animal ou em UTRA's e SIF's	35
Auto de infração lavrado	120
Auto de infração cancelado	7
Termo de advertência lavrado	32
Auto de multa lavrado	81
Auto de multa cancelado	-
Auto de multa em cobrança judicial	20
Multas arbitradas (R\$)	374.000,00
Multas recebidas (R\$)	185.000,00
Multas em tramitação (R\$)	79.000,00
Multas em cobrança judicial (R\$)	110.000,00

Atividade	Execução 2007
-----------	---------------

SIF's concedidos	18
SIF's cancelados	21
SIF's transferidos	-
ER's concedidos	8
ER's cancelados	2
Informações expedidas	2.220
Ofícios expedidos	1.748
Ofícios circulares expedidos	72

Atividade	Execução 2007
Convênios técnicos	4
Reuniões técnicas promovidas SIPAG	35
Treinamentos técnicos	19

Atividades do SIPAG vinculadas ao Departamento de Inspeção de Produtos de Origem Vegetal /SDA/MAPA

Atividades desenvolvidas em 2007 (PADCLASSIF)

Estabelecimento Fiscalizado	427
Auto de Coleta de amostra	307
Termo de Fiscalização	342
Perícia	33
Auto de Infração	97
Notificação	125
Relatórios de Processo	133
Produto fiscalizado (ton)	10.163,92
Multa aplicada (R\$)	363.576,15
Multa arrecada (R\$)	63.929,92
Multa em cobrança executiva (R\$)	132.733,05

### Indicadores de desempenho (por ação)

Eficácia (alcance das metas) por ação

Fórmula utilizada:  $n^{\circ} \text{ realizado} / n^{\circ} \text{ programado} \times 100 = \text{eficácia em \%}$

Ações (PI)	Atividade	Exe. 2006	Prog. 2007	Exe. 2007	Efic. (%) 2007	Prog. 2008
Inspanimal	Fiscalizações:/Supervisão/Auditoria/Coleta de amostras/Laudos/Reuniões em estabelecimentos de produtos de origem animal e/ou UTRAs/SIFs	128	160	684	427,5	745
Tipproduto	Tipificação e Classificação de Produtos de Origem Animal	45	45	42	93,3	50

Contropoa	Controle e Classificação de Produtos de Origem Animal	-	-	39	-	-
Fiscfraude	Apuração/fiscalização de Fraudes em Produtos de Origem Animal	48	50	280	560,0	50
Labanimal	Laboratório Animal	-	-	5	-	-
Pcebovdipoa	Prevenção, controle e Erradicação das Doenças da Bovinocultura	164	40	48	120,0	40
Ipvegetal-1 + Controveg	Inspeção de estabelecimentos de vinhos e bebidas	352	900	530	58,9	500
Padclassif	Fiscalização da qualidade dos vegetais	289	398	383	96,2	388
SIPAG TOTAL		1026	1593	2011	126,44	1773

### Comentários

- ✓ O alcance das metas teria sido prejudicado, tendo em vista ao longo período de greve dos FFA, porém houve mais recursos financeiros para o trabalho. O executado na área animal em 2007 foi bem maior do que em 2006, devido a uma maior quantidade de recurso disponibilizado, e por aumento da demanda por parte de ouvidoria e operações especiais de combate a fraude.
- ✓ As metas para 2008 na atividade de bebidas foram diminuídas considerando a perspectiva de diminuição do número de fiscais que estão para aposentar durante o decorrer do ano. Para a incorporação de novos fiscais demanda tempo de treinamento;

Eficiência (Custo/benefício)

Fórmula utilizada: recurso executado / metas executadas = custo em R\$

Ações(PI)	Atividade	Valor Exec. 2007	Nº Ações Exec. 2007	Custo Ind. da Ação-em Reais
Inspanimal	Inspeção/fiscalização/supervisão/auditoria de amostras/laudos/reuniões em estabelecimentos de produtos de origem animal e/ou Utras/Sifs	285.225,58	684	417,00
Tipproduto	Tipificação e Classificação de Produtos de Origem Animal	10.409,00	42	247,83
Fiscfraude	Apuração/fiscalização de Fraudes em Produtos de Origem Animal	170.822,00	280	610,08
Controproa	Controle de provas laboratoriais de estabelecimentos de produtos de origem animal	21.050,00	39	539,74
Labanimal	Laboratório Animal	1.663,04	5	332,61
Pcebovdipoa	Prevenção, controle e Erradicação das Doenças da Bovinocultura	43.868,65	48	913,93
Ipvegetal-1 + Controveg	Inspeção de estabelecimentos de vinhos e bebidas Fiscalização e controle de contaminantes Vegetais	131.308,78	530	247,75
Padclassif	Fiscalização da qualidade dos vegetais	103.249,29	383	269,58
SIPAG TOTAL		767.596,34	2.011	3.578,52

### Comentários

- ✓ O custo individual das ações na área animal elevou-se em comparação com o exercício 2006, principalmente em função do PI PCBOVDIPOA.
- ✓ Outro fator é que o estado de MG possui grande dimensão física e com poucos fiscais disponíveis à atividade o que acarreta que um único fiscal tem que se deslocar da área de atuação para cobrir outras que não dispõem de fiscais: maior demanda de tempo e custo.

Execução financeira (Impacto social dos Programas do Governo)

Formula utilizada: recurso executado 2007 / executado 2006 X 100= execução em %

Plano Interno PI	Atividade	Exec. 2006	Exec. 2007	Variação (%)
------------------	-----------	------------	------------	--------------

Inspanimal2	Inspeção/Fiscalização/Supervisão/Auditoria/Coleta de amostras/Laudos/Reuniões em estabelecimentos de produtos de origem animal e/ou UTRAs/SIFs	50.794,62	285.225,58	461,52
Tipproduto	Tipificação e Classificação de Produtos de Origem Animal	10.334,39	10.409,00	0,72
Contropoa	Controle de provas laboratoriais de estabelecimentos de produtos de origem animal	-	21.050,00	-
Labanimal	Laboratório Animal	-	1.663,00	-
Fiscfraude	Apuração/fiscalização de Fraudes em Produtos de Origem Animal	5.000,00	170.822,00	3.316,44
Pcebovdipoa	Prevenção, controle e Erradicação das Doenças da Bovinocultura	46.731,90	43.868,65	-6,12
Ipvegetal-1+ Controveg	Inspeção de estabelecimentos de vinhos e bebidas Fiscalização e controle de contaminantes Vegetais	27.109,62	131.308,78	384,36
Padclassif	Fiscalização da qualidade dos vegetais	51.306,19	103.249,29	101,24

#### Efetividade

- ✓ Os Pis Labanimal e Contropoa não foram utilizados no ano de 2006, sendo o Pcebovdipoa um plano interno, que no ano de 2007 foi disponibilizado emergencialmente para o SIPAG/MG, daí a grande variação.
- ✓ Ressalte-se a importância do Serviço de Inspeção de Produtos Agropecuários no que tange ao impacto social que exerce, uma vez que, ao melhorar a qualidade dos produtos da Agropecuária Mineira, principalmente nos aspectos de segurança alimentar e combate a fraude econômica, faz com que os produtos ofertados a população tenham um maior valor agregado, permitindo uma maior competitividade nos novos mercados internos e externos.